

CAPITALISMO VERDE E TRANSGRESSÕES
Amazônia no espelho de Caliban

Elder Andrade de Paula



2013

Universidade Federal da Grande Dourados

Editora UFGD

Coordenador editorial : Edvaldo Cesar Moretti

Administração: Givaldo Ramos da Silva Filho

Revisão: Raquel Correia de Oliveira

Tiago Gouveia Faria

Programação visual: Marise Massen Frainer

e-mail: editora@ufgd.edu.br

Conselho Editorial

Edvaldo Cesar Moretti | Presidente

Wedson Desidério Fernandes | Vice-Reitor

Paulo Roberto Cimó Queiroz

Guilherme Augusto Biscaro

Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti

Rozanna Marques Muzzi

Fábio Edir dos Santos Costa

Foto de capa: Patrícia Ferreira - Marcha dos povos indígenas do Acre, rumo à ocupação da FUNAI, por tempo indeterminado, na luta pela demarcação de suas terras, pela saúde e educação. À frente, na marcha, guerreiros do povo Huni Kui. Abril de 2012.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

981.1 Paula, Elder Andrade de.
P324c Capitalismo verde e transgressões : Amazônia no espelho de Caliban /
Elder Andrade de Paula – Dourados-MS : Ed. UFGD, 2013.
138 p.

ISBN: 978-85-8147-055-9

Possui referências.

1. Capitalismo – Brasil. 2. Geopolítica. 3. Fronteiras (Brasil-Bolívia-Peru). I. Título.

À minha mãe, D. Elza



Ojalá podamos mantener viva la certeza de que es posible ser compatriota y contemporáneo de todo aquel que viva animado por la voluntad de justicia y la voluntad de belleza, nazca donde nazca y viva cuando viva, porque no tienen fronteras los mapas del alma ni del tiempo.

Eduardo Galeano



Agradecimentos

A Ana Esther Ceceña, tanto por ter aceitado o encargo de Professora Colaboradora na realização do Estágio Pós-Doutoral (Universidad Nacional Autónoma de México – maio de 2010 a abril de 2011) quanto pela receptividade e imprescindível contribuição intelectual. Estendo os meus reconhecimentos e a minha eterna gratidão aos demais integrantes do Observatorio Latinoamericano de Geopolítica, especialmente à Rebeca Peralta, Rodrigo Yedra, Daniel Inclán, David Barrios e Raúl Ornelas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por ter apoiado com uma bolsa a realização do Estágio Pós-Doutoral. Registro ainda meus agradecimentos a todos os integrantes da equipe técnica da CAPES com os quais mantive contato e cuja cordialidade e presteza nas orientações foram uma constante em todo o processo.

À Universidade Federal do Acre, em especial aos colegas do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Jacó Piccoli, Leticia Mamed, Maria de Jesus Morais e Silvio Simione da Silva, pelo incentivo e apoio direto. À Maria de Jesus e Silvio Simione, juntamente com os integrantes do Núcleo de Pesquisa Estado, Sociedade e Desenvolvimento na Amazônia Ocidental, agradeço por terem contribuído ao longo de nosso “pensar e fazer” para o amadurecimento de muitas questões enfrentadas neste trabalho.

Aos professores Renato S. J. Maluf e Leonilde S. de Medeiros (CPDA/UFRJ) pela pronta e inestimável colaboração. Ao amigo Alberto Moby pela revisão do texto e sugestões.

Aos integrantes do Conselho Indigenista Missionário – CIMI Amazônia Ocidental (particularmente Lindomar Padilha), à Comissão Pastoral da Terra (CPT - Acre), ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-

-Terra do Pará e de Rondônia, aos dirigentes do STTR de Xapuri (especialmente Dercy teles), ao Conselho de Missão entre Índios (COMIN – Acre e Sul do Amazonas), pelas oportunidades de conversar e “sentir de perto” o drama das lutas por terra/território na Amazônia.

A Jaime Mario Chávez Elías, **pela inestimável colaboração nos contatos**, indicações bibliográficas, “miradas” e andanças pela Bolívia. Em sua companhia, tive a oportunidade de conversar com pessoas de diversos lugares (geográficos e sociais) que foram de extrema importância **para ir lendo** o que não está escrito sobre a realidade daquele país atualmente. Entre as lideranças camponesas e indígenas, devo agradecer especialmente a Manoel Lima, Doris Domínguez, Lucio, Cristián D. Noco e Carlos Chipunavi (este último pelas conversas mantidas antes da realização da pesquisa). Agradeço também a Guillermo R. Ballivian (professor e pesquisador da Universidad Amazónica de Pando), Roxana Cuevas, Sarela Seyas e David Solar (CIPCA), Miguel (Herencia), Margot Céspedes (Ministerio Autonomías/Pando), José Luis (Cônsul da Bolívia no Acre/Brasil) e Luis Gomes (jornalista), por terem dedicado parte do seu tempo às nossas conversas.

No V Fórum Social da Pan-Amazônia, realizado em Santarém-PA, no final de novembro de 2010, pude conhecer, através da CPT/Acre e do CCFD (França), um grupo integrado por representantes de organizações, movimentos sociais e universidades do Peru, Bolívia, **Colômbia, Venezuela e Brasil**. Nas reuniões extra-atividades do fórum e nas conversas informais, tive a oportunidade intercambiar “miradas” e apreender mais sobre as fronteiras amazônicas. Agradeço, portanto, a todos os integrantes daquele grupo, especialmente aos ensinamentos de Cristián D. Noco, bem como às indicações e aos materiais cedidos por Rómulo, Rosario, Giselle e Ivone (Peru), Joaquim (Venezuela), Darlene, Jaycylene e Shirlei (Brasil).

A Liza Aceves e demais integrantes do CEDES/Benemérita Universidad Autónoma de Puebla pela atenção dispensada durante a realização do III Seminario Internacional Experiencias y Formulaciones en la Construcción de Desarrollos Alternativos (Puebla, agosto de 2010), e pe-

las indicações bibliográficas e conversações. Nessa ocasião, tive a oportunidade também de escutar e conversar, por longo tempo, com John Vargas (CIDES/ Universidad Mayor de San Andrés) sobre o processo revolucionário em curso na Bolívia.

À minha irmã, Dilma A. de Paula (professora da Universidade Federal de Uberlândia), minha eterna gratidão pelas indicações de leituras e outras de ordem “histórica/cultural de Nuestra América”, bem como pelo acompanhamento da elaboração deste trabalho, incentivo e “companhia intelectual” permanente. Não poderia deixar de registrar também os agradecimentos a outra irmã, Dilza A. de Paula, pela solidariedade de sempre e colaboração nos trâmites da documentação junto ao Consulado do México em São Paulo. À minha mãe, D. Elza, e demais familiares, pelo carinho e apoio permanente.

À minha companheira, Patira, serei eternamente grato por ter ficado “perto” de mim, mesmo permanecendo eu “longe” do Brasil. Sua solidariedade, apoio material e “espiritual”, durante todo o tempo, concorreram substancialmente para que eu tivesse a tranquilidade necessária para concretizar os objetivos propostos.

Aos amigos/vizinhos Laci, Silvana, Igor e Lavigne, pelo carinho e pela solidariedade, bem como pelo apoio dispensado a Joana Rodrigues na sua tarefa de “administrar a casa” durante minha ausência. Meus sinceros agradecimentos a todos vocês.

Finalmente, peço mil perdões àquelas inúmeras pessoas cujos nomes não aparecem registrados neste trabalho, mas que concorreram de algum modo para a sua realização.



Prólogo

Una triple frontera, de esas que no logran reconocerse en sus diferencias sino más bien en sus interlocuciones y sus historias compartidas, es el personaje que permite a Elder Andrade de Paula poner en debate la urdimbre del capitalismo del siglo XXI, al tiempo que se develan sus entretelones locales y los entramados en que las oligarquías domésticas conectan con los grandes poderes del mundo.

Se sabe desde antaño que las fronteras dividen, encierran, fracturan y crean las condiciones para un disciplinamiento social, generalmente centralizado y sedentario. Se sabe también que las fronteras delimitan o protegen a los poderes que las colocan y que logran hacerlas pasar como producto de la voluntad colectiva. Por tanto, la transgresión de fronteras es considerada dentro de los marcos legales como una anormalidad o una excepción – y por tanto no es referente de estudio – cuando en verdad, como lo propone de Paula, es una práctica reiterada y un principio consustancial de funcionamiento del capitalismo en todos los ámbitos y en todos los tiempos. El poder simultáneamente las coloca y las violenta, en la medida que le resultan limitantes. De ahí que teorizar la realidad a partir de las transgresiones suponga a la vez una desfetichización de la realidad, un atrevimiento creativo y una transgresión de la ortodoxia, de la mayor importancia teórica y política.

Fronteras en lugares selváticos han sido siempre complicadas de establecer. La vida fluye desde y hacia sus lados sin preguntarse sobre las líneas imaginarias establecidas por algunos poderosos que en la mayoría de los casos las trazaron sin siquiera conocer el lugar. A veces sabiendo que con ellas fragmentaban pueblos y procesos adversos o simplemente

distintos a los que había pretensiones de dominar. A veces sólo calculando abarcar la mayor extensión para disponer de sus riquezas.

Como quiera, las fronteras selváticas son mucho más permisivas que las otras. La geopolítica las identifica como fronteras porosas, aunque la mayoría de las veces son más bien “poco contactadas”. Muchas de ellas nos recuerdan las costumbres de siglos y hasta de milenios anteriores. La sobrevivencia en ellas tiene sus propias dinámicas y reglas, establecidas a través de las prácticas reiteradas. No son tierra de nadie, como tampoco lo eran el Lejano Oeste o el supuesto desierto argentino. Sólo son tierras alejadas del Estado – y ése es en gran medida su código secreto – que por ello entretejen sus historias con claves diferentes.

La perspectiva de análisis adoptada en *Capitalismo verde e transgressões: Amazônia no espelho de caliban* tiene la virtud del lente del arqueólogo que avanza partiendo de las capilaridades de las relaciones sociales no sólo para que éstas puedan ser entendidas en su acontecer particular sino para descubrir también los lazos precisos que las conectan con las grandes avenidas del poder en los tiempos del capitalismo senil, llamado verde, que hoy cuenta con posibilidades tecnológicas enormes para apoderarse no sólo de la naturaleza sino de sus componentes genéticos.

El personaje de este libro, la triple frontera formada por Brasil, Perú y Bolivia, es una de esas zonas del planeta que por virtud de este desarrollo tecnológico y de la catástrofe ecológica a la que ha conducido el capitalismo, pasan de un relativo abandono o desprecio a la condición de punto crítico – *hotspot* – concentrador de la atención de agencias nacionales extranjeras como la USAID, o internacionales como el Banco Mundial.

En un contexto general en el que la generación de la riqueza concebida en términos capitalistas está destruyendo las condiciones de generación de la vida, regiones como la cuenca amazónica, y dentro de ella algunos puntos de particular riqueza como nuestra frontera protagonista, cobran una importancia creciente y son víctimas de la voracidad de los fuertes.

Dado que a conservação da Amazônia tem sido considerada como um dos eixos centrais no “enfrentamento dos câmbios climáticos globais” e face às afirmações de que os povos que vivem na região, bem como seus respectivos governos seriam “incapazes” de proteger esse patrimônio natural imprescindível para o “bem-estar da humanidade”, a USAID assume para si essa “responsabilidade”.

Del año 1970 a la fecha, en que las triples fronteras amazónicas se han colocado como áreas de atención prioritaria, la huella ecológica excedió en un 50% la capacidad de recuperación de la Tierra (WWF) y los glaciares de Perú y Bolivia perdieron un tercio de su superficie. Sólo entre 1990 y 1997 se perdieron entre 5.8 y 1.4 millones de Ha. de bosques tropicales húmedos del mundo, sumando entre 2.3 y 0.7 millones de Ha. adicionales puestas en condiciones de degradación visible (Achard, Hugh et al). La disminución de especies silvestres de vertebrados fue de 31% a nivel mundial pero el decrecimiento fue de 59.5% en los trópicos y de 41% en los ecosistemas de agua dulce (CDB).

Siendo los trópicos los lugares de mayor concentración, diversidad y variabilidad genética, la translimitación ecológica los ha hecho disminuir en 60 % en menos de 40 años (WWF) y esto pone en el centro de la competencia y de la supervivencia capitalista la carrera por ocupar y monopolizar sitios como las triples fronteras amazónicas. Especialmente las triples fronteras, no sólo por sus características ambientales, sino porque su carácter multinacional permite incursionar en nuevas reglas del juego que evaden las protecciones nacionales que todavía se mantienen, creando legislaciones transfronterizas supranacionales *ad hoc*.

Por esta razón es tan importante que Elder inicie su trabajo cuestionando el capitalismo verde y la idea de sustentabilidad en un sistema que por su propia naturaleza la niega. Pasar de una explotación predatoria a una sustentable, como lo proponen los defensores del capitalismo verde y como bien lo destaca de Paula, es una trampa ideológica que apunta a construir un consenso activo de la sociedad mundial para el despliegue de

esta nueva forma de apropiación/depredación: el capitalismo visto como salvador de la naturaleza que él mismo destruye, inevitablemente, porque está fundamentado en la objetivación del otro, aunque ese otro sean formas de vida, incluso humanas.

En una investigación que sorprende por la manera profunda y meticulosa como va recogiendo datos y pistas sueltas, vivencias y saberes orales, se reconstruye la problemática de la región desde una perspectiva integral. La economía local y el lugar de la región en la economía subcontinental se entrelazan con las historias sociales específicas y con las grandes dimensiones del capitalismo global que se van insertando poco a poco en un rompecabezas que nos descubre la realidad de manera inteligible y provocativa, alertando sobre las trampas y las pistas falsas, sobre todo cuando de reproducir vicios se trata:

Parte substancial dos grandes conflitos sócio-ambientais em curso na Amazônia brasileira deve-se exatamente à existência de uma planificação para o desenvolvimento.

Sin ningún tipo de complacencia, el texto aborda uno de los asuntos fundamentales en los debates y la construcción de nuestros tiempos. Pone a discusión el “desarrollo” como paradigma de una forma de relacionamiento con la naturaleza y de organización de la sociedad mostrando sus límites y su naturaleza suicida, e insiste en la necesidad de construir desde otro lado, en vez de reproducir sólo cambiando nombres y fachadas.

Si bien abunda en elementos para alimentar una reflexión ecológica, la preocupación central del trabajo está puesta en la construcción de un mundo no sometido a la lógica capitalista y por ello se dedica a desentrañar la situación del trabajo y de la organización de los trabajadores que, dada la complejidad del caso, abarcan un amplio espectro.

El manejo de niveles, de aspectos, de particularidades y generalidades se hace de modo que vamos transitando lentamente de la mano de nuestro personaje hasta sentirnos en casa.

La relevancia de estudios como el que realizó de Paula, tanto desde el punto de vista académico o, más ampliamente, cognitivo, como desde el político. Nadie puede transformar una realidad que desconoce y las urgencias de los tiempos convocan a detener la catástrofe, a no reproducir sus lógicas y a crear otras formas de socialidad que abran los horizontes de la vida.

Los territorios condensan las complejidades y contradicciones de los entramados de la vida y de las modalidades de organización social. Revelan las concepciones del mundo, ya sean éstas reduccionistas (sujeto-objetos) o complementarias (intersubjetivas); los sentidos de futuro y los trazos lineales, circulares u otros con los que las sociedades suelen pensarse a sí mismas en su devenir; las visiones de satisfacción, trabajo, creación y societalidad con las que se construye la materialidad y los vínculos comunitarios; los conocimientos y saberes que se plasman en los cuidados de la vida o en las tecnologías con las que se diseña lo material y sus posibilidades; la cultura, las utopías y los imaginarios, en el sentido más amplio.

Los territorios no existen, se construyen; y están atravesados por todas las tensiones y conflictos propios de cada momento histórico y cada situación general y específica. Este libro es para conocer, para estudiar, para provocar los imaginarios libertarios y para construir el futuro. Para territorializar las utopías.

Ana Esther Ceceña

Coordenadora do Observatório Latinoamericano de Geopolítica

UNAM - México



Sumário

Introdução	19
1 - Esverdear o capitalismo para des-verdear a natureza	30
2 - O PPG7 e Geopolítica na Amazônia brasileira: construindo bases avançadas de hegemonia	44
3 - USAID e Geopolítica na Amazônia Continental	53
4 - A fronteira tri-nacional Brasil/Bolívia/Peru	62
5 - Transgressões de fronteiras na era do capitalismo verde	73
6 - Estado do Acre	75
7 - Departamento de Pando	84
8 - Departamento de Madre de Dios	94
9 - Brasil, IIRSA e hegemonia regional	106
10 - Marchando por autonomias na e além das fronteiras amazônicas	113
Considerações finais	128
Bibliografia	130
Anexo	139



Introdução

Parece ser uma constatação óbvia o fato de a civilização capitalista, no contexto da transgressão de fronteiras ao longo da história da humanidade, ser responsável direta pelo seu esgarçamento além dos limites do imaginável. No próprio momento em que escrevemos a apresentação deste ensaio, fazemo-lo sob o impacto das transmissões de algumas imagens dos bombardeios realizados pela França e pelos Estados Unidos na Líbia, iniciativa esta que deu início, “com muito barulho”, ao que se chamou de “ação humanitária” naquele país. Além da violação **de linhas demarcatórias** territoriais e do desencadeamento de ações coercitivas que as consubstanciam, a transgressão de fronteiras ultrapassa a realidade material, envolvendo aspectos cognitivos e simbólicos que permeiam a produção do social em escala planetária. Essa dimensão tem sido também largamente explorada, especialmente nos estudos sobre o colonialismo e suas formas de atualização na era da globalização capitalista atual.

Além da necessária reflexão sobre essas duas esferas estruturantes da transgressão de fronteiras, nossa atenção estará voltada também para outro aspecto importante: as recorrentes transgressões praticadas pelo Estado Nacional em suas fronteiras internas, no curso da expansão capitalista. Para fins ilustrativos, tomemos como exemplo a expansão capitalista na Amazônia brasileira no pós-1964. No decorrer desse processo, tanto no período comandado pela ditadura militar (1964-84) quanto no posterior a 1990, com o retorno de presidentes eleitos pelo voto direto – mal denominado pelos politólogos como consolidação do processo de “redemocratização” –, o Estado brasileiro primou pela transgressão da sua própria base institucional para satisfazer aos interesses do capital, violando assim territórios e direitos dos povos amazônicos.

Queremos dizer que a forma de governo não altera esse tipo de comportamento por parte do Estado. Para ficarmos com casos emblemáticos mais recentes, basta mencionarmos as transgressões legais que culminaram no licenciamento e início das obras nas hidrelétricas do rio Madeira (e esse mesmo procedimento está sendo retomado na criação da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu). A rebelião dos trabalhadores dos canteiros de obras da barragem de Jirau contra os descumprimentos de cláusulas contratuais, cometidos por parte das empreiteiras, e o envio da Força de Segurança Nacional pelo governo federal, com o intuito de reprimir os trabalhadores, podem ser tidos como um capítulo a mais dessa megatransgressão, que atinge ainda as comunidades camponesas e os povos indígenas expropriados de seus territórios, no Brasil e na Bolívia.

Do nosso ponto de vista, Thompson (1987) e Agamben (2004) aportam, com bastante profundidade, elementos para interpretar esse processo de transgressão permanente. O primeiro autor nos ajuda a pensar como o caráter ambíguo das leis¹ pode acomodar, dentro da legalidade institucional, formas dissimuladas de transgressão em favor do capital. O segundo, por sua vez, analisa a “Lei Patriota”, editada nos Estados Unidos, logo após os atentados contra as torres gêmeas, em 2001, alargando o significado desse fato na moldura atual do Estado. De acordo com esta visão, o Estado contemporâneo pôs em marcha um processo regressivo na sua institucionalidade: ao cancelar direitos individuais, evocando o medo como base legitimadora para tais atos, fez com que o “Estado de exceção” deixasse de se constituir em recurso provisório, sendo acionado de forma contínua em situações emergenciais, convertendo-se, assim, na própria regra, ou seja, num Estado de Exceção permanente. Nesse ato, Hobbes sairia de trás das cortinas para assumir um lugar mais destacado no palco da dominação contemporânea.

1 Como sabemos, sua interpretação está voltada para pensar as “brechas” advindas dessa ambiguidade, que podem ser usadas politicamente também pelos trabalhadores nas lutas de resistência.

Essas considerações iniciais têm uma finalidade essencial: explicitar os sentidos que atribuímos à ideia de transgressão de fronteiras e, ao mesmo tempo, ressaltar a instabilidade a ela subjacente. Com tal procedimento, abrimos espaço para justificar o porquê de “Amazônia no espelho de Caliban”. Isto é, ao invés de “mirar” a Amazônia refletida no espelho de Próspero, cuja imagem projeta uma estabilidade alicerçada no reordenamento territorial e na edificação de uma base institucional, adaptada a uma modernidade comprometida com a “participação democrática” e a “conservação ambiental”, fazemos todo o contrário: a imagem refletida no espelho de Caliban projeta um quadro de agravamento da instabilidade socioeconômica, político-cultural e ambiental, sob o contexto de dominação marcado pelas transgressões emanadas de um Estado de exceção permanente e de uma crescente militarização do território amazônico em escala continental.

Ao acompanharmos a Conferencia Mundial de los Pueblos Sobre Cambio Climático y Derechos de la Madre Tierra², convocada pelo governo de Evo Morales, recordamo-nos de *Caliban*, escrito por Retamar há mais de quatro décadas³. Nesse livro, o escritor e poeta cubano dialoga com Rodó, José Martí, Sarmiento, Mariategui, entre outros, e propõe uma reinterpretação da cultura latinoamericana. Utiliza como metáfora dois personagens principais de *A tempestade* de Shakespeare: Próspero e Caliban. O primeiro simboliza a concepção do mundo do colonizador europeu (“civilizado”) e, o segundo, o nativo colonizado (“bárbaro”). Ao inverter a imagem refletida no espelho do colonizador, Retamar sugere, para a Cultura latinoamericana, como sintetizou Villegas (1971, p. 1),

Una tarea anticolonialista, liberadora y propone a Caliban como el símbolo de esta nueva cultura (...) se fija en Calibán porque es el

2 CMPCC – Cochabamba, 2010.

3 FERNÁNDEZ RETAMAR, Roberto. **Calibán**: Apuntes sobre la cultura en nuestra América. México: SEP/UNAM, 1979.

propietário original de La isla, que le ha sido arrebatada por Prospero, el cual simboliza en este caso el imperialismo (...).

É exatamente nessa perspectiva, agregando a ela o fenômeno do colonialismo interno, que fazemos uso, para fins de interpretação do processo de expansão capitalista na Amazônia continental, neste ensaio, das imagens de Caliban e Próspero.

A base argumentativa apoia-se nos resultados do projeto de pesquisa “Entre ‘santas’ e ‘diabos’ na Amazônia: desafios da resistência camponesa e indígena sob o capitalismo verde”, bem como no acúmulo advindo de uma práxis envolvida com essa temática há quase três décadas⁴. A pesquisa foi realizada no decorrer de um Estágio Pós-Doutoral no Observatorio Latinoamericano de Geopolítica do Instituto de Investigaciones Económicas/Universidad Nacional Autónoma de México – UNAM (maio de 2010 a abril de 2011), sob os auspícios da CAPES. Conforme resumo apresentado no referido Projeto, propusemo-nos a investigar e analisar as principais iniciativas externas voltadas para a “homogeneização” do processo de espoliação das populações camponesas e indígenas na Amazônia Sul-Occidental e a refletir sobre os novos desafios das lutas de resistência daí decorrentes. Trata-se de um processo movido por forças representantes de interesses aparentemente contraditórios: de um lado, petroleiras, mineradoras, madeireiras, agronegócio, corporações ligadas a biotecnologias e, de outro, ONGs ambientalistas. Na produção midiática, comprometida com a ideologia do “capitalismo verde”, esses conflitos são abordados como resultado do confronto entre as forças do “bem” e do “mal”, isto é: de um lado, os que almejam um estilo de “desenvolvimento” que contemple as preocupações com a conservação ambiental e, de outro,

4 Desde que fixei residência no estado do Acre, em 1984, me envolvi com a luta de resistência camponesa travada naquele estado e, posteriormente, com a de outros da região. Acompanhei, “por dentro”, o período que decorreu desde o sindicalismo rural até à “chegada” do capitalismo verde a Amazônia. As pesquisas realizadas ao longo desse tempo também estão associadas a essa práxis.

os que mantêm a lógica da produção destrutiva. Nesse tipo de construção, a “única alternativa” que se apresenta para as populações camponesas e indígenas é a de se unirem às “forças do bem”. A problematização proposta nesta pesquisa parte do pressuposto de que um dos principais desafios da resistência camponesa/indígena na atualidade é o de romper com esse consenso em torno do “capitalismo verde”. Nessa perspectiva, toma-se como referência empírica a Amazônia Sul-Occidental – mais precisamente a porção territorial, formada pelos departamentos de Madre de Dios/Peru, Pando/Bolívia e o estado do Acre/Brasil.

A problematização teórica proposta inicialmente, no referido projeto, estava ancorada no conceito de hegemonia, formulado por Gramsci (1978) – isto é, a ideia de um processo de direção que se desenvolve não somente nas esferas econômica e política da sociedade, mas também sobre os modos de pensar, conhecer e produzir ideologia –, como base de referência fundamental para compreender os logros do capitalismo verde na Amazônia. Fenômeno este interpretado sob uma perspectiva de análise das transformações operadas no exercício da hegemonia mundial nas últimas três décadas, bem como no modo por meio do qual o ambientalismo passa a interferir nas funções do Estado como “educador”. Ou seja, assim como a fusão/confusão entre liberalismo e democracia criou a ilusão, a partir de meados do século XIX, de que na democracia representativa seria possível compatibilizar os valores de ambos, sob o capitalismo verde produziu-se outra ilusão: a de que é possível harmonizar os imperativos do capital com a conservação do meio ambiente.

Conforme afirmamos no projeto de pesquisa, a construção de um “consenso ativo”, nos termos propostos por Gramsci (1978), em torno desse “capitalismo verde”, envolveu/envolve um amplo leque de representações. Inclui desde aquelas ligadas a agentes econômicos locais e grandes corporações de capitais transnacionais até organizações camponesas e indígenas. Nessa fase atual do desenvolvimento capitalista na Amazônia, parte das bandeiras empunhadas por diversos movimentos e representações das populações camponesas e indígenas acaba sendo destituída de

sua essência, com a finalidade de ser incorporada à lógica de acumulação do capital. As concessões de florestas públicas a grandes corporações transnacionais, para fins de “exploração sustentável” de madeiras nobres, e as “flexibilizações” de direitos sobre terras comunais, para fins de “exploração sustentável” de madeira, mineração e hidrocarbonetos, são os exemplos mais visíveis dessa conversão, conforme se verá de forma mais esquemática ao longo deste ensaio.

No decorrer da pesquisa, à medida que acessávamos outras referências bibliográficas e ampliávamos a nossa base de dados empíricos, sentimos a necessidade de alargar essa problematização e, ao mesmo tempo, tornar mais precisa sua formulação inicial. De forma bastante sintética, esse processo resultou nos seguintes desdobramentos: 1) estabelecer uma necessária distinção entre capitalismo verde e desenvolvimento sustentável; 2) reposicionar o tema da hegemonia, a partir de uma perspectiva ampliada do conceito de Estado formulado por Gramsci, para fins de reflexão de natureza geopolítica, e 3) incorporar os aportes do rico debate sobre autonomias para iluminar as reflexões a respeito do problema proposto.

No que diz respeito ao “capitalismo verde” e ao “desenvolvimento sustentável”, a distinção entre os dois reside basicamente em aspectos de caráter metodológico. Ao nos referirmos ao primeiro, estamos nos reportando às transformações reais operadas no capitalismo, no sentido de promover um movimento simultâneo de adaptação à **nova divisão internacional do trabalho**, ao reordenamento de natureza geopolítica, às **reconfigurações** nas relações Estado-Mercado e à assimilação do ambientalismo no processo de acumulação global. As referências ao “desenvolvimento sustentável”, por sua parte, designam a ideologia que busca conferir legitimidade a esse movimento real, concreto, do novo ciclo de acumulação capitalista e, ao mesmo tempo, ocultar a espoliação a ele subjacente.

Com relação ao segundo desdobramento, o reposicionamento do tema da hegemonia e da transgressão de fronteiras na era do capitalismo verde produziram, entre outras implicações, a perda do que poderíamos

denominar de “monopólio da construção de hegemonia” por parte do Estado nacional. Nesse sentido, as análises da natureza interna das relações Estado-Sociedade não logram responder satisfatoriamente à nova gramática do poder. Desse modo, parece-nos mais do que oportuna a interpretação de Arrighi (1996), com vistas a refletir sobre a construção de hegemonia na sua dimensão mundial. De acordo com Arrighi (1996, p. 29), dado que

(...) a palavra hegemonia em seu sentido etimológico de “liderança” e em seu sentido derivado de “dominação”, normalmente se refere às relações entre Estados, é perfeitamente possível que Gramsci estivesse usando o termo metaforicamente, para esclarecer as relações entre os grupos sociais através de uma analogia com as relações entre os Estados.

Ao transpor o conceito gramsciano de hegemonia social das relações intraestatais para as relações interestatais, continua Arrighi, “podemos estar simplesmente retrçando, no sentido inverso, o processo mental de Gramsci”. Nessa perspectiva, torna-se compreensível o surgimento de novas formulações conceituais, as quais visam à democracia liberal representativa como “governança ambiental”, e cujos fins se orientam para a adaptação da revalorização da sociedade civil no processo de construção de hegemonia mundial. Na seção seguinte, e nas demais, procuramos demonstrar como esse movimento opera através da formação e articulação de agentes que atuam desde o local até ao planetário.

No que tange ao tema das “autonomias”, a sua incorporação resultou da necessidade de responder às evidências empíricas. Através do contato pessoal direto com lideranças camponesas e indígenas, representantes de ONGs, intelectuais e outras fontes primárias e secundárias, percebemos com maior nitidez a sua importância e complexidade no contexto das lutas de resistência indígena e camponesa na Amazônia boliviana. O modo como o poder oligárquico regional e outros agentes (como grandes ONGs internacionais e USAID) têm instrumentalizado o tema das autonomias

produz um “embaralhamento” funcional, o qual visa confundir os diferentes objetivos que justificam as mobilizações em torno dela. Ademais, em condições amazônicas, diferentemente dos altiplanos, as populações indígenas e camponesas são minoria, marcando uma singularidade adicional a ser considerada.

Na tentativa de responder aos desafios teóricos de análise concreta desse contexto, buscamos inúmeras pistas para situar o tema das autonomias no âmbito da Geopolítica. Na consulta às edições completas da “Revista Chiapas”, disponíveis no OLAG, e através do diálogo com Ana Esther Ceceña, delimitamos a bibliografia de referência, citada no final deste ensaio, e o recorte da abordagem, sintetizado a seguir. Tomamos como ponto de partida os sentidos gerais formulados por Marx e Engels a respeito da noção de autonomia⁵ – que abrange desde a ideia de autodeterminação dos povos até a perda de autonomia do operário no processo de trabalho ou a “autonomia relativa” do Estado –, procurando problematizá-la, além de ter em vista as condições das lutas de resistência indígena e camponesa contra a expansão do capitalismo verde na Amazônia continental.

No caso da Amazônia boliviana, como se verá ao longo deste trabalho, as lutas pela autonomia, protagonizadas por movimentos indígenas e camponeses, requerem uma reflexão que incorpore, com a devida profundidade, os elementos supramencionados. Deve-se ressaltar, contudo,

5 Como bem sintetizou Modonesi (2010, p. 103), “En el fondo, los usos marxistas del concepto de *autonomía* pueden resumirse en dos vertientes: la autonomía como *independencia de clase* – subjetiva, organizativa e ideológica – en el contexto de la dominación capitalista burguesa y la autonomía como *emancipación*, como *modelo*, *prefiguración* o *proceso* de formación de la sociedad emancipada. La primera, desde Marx, constituye un pilar indiscutible del pensamiento marxista. La segunda – en sus matices – no es patrimonio común de los marxistas sino que ha sido, como veremos, desarrollada por algunas corrientes y autores. En las posibles articulaciones entre ambas encontramos el meollo del debate marxista contemporáneo y los caminos de una potencial apertura y consolidación conceptual”.

que neste caso 1) a “autodeterminação dos povos” se processa numa dupla dimensão territorial (aquela relativa ao domínio reivindicado pelos diversos povos indígenas e aquela que diz respeito ao país como um todo, que transita de um Estado nacional para um Estado plurinacional), 2) que a perda de autonomia no processo de trabalho opera no espaço agrário sob contexto de subsunção formal e que 3) a “autonomia relativa” do Estado, além de levar em conta esses elementos nas relações internas de poder, deve englobar ainda a dimensão interestatal em escala continental e planetária.

No plano mais específico, procuramos salientar as principais influências teóricas no debate contemporâneo sobre as autonomias na América Latina. Em Díaz-Polanco (2004), encontramos uma abordagem bastante apropriada para o nosso fim. O referido autor, nas suas formulações teórico-interpretativas, identifica pelo menos três das correntes mais influentes acerca do tema. A primeira estaria identificada com ideais pautados na recomposição do mundo indígena originário e, segundo a qual, a demanda por autonomia asseguraria um necessário isolamento para a consecução de tal finalidade. A segunda seria tributária do pensamento liberal, considerando que as autonomias seriam interpeladas como procedimento instrumental destinado a propiciar uma descentralização do poder. Neste caso, o pluralismo associado ao multiculturalismo procuraria “enquadrar” o universo das demandas por autonomia. A terceira, por fim, situar-se-ia numa perspectiva emancipatória, isto é, as lutas e demandas por autonomia seriam entendidas como parte de um processo mais amplo de lutas anticapitalistas e de tomada do poder. Neste sentido, suas conquistas estariam condicionadas à capacidade de forjar alianças com os demais sujeitos sociais e políticos interessados na construção de uma sociedade socialista. Esse esclarecimento foi fundamental para analisar a Amazônia boliviana, onde as autonomias aparecem como reivindicação de todos: desde os povos indígenas e comunidades camponesas até ao poder oligárquico e às ONGs internacionais.

Com Ceceña, especialmente na leitura de *Derivas del mundo en el que caben todos los mundos* (2008), conseguimos aclarar de forma substancial as fundamentações que interpelam as autonomias em outra chave emancipatória. Neste texto, as lutas por autonomia são interpretadas como processos potencialmente transgressores desses limites e como dualismos instituídos nas diferentes versões de modernidades, seja a capitalista, seja a das experimentações dos socialismos “realmente existentes”, como bem explicita a autora:

Reproducir la negación es camino ya probado por buena parte de los movimientos revolucionarios del siglo XX. El balance autocrítico de esas experiencias llevó a pensar en avanzar construyendo el terreno de la no-negación, el del mundo donde quedan todos los mundos, no como se conoce hoy en día, sino como irán siendo en este proceso de descentramiento democrático que generará los nuevos habitus. Una de las enormes virtudes del movimiento zapatista es que mostró un camino de emancipación que logra ir negando la negación e ir abriendo espacio a la unidad de los diversos atreves de las autonomías, de la guerra de la palabra y de la dignificación general (...). Para descolonizar el pensamiento y generar visiones emancipadas de la realidad hace falta más que pensar desde el margen o desde el subdesarrollo, es preciso pensar más allá de este sistema de relaciones y imaginarios sustentado en la polaridad (...) (CECEÑA, 2008, p. 12 e 61).

Com a formulação acima, o tema das autonomias aparece encetado em processos mais amplos de contestação do domínio capitalista e de busca de alternativas emancipatórias. Sob esse ângulo, o enfrentamento das transgressões de fronteiras – na magnitude que se estabeleceu sob o capitalismo verde – requer, necessariamente, transgressões ainda mais ousadas por parte dos sujeitos sociais comprometidos com a construção de outros mundos. Nesse sentido, acreditamos que os aportes do uruguaio Raúl Zibechi, o qual traz à **tona experiências de lutas por autonomias** levadas a cabo desde as “margens” do capitalismo (tanto no espaço urbano quanto no agrário), concorrem também para pensarmos as emancipações como processos abertos.

Esclarecidos os conceitos fundamentais que sustentam o presente ensaio, finalizaremos essa parte introdutória expondo a metodologia e a organização do texto.

Para a realização da pesquisa, nos valem os dois grupamentos de fontes essenciais. O primeiro pautou-se no exame alargado da produção bibliográfica relacionada com a temática; o segundo, por sua vez, envolveu a retomada de uma base de dados resultante das pesquisas⁶ e orientações que temos realizado, ampliadas com novos dados, e o trabalho de campo realizado na Bolívia, entre novembro de 2010 e janeiro de 2011. O texto está subdividido em 11 seções, assim ordenadas: Esverdear o capitalismo para des-verdear a natureza; O PPG7 e Geopolítica na Amazônia brasileira: construindo bases avançadas de hegemonia; USAID e Geopolítica na Amazônia Continental; A fronteira trinacional Brasil/Bolívia/Peru; Transgressões de fronteiras na era do capitalismo verde; Estado do Acre; Departamento de Pando; Departamento de Madre de Dios; Brasil, Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana-IRSA e hegemonia regional; Marchando por autonomias nas e além das fronteiras amazônicas; Considerações finais.

A segunda e terceira seções foram extraídas, com ligeiras modificações, de “¿Alternativa de desarrollo o explotación vestida de verde?”, trabalho apresentado no III Seminario Internacional Experiencias y Formaciones en la Construcción de Desarrollos Alternativos, em Puebla, México (agosto de 2010). Tal procedimento deve-se ao fato de que o re-

6 Especialmente através do Núcleo de Pesquisa Estado, Sociedade e Desenvolvimento na Amazônia Ocidental e do Projeto de Pesquisa “Processos de territorialização e identidades sociais: construção material e simbólica do lugar em contextos político-econômicos e socioambientais distintos” (financiado pela CAPES, coordenado pelo PPGS/UFSCAR em parceria com PPGMDR/UFAC e PPGS/UFAM), estamos tendo a oportunidade de estabelecer práticas conjuntas e ricos diálogos com pesquisadores dessas três instituições.

ferido trabalho funcionou como um primeiro recorte da pesquisa, três meses após o seu início. Outra observação necessária diz respeito ao uso de algumas expressões em espanhol no texto, tais como “las bondades de la naturaleza”, expressão usada pelas lideranças do “Pacto de Unidad”⁷ como contraposição a “recursos naturais” (conceito que “naturaliza” a mercantilização da natureza), e outras palavras, tais como, por exemplo, “aclarar”, que considero menos impositiva do que a sua tradução em português “esclarecer”.

1 - Esverdear o capitalismo para des-verdear a natureza

No instigante ensaio “¿Quién construirá el arca?”, Mike Davis⁸ (2010, p. 22) analisa uma das interfaces existentes entre os “câmbios climáticos” e a mais recente crise econômica mundial, iniciada em 2007. De acordo com ele, ao reduzir a produção, a crise acaba por dar uma pequena trégua ao planeta, enquanto que, em outro extremo, se produzem os efeitos negativos. Davis ressalta que é improvável que a dita crise “ralentice la destrucción de la selva amazónica puesto que los agricultores brasileños intentan racionalmente defender los ingresos brutos expandiendo la producción”.

Mike Davis destaca, ainda, que a crise tem servido como pretexto para que as grandes empresas não cumpram seu compromisso público com as energias renováveis e para que os governos, por sua parte, deixem de cumprir metas pactuadas internacionalmente. O autor cita vários exemplos nos quais grandes corporações transnacionais incentivam cortes em suas inversões destinadas às pesquisas relacionadas à energia renovável. Segundo ele, até o próprio Yvo de Boer, “director de La Convención

7 O Pacto de Unidad aglutina as seguintes organizações indígenas camponesas da Bolívia: CSUTCB, CNMCIOB “BS”, CSCIB, CONAMAQ e CIDOB.

8 Publicado por *Este País Tendencias y Opiniones*, México, DF, n. 230, junho de 2010, p. 2.

Marco de Naciones Unidas Sobre el Cambio Climático”, admite que, enquanto persistir a crise econômica, “los gobiernos más sensatos se mostrarán reacios a imponer a la industria nuevos gastos en forma de límites máximos a las emisiones de carbono”.

Esta constatação de Mike Davis, somada às milhares de denúncias relativas ao não cumprimento de **cláusulas ambientais por parte de governos e empresas**, que inundam os meios de comunicações diariamente, põem em xeque as **promessas do capitalismo verde**. Tais promessas fundamentam-se, essencialmente, no alicerce da racionalidade científica como guia para harmonizar capital e natureza. Ancoradas no consenso firmado em torno do Relatório Brundtland⁹ (1987) e na ideologia do “desenvolvimento sustentável”, nutrem expectativas em torno da esperança de que gradualmente empresas e governos adotem modelos produtivos “ambientalmente corretos”.

Em que pesem as críticas e evidências do malogro dessa “profissão de fé” em torno da factibilidade de harmonização entre os imperativos do capital e a conservação do meio ambiente, o seu “núcleo duro” parece inabalado. O Relatório “Towards a green economy: pathways to sustainable

9 Como é sabido, após duas décadas de debates, no âmbito da ONU, com vistas a compatibilizar “desenvolvimento” e “meio ambiente”, anunciou-se então no referido Relatório o “achado” para o dilema: um conjunto de proposições normativas voltadas para assegurar “a satisfação das necessidades das gerações do presente sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras”. Em trabalho anterior (PAULA, 2005) procuramos mostrar que, ao contrário do otimismo reiterado pelos principais porta-vozes do ambientalismo internacional, no que diz respeito à assimilação do “desenvolvimento sustentável” por parte do Banco Mundial e outros organismos multilaterais, estávamos a experimentar um enorme retrocesso, evidenciado pela ascensão da doutrina neoliberal e das políticas a ela subjacentes. No essencial, argumentamos que o consenso firmado no Relatório Brundtland, longe de ser um problema, passou a ser uma solução. Isto é, como não foi definido neste documento absolutamente nada, continua-se fazendo mais do mesmo, conforme destacavam empiricamente os estudos realizados no Acre-Amazônia Sul-Occidental, considerado pelos ambientalistas um caso exitoso de “desenvolvimento sustentável”.

development and poverty eradication”¹⁰ – formulado para “contribuir” com a conferência mundial Rio +20, realizada no Rio de Janeiro em 2012 –, reitera com impressionante nitidez as crenças no “desenvolvimento sustentável”, ressaltando, todavia, que os seus três pilares fundamentais – o econômico, o ambiental e o social – recebam tratamento equânime no planejamento e nas políticas de desenvolvimento econômico. O relatório procura aclarar o que denomina “mitos e equívocos” em torno da economia verde, assim descritos na resenha formulada pelo Instituto de Desenvolvimento Industrial (entidade que reúne empresários do setor industrial brasileiro):

O primeiro deles refere-se à existência de um dilema incontornável entre sustentabilidade ambiental e progresso econômico. Há evidências substanciais de que o enverdecimento das economias não inibe as oportunidades de criação e de utilização de riqueza. Ao contrário, muitos setores verdes oferecem oportunidades significativas de investimento, crescimento e emprego. Outro mito que o estudo procura combater é aquele que vê a economia verde como um luxo acessível apenas aos países mais industrializados, ou pior, como um estratagema das nações desenvolvidas para conter o desenvolvimento e perpetuar a pobreza nos países em desenvolvimento. Contrariamente a esta percepção, o estudo traz numerosos exemplos de transições para economia verde encontrados no mundo em desenvolvimento, que podem ser replicados em outros lugares.¹¹

Ainda segundo o Relatório, uma “economia verde” se caracterizaria por possuir, entre outros traços, “o reconhecimento do valor do capital natural e investimento nele, a promoção e utilização mais eficiente de recursos e energia; conservar e recuperar o capital natural e contribuir para a redução da pobreza”. Em uma excepcional crítica a esses postulados di-

10 Disponível em: <<http://www.unep.org>> e publicado pela ONU em 2011.

11 Disponível em: <http://www.iedi.org.br/artigos/artigos/artigos/chamada_carta.html>. Acesso em: maio 2011.

fundidos pela ideologia do “desenvolvimento sustentável”, Norman Wray (2008) afirma que

Los usos prácticos del desarrollo sostenible vienen dados desde los países industrializados, en donde se ha utilizado el término como un acto de fe para lograr un crecimiento económico sin dañar el medio ambiente, pero que lo único que hace, como lo dice Naredo, es hacer las veces de “burladero para escapar a la problemática ecológica y a las connotaciones éticas que tal crecimiento conlleva”. El paradigma económico por detrás de tal acto es: (1) la sostenibilidad es la suma del capital natural y el capital artificial. (2) mientras no exista una disminución del global, estos dos capitales son intercambiables, sumables y restables. (3) la forma de regular los desórdenes ambientales es a través de la “internalización de las externalidades”. Este paradigma ha sido sistemáticamente rebatido en los últimos años, argumentando concretamente que los “elementos de la naturaleza” (capital natural) no pueden ser usados y convertidos en un uso productivo (capital artificial), y después pretender volverlos a su estado original como por arte de magia, o pensar que se puede prescindir de la naturaleza a través de un artificio tecnológico.¹²

Dadas as incongruências apontadas por Norman Wray, caberia indagar-nos sobre as razões de tamanho êxito dessa ideologia em curtíssimo espaço de tempo. Pensamos que uma possível resposta teria, necessariamente, de levar em conta a conjugação de elementos explicativos de ordem subjetiva mais geral, conjugados com aqueles mais particulares. No que diz respeito ao primeiro, recorreremos a uma formidável síntese elaborada por Echeverría (1986, p. 11) a respeito da crise da civilização capitalista e do conformismo com tal situação. Ele se pergunta sobre o que Rosa Luxemburgo queria dizer com “barbárie” quando, no contexto da “Gran Guerra, reconecia para la marcha de La historia uma encrucijada

12 Disponível em: <http://www.ruptura25.org/index.php?option=com_content&task=view&id=325&Itemid=51>.

inevitable: o adopta el difícil camino del socialismo o se hunde en la barbarie”. Em sua resposta, diz Echeverría:

Alguien llegado de afuera diría que sí, que es evidente: la historia se decidió por la barbarie y ésta se generaliza y profundiza. Nunca como en el siglo XX, insistiría, tantas posibilidades sociales y técnicas de felicidad, de armonía entre los hombres y entre éstos e y la naturaleza, fueron convertidas de manera tan sistemática en compulsiones a la desgracia y la destrucción. Pero los que viven este siglo no están dispuestos a una constatación tan contundente y condenatoria como ésta. Criados para el arte de interpretar lo malo como menos malo a la luz de la posta a sumar bajo el término “barbarie” todas las catástrofes y las masacres de su época, la frustración de pueblos e generaciones enteras que ella contiene, el asfixiante estrechamiento de la vida individual y colectiva que ella ha traído consigo. Para ellos, pese a todo, el progreso – que sería por esencia bueno – sigue: la humanidad mantiene su marcha ascendente.

Assim, seguindo o curso dessa “marcha ascendente da humanidade”, o sucesso da ideologia do “desenvolvimento sustentável” pode ser interpretado como a resignação em relação ao “mal menor”, advindo da inexorabilidade do desenvolvimento capitalista. Como sabemos, a emergência do capitalismo verde como “alternativa” ocorre sob um contexto de monumental ofensiva ideológica, no sentido de afirmar as “leis de mercado” como horizonte único da humanidade, afiançada, sobretudo, pela derrocada do chamado “socialismo real” existente na URSS e Leste Europeu. As reformas orientadas pela doutrina neoliberal¹³, em escala mais

13 Como bem o define Roitman (S.d., p. 53), “neoliberalismo supone la refundación del poder y del orden político. Su objetivo, impulsar las reformas del Estado para hacer compatible su modernización con la propuesta neoliberal. Se trata de articular el cambio en las estructuras sociales y de poder con nuevo tipo de racionalidad política sometida a los parámetros de una economía de mercado. La búsqueda de legitimación política se encuentra en declamar una gobernabilidad eficiente y racional. La GOBERNABILIDAD TRANSFORMADA en parte de la ideología neoliberal da legitimidad a las reformas estatales de la segunda modernización. En nombre de la gobernabilidad neoliberal se presentan políticas de ajuste económico, de flexibilidad

abrangente, expressaram essa pretensão.

Essa percepção, de nível geral, ajuda-nos a compreender os desdobramentos de caráter particular, isto é, os esforços para apresentar um corpo coerente de ideias que confirmem legitimidade mais ampla às adaptações operadas no capitalismo verde.

O termo “sustentável” figura na era do capitalismo verde como um “salvo conduto”. Com o carimbo da “autoridade científica”, o que antes era exploração predatória agora passa a ser denominado “exploração sustentável”¹⁴; ou seja, procura-se manipular os aportes da ciência para

laboral, de privatización y desnacionalización de la economía. La gobernabilidad se homologa a una categoría constituyente, refundacional de lo político. Sus máximas son racionalidad, disciplina y eficiencia. Racionalidad estatal y eficiencia en el desarrollo de las políticas públicas. Ambos factores garantizan el mantenimiento del orden político y proporcionan un mínimo de legitimidad social a las reformas emprendidas. Su puesta en práctica afecta al conjunto de las funciones estatales. Gobierno, régimen y constitución política del estado. Las actuales transformaciones tecnológicas, unido al arsenal de nuevos conocimientos científicos, hacen de la gobernabilidad un problema cuyo despliegue afecta el conjunto de formas de pensar y actuar. El orden neoliberal se apropia de ellos para fundamentar una política de cambios acordes con sus postulados. Legítimas decisiones que permitan hacer frente en su discurso a los ‘retos de la globalización’. Las reformas políticas adquieren un tono mesiánico afincado en la idea de progreso. Es en este marco conceptual donde la gobernabilidad se piensa como una ideología de la modernización y cambio social. Impulsar las reformas estatales se convierte en un principio irrenunciable. La nueva racionalidad neoliberal propone cambios en tres ámbitos de lo político: 1) Reforma del proceso de gobierno o gestión pública; 2) Reforma del régimen político; 3) reforma de la constitución política del Estado”.

14 A título de ilustração, podemos citar, entre os diversos exemplos dessa manipulação, o caso do Parque Nacional da Serra do Divisor, na fronteira entre a Amazônia brasileira e a peruana. As populações indígenas e camponesas desse Parque foram pressionadas para sair da área através de ação conjunta do Poder Executivo federal e de uma ONG sediada no Acre, a SOS Amazônia, com o argumento de que se tratava de medidas voltadas para “proteger o meio ambiente”. Em 2007, essa mesma ONG liderou um abaixo-assinado subscrito por diversas organizações representativas dos movimentos sociais no Acre manifestando sua concordância com a iniciativa da Petrobrás de iniciar pesquisas para fins de exploração de gás e petróleo no referido Parque. O principal argumento era o de que a empresa conta com um aporte tecnológico adequado para

fins de legitimação do processo de exploração em curso. Não se pode esquecer, como adverte Mészáros (2002, p. 254), que, sob a lógica da acumulação capitalista, o “terreno da ciência e tecnologia” precisa estar “rigorosamente subordinado às exigências absolutas da expansão e acumulação do capital”. Por esta razão, ciência e tecnologia sempre tiveram de ser utilizadas com enorme seletividade, conforme o único princípio de seletividade à disposição do capital. Desse modo,

mesmo as formas existentes de conhecimento científico, que até poderiam combater a degradação do ambiente natural, não podem se realizar porque interfeririam com o imperativo da expansão inconsciente do capital; para não mencionar a recusa em dar andamento aos projetos científicos e tecnológicos que, se tivessem a necessária escala monumental, compensariam a piora de toda a situação.

A ciência e a tecnologia, continua Mészáros, “só poderão ser utilizadas a serviço do desenvolvimento produtivo se contribuir diretamente para a expansão do capital e ajudarem a empurrar para mais longe os antagonismos internos do sistema”.

Em termos do reordenamento da geopolítica mundial, o “esverdeamento” do capitalismo tem sido fundamental para orientar e legitimar as políticas e estratégias imperialistas voltadas para o controle dos territórios dotados de bens naturais estratégicos. Sob a suposta neutralidade da chamada “agenda ambientalista” internacional, procura-se uniformizar um padrão de exploração de “las bondades de la naturaleza” em escala planetária.

Essa agenda consegue dissimular de forma magnífica os interesses subjacentes à espoliação praticada na era do capitalismo verde. Para tanto, mobiliza cinco eixos argumentativos que consideramos centrais: 1) a ideia de que as mudanças climáticas – identificadas como principal

uma “exploração sustentável”, sem riscos para o meio ambiente.

problema do planeta – afetam por igual a população planetária; logo, todos estariam interessados no equacionamento desse problema; 2) a afirmação da esperança de superação do problema através do uso da racionalidade científica como guia fundamental para uma planificação estratégica do uso “sustentável” dos bens naturais; 3) em decorrência dos dois anteriores, e dado que o núcleo mais avançado da ciência se encontra localizado nos ditos “países desenvolvidos”, propõe-se uma “cooperação internacional”, pautada na defesa de uma democracia orientada para a consecução de uma “governança ambiental”; 4) a defesa das convenções e tratados internacionais sobre o clima e as florestas como referência para adaptações no ordenamento jurídico-político interno dos Estados nacionais; 5) a centralidade do Mercado como “alternativa” para implementação de práticas produtivas conservacionistas via “parcerias” empresa-comunidades.

Estes cinco eixos de argumentação expressam com muita sagacidade a aparente preocupação com o “bem comum”, segundo uma visão reciclada dos liberalismos, a qual envolve a dimensão mercantil, ambiental, científica e política, com a aparente sobrevalorização da “sociedade civil”, desde a local até a internacional.

Como bem argumentou Souza (2007, p. 83) ao analisar as “reformas do Estado” e a sua interface com a questão ambiental, a exaustiva massificação da expressão “governança ambiental” cumpre exemplarmente o papel de ocultar os interesses contraditórios existentes no processo de dominação imperialista:

(...) o termo governança está presente no processo de “reformas” do Estado que teve como características mais marcantes a “flexibilização” da soberania dos Estados nacionais periféricos, a transformação do público em privado e a “abertura” da sociedade política à participação da “ilibada” sociedade civil, sacada de sua base material e esterilizada de interesses conflitantes (de classes e nacionais). O termo governança ambiental tem sua gênese no mesmo processo e é marcado pela mesma ideia. A diferença está em seu caráter ambientalista, questão que, supostamente, estaria também acima dos interesses nacionais e de classes. É como se o interesse

e o dever em cuidar do meio ambiente sobrepujassem quaisquer outros interesses. Diante do caráter universalista, neutro e nobre que é atribuído à questão ambiental, todos os outros interesses e reivindicações seriam particularistas, egoístas ou mesmo espúrios.

O aparato mobilizado para se construir um consenso em torno dessa agenda é dotado de uma sofisticação sem precedentes na história do capitalismo. Na era do capitalismo verde, o alargamento da esfera da sociedade civil – através da multiplicação de formas organizativas que abarcam múltiplas dimensões do universo socioeconômico, político e cultural – é acompanhado de inovações substanciais no processo de transmissão de conhecimentos e conformações de visões de mundo. Através da atuação de uma ONG, num determinado povo ou comunidade, pode-se envolver a participação de pesquisadores vinculados a empresas ou universidades, sindicatos, associações, instituições governamentais, representações religiosas, agências de “cooperação internacional”, etc; ou seja, a projeção do “espaço total” se dá de forma mais intensa e articulada nos microespaços que compõem a totalidade do processo de reprodução social. Uma das consequências imediatas é a compressão das margens de autonomia ainda existentes nos interstícios de processos produtivos permeados pela sub-sunção formal do trabalho.

As transformações operadas na divisão internacional do trabalho – e seus reflexos nos circuitos que integram a produção de matéria-prima e a indústria¹⁵ – repercute diretamente nessa perda de autonomia.

Poder-se-ia argumentar que não há aí grande novidade, uma vez que uma parte dos povos indígenas da Amazônia continental foi respon-

15 Na produção de cosméticos, em alguns casos, a indústria articula diretamente o trabalho de extração de óleos essenciais – realizado, por exemplo, por integrantes de uma aldeia do povo kaiapó, na Amazônia brasileira – com o processamento final do produto em um laboratório de biotecnologia pertencente a uma corporação transnacional sediada nos Estados Unidos.

sável pela produção de borracha natural que abasteceu indústrias sediadas nos Estados Unidos e na Europa, entre o final do século XIX e os meados do XX. As diferenças, contudo, são enormes. Agora já não é mais o “patrão seringalista” que exerce o lugar central na organização da produção de matéria-prima, mas múltiplos agentes, atuando na sofisticada forma supramencionada.

Em se tratando de Amazônia continental, existem inúmeros exemplos que podem ser utilizados para se refletir acerca dessa assertiva. Valer-nos-emos, todavia, de um que consideramos o mais perfeito e emblemático para fins de ilustração de uma das peculiaridades do capitalismo verde. Referimo-nos ao caso da Asociación para la Conservación de la Cuenca Amazónica – ACCA, “Una organización peruana sin fines de lucro”. Em sua página WEB¹⁶ é veiculada a informação de que “Desde 1999 lideramos en Latinoamérica programas de investigación conservación y manejo de la biodiversidad en la cuenca amazónica”. A seguir, transcreveremos mais detalhadamente esse perfil:

ACCA ejecuta programas y proyectos con su socio estratégico, ACA, Amazon Conservation Association: www.amazonconservation.org, con sede en Washington DC, a través de la cual levanta gran parte de sus fondos los cuáles básicamente son orientados a la investigación y la conservación de la cuenca amazónica, **es decir desde los Andes o yungas tropicales hasta la Hoya Amazónica donde se concentra la mayor cantidad de agua y biodiversidad del planeta. Los conceptos de investigación y conservación básicamente son peruanos y obedecen a una clara salvaguarda de los intereses socio ambientales del país, el continente y el planeta y donde por primera vez se utiliza el concepto de “concesiones para conservación”,** figura legal para conservar que investigadores y conservacionistas peruanos moldearon como un precedente o modelo en el mundo para que

16 Disponível em: <<http://www.acca.org.pe/espanol/index.html>>.

la sociedad civil pueda involucrarse de manera directa y participativa en áreas de importancia ecológica (...). ACCA, luego de más de una década de trabajo se constituye en uno de los principales ejecutores de modelos de investigación y conservación en el Perú invirtiendo para ello recursos humanos y fondos que aseguren investigaciones de largo plazo en áreas adecuadas para ello y que éstas sirvan como herramientas para el beneficio de la sociedad y de la conservación de los recursos naturales, de los cuáles son directos beneficiarios. **“Sin investigación no hay conservación ni beneficio social”** (grifo nosso)¹⁷.

Além da Amazon Conservation Association como “sócia estratégica”, a ACCA possui um amplo leque de aliados nacionais e estrangeiros, indicados na janela “enlaces” de sua página WEB e assim apresentados:

Organismos del Estado peruano: INRENA; CONAM; Comité de Gestión Del Parque Manu, CONCYTEC, CAR-CUSCO, Gobierno Regional del Cusco – Gerencia de RRNN y Medio Ambiente; DREC – Cusco. **Organismos internacionales:** USAID; OTS (Organización de Estudios Tropicales); WATERKEEPER ALIANCE. **Donantes:** ONE SKY; Fundación Moore; Fundación Edgerton; Fundación Accer, Fundación Blue Moon. **ONGs Nacionales:** ANIA, IMAP, PRO NATURALEA, Sociedad Peruana de Derecho Ambiental. **ONGs Internacionales:** WWF Perú, Sociedad Zoológica de Frankfurt, Conservación Internacional (CI). **Centros Académicos:** UNSAAC-Cuzco.

Para que tenhamos uma visão ainda mais abrangente a respeito dos propósitos e das ações levadas a cabo pela ACCA, acrescentaremos aqui mais alguns dados relevantes.

17 Disponível em: <<http://www.acca.org.pe/espanol/index.html>>. Acesso em: mar. 2011.

Em matéria publicada em 2007, alusiva ao sexto ano das concessões florestais¹⁸, no Peru¹⁹, temos a seguinte informação: no dia 4 de julho de 2001 foi assinado, entre a ACCA e o governo peruano, através do INRENA, o primeiro contrato de concessão florestal instituído na Amazônia peruana, em uma área de 145.345,24 ha situada “en la Cuenca del Río Los Amigos, distrito Las Piedras, provincia de Tambopata, en el departamento de Madre de Dios”.

Com a implementação do plano de “manejo sustentável” nessa área,

(...) se ha logrado que a través de la inversión privada se desarrollen proyectos de conservación de biodiversidad y el mantenimiento de servicios ambientales (...). Se está promoviendo la investigación en la flora e la fauna silvestre, principalmente por investigadores peruanos (...). ACCA está ejecutando o programa de participación local, y actualmente conta con personal técnico (denominados promotores), originarios de Madre de Dios y que está encargado del desarrollo de actividades entre las que sobresalen el apoyo a los diversos programas de investigación y al trabajo con las comunidades locales aledañas a la concesión (...). En resumen, el trabajo conjunto entre el INRENA, otros sectores del Estado, la sociedad civil y la mencionada ONG hay logrado que esa concesión (...) sea un modelo de manejo sostenible de los recursos naturales, generando beneficios económicos, sociales y ambientales a la población del Perú, en forma directa o indirecta.²⁰

A partir do exposto, pode-se vislumbrar como, desde o rio “los Amigos”, a ACCA gerencia uma série de negócios declarados – como prospecção de biodiversidade e exploração madeireira – e legitimados sob

18 O tema das concessões florestais será retomado e explicitado nas seções seguintes deste ensaio.

19 Disponível em: <<http://www.acca.org.pe/espanol/noticias/eventos/Fideicomiso.pdf>>

20 Disponível em: <<http://www.acca.org.pe/espanol/noticias/eventos/Fideicomiso.pdf>>. Acesso em: mar. 2011.

“guarda-chuvas” da conservação ambiental, entrelaçando relações e interesses e os articulando em múltiplas escalas. Na condição de concessionária, a ACCA, além de ser uma “organización peruana sin fines de lucro”, liderando “en Latinoamérica programas de investigación, conservación y manejo de la biodiversidad en la cuenca amazónica”, se converte também em empresa dedicada aos negócios supracitados. Nesse ramo de atividades, estabelece vínculos mercantis com diversos setores do capital produtivo, com a vantagem adicional de ser uma organização sem fins lucrativos, o que lhe assegura certas regalias fiscais²¹.

Os negócios ligados à conservação ambiental, todavia, criam possibilidades para a ACCA se articular também com o capital financeiro, para além das transações de financiamento da produção e/ou recepção de doações a “fundo perdido”. Estamos nos referindo à mercantilização do ar via bônus de crédito de carbono²², instituído através do mecanismo REDD (Redução de Emissão por Degradação e Desmatamento). De forma bem sintética, as transnacionais sediadas nos países centrais, por meio desse

21 Em trabalho concluído recentemente, Santos (2011) mostra uma situação similar no estado do Acre ao analisar o processo em curso para estabelecer o regime de concessão nas FLONAS (Florestas Nacionais) Macauã e S. Francisco. Estão envolvidas nessas atividades duas instituições do governo federal e uma do governo estadual: a International Tropical Timber Organization (ITTO) (sediada no Japão), o WWF-Brasil e o Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA). Neste caso, contudo, a ONG local, o CTA, tem um papel mais “modesto”, atuando tão-somente como “educador” para os moradores da área, no intuito de “prepará-los” para a chegada das empresas que farão a exploração madeireira.

22 O cálculo desse crédito se baseia no desmatamento evitado, tomando-se como referência uma série histórica. O titular da área em questão recebe pelo que deixou de desmatar, evitando, em decorrência disso, emissões de uma determinada quantidade de dióxido de carbono para a atmosfera. É isso que se converte em “crédito”, que pode ser adquirido por terceiros. Esse negócio envolve uma vasta rede de intermediação que inclui pequenas ONGs locais, instituições de pesquisas, agências governamentais, grandes ONGs transnacionais, empresas e, obviamente, instituições financeiras. A exemplo do que ocorre com outras “bondades de la naturaleza”, convertidas em mercadorias, na comercialização do ar, os grandes ganhadores estão no topo das redes de intermediação.

mecanismo, compram o direito de continuar poluindo, através da aquisição desses créditos de carbono. Na página da ACCA estão disponíveis informações e manuais destinados a fomentar o uso desse mecanismo.

Vale ressaltar que apesar de esse tema vir adquirindo crescente destaque na agenda ambientalista internacional, é a partir de 2009 que são tomadas ofensivas de maior envergadura para a sua implementação em larga escala. No Relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) de 2010, aparecem recomendações explícitas nesse sentido. Ao nos perguntarmos sobre tal acontecimento, uma das hipóteses que aventamos foi a de que o capital financeiro encontrou no ar uma forma de recompor com maior rapidez parte do capital fictício “queimado” na crise financeira iniciada em 2007. Dito de outro modo, dado que grande parte do capital fictício “voou pelos ares”, é no ar que se deve buscar uma forma de recompô-lo. Tal engenhosidade guarda estrita coerência com o “espírito” do capitalismo verde, tal como mencionamos anteriormente.

A partir do conjunto de informações apontadas, acreditamos demonstrar com razoável nitidez aquilo que identificamos como uma das peculiaridades do capitalismo verde. Isto é, a ideia de que, em termos de reordenamento da geopolítica mundial, o esverdeamento do capitalismo tem sido fundamental para orientar e legitimar as políticas e estratégias imperiais voltadas para o controle dos territórios dotados de bens naturais estratégicos. A partir do caso da ACCA, torna-se mais inteligível o modo como se traduz, em termos práticos, toda a operacionalização da agenda do ambientalismo internacional, responsável por estruturar os diferentes processos de construção de consenso, na periferia e semiperiferia do capitalismo.

Além dessa espetacular rede de articulações, que envolve as comunidades locais “en la Cuenca del Río Los Amigos”, governos em diferentes níveis, agências de “cooperação internacional”, organizações empresariais e financeiras, instituições de pesquisa e ONGs internacionais e nacionais, vale ressaltar um dos refinamentos mais sutis dessa estratégia: passar a

ideia de que se trata de um processo democrático, conduzido por e para os peruanos. Por tudo isso, pode-se imaginar a magnitude dos desafios interpostos às lutas de caráter contra-hegemônico na era do capitalismo verde (nas duas seções seguintes analisaremos outras experiências na Amazônia envolvendo agentes e escalas territoriais distintas da que acabamos de analisar).

Enfim, sob os desígnios do capitalismo verde, o capital segue sua marcha destrutiva. Como bem mostra Harvey (2004), uma das atuais características do desenvolvimento capitalista seria a combinação entre acumulação expandida e acumulação via espoliação. Comandada pelo imperialismo, a “acumulação via espoliação” é caracterizada, de uma maneira geral, como uma forma de recrudescimento da “acumulação primitiva”. Ela se expressa, sobretudo, na precarização das relações de trabalho, supressão de direitos sociais arduamente conquistados pelos trabalhadores no decorrer da luta de classes, privatizações, agravamento da destruição ambiental e intensificação do processo de mercantilização da natureza.

Essa dimensão apontada por Harvey é fundamental para se analisar criticamente essa nova fase do processo de exploração econômica na Amazônia continental. Ou seja, em vez de focalizar apenas os aspectos considerados positivos – as aparentes preocupações com a proteção ambiental –, é preciso voltar a atenção para a sua contraface mais perversa: o aprofundamento da mercantilização da natureza. A **apropriação do discurso ambientalista** pelo capital diluiu, em torno da “defesa do patrimônio amazônico”, uma suposta convergência de interesses entre populações locais, governos, instituições internacionais, ambientalistas e empreendimentos privados. A diversidade desses interesses, como se sabe, está associada a disputas de capital pelo controle dessa nova fase de exploração econômica da região. Essas disputas ocorrem num contexto marcado pela tentativa de reestruturação da ordem mundial, sob o controle do império estadunidense, e a busca, por parte de outros países chamados de “economias emergentes” – como Brasil, Rússia, Índia e China –, de um lugar ao sol nesse espetáculo macabro da produção destrutiva capitalista.

2 - O PPG7 e Geopolítica na Amazônia brasileira: construindo bases avançadas de hegemonia

Em trabalho anterior (PAULA, 2005), ressaltamos que, na reconfiguração geopolítica planetária, o imperialismo liderado pelos EUA intensifica os esforços para exercer o controle territorial na Amazônia continental, fazendo-o numa forma de pinça: numa ponta, amplia em escala crescente sua presença militar na região, através da implantação de bases militares²³ e “acordos de cooperação militar”, os quais garantem a presença de suas tropas nesses territórios (CECEÑA, 2008); e, na outra, intensifica o que poderíamos chamar de “bases de construção de hegemonia”, destinadas a assegurar a “direção moral e intelectual” da sociedade para além das fronteiras amazônicas. Isto é, não se trata somente de construir um consenso no âmbito interno, no que tange ao capitalismo verde; é necessário, sobretudo, fazê-lo ao nível externo, para se obter da denominada “sociedade civil internacional” o consentimento ativo em torno dessas políticas.

Como sabemos, os chamados “câmbios climáticos” vêm ocupando, desde o final do século XX, cada vez mais espaço no centro da agenda política internacional, sendo que a conservação da Amazônia figura como um dos pontos nevrálgicos de contenção do aquecimento do planeta. Em que pese a indissociável relação entre a produção destrutiva, em curso nesse território, com a acumulação capitalista em escala mundial, a imagem construída externamente é a de que tal destruição resulta da incapacidade ou negligência dos governantes dos países que possuem territórios na região amazônica. Sob tais circunstâncias, a “salvação da humanidade”

23 De acordo com Ceceña (2008, p. 27), “La zona más militarizada de Sudamérica es justamente la de la cuenca amazónica. En torno a ella se encuentran las bases estadounidenses de Aruba y Curaçau que sustituyeron, junto con Manta en Ecuador y ampliando el área de alcance, las posiciones de Panamá; las de Caño Limón, Larandia, Tres Esquinas, Marandúa y Toleimada en Colombia; Iquitos en Perú; y múltiples aeropuertos y helipuertos asociados a las actividades de la DEA”.

residiria na conversão desse imenso território numa área de “soberania compartilhada”, para que fosse possível estabelecer uma “gestão sustentável”. Todavia, uma vez que essa pretensão, posta nestes termos, despertou enormes reações de cunho nacionalista, haveria que se buscar mecanismos mais sutis para que a mesma fosse realizada com outra roupagem. Não por acaso, a década de 1990 foi marcada, além da “Rio 92”, pela consagração de uma série de convenções internacionais destinadas a **disciplinar e regulamentar** o que se denominou “exploração racional das florestas”, como bem o demonstrou Schwarz (2008).

Devemos recordar, ainda, conforme mencionado na seção anterior, que esse período é caracterizado também, e sobretudo, pelo aprofundamento das políticas neoliberais na América Latina, tendo como uma de suas marcas a erosão da soberania do Estado Nacional na formulação e condução das políticas internas de desenvolvimento. Nesse novo cenário, agências multilaterais, como o Banco Mundial e grandes organizações não-governamentais – ONGs ambientalistas internacionais –, passam a ser cada vez mais determinantes na formatação das políticas e estratégias de desenvolvimento na região amazônica.

O Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PPG7) expressa com bastante nitidez o papel desempenhado por esses agentes, a partir da década de 1990. Com financiamento do “Grupo dos 7”, juntamente com a União Europeia e os **Países Baixos**, **esse Programa é gerenciado** pelo Banco Mundial, através de um fundo criado para essa finalidade – o Rain Forest Trust Fund. Este fundo foi instituído pelo governo brasileiro em junho de 1992 e começou a ser implantado em 1995, tendo sido finalizado oficialmente em 2009. Nele foi investido um total de US\$ 519 milhões, sendo US\$ 463 milhões provenientes dos “doadores externos” e US\$ 53 milhões do governo brasileiro. Deve-se ressaltar ainda que a pretensão inicial era a de incluir toda a Amazônia Continental²⁴.

24 Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/091204_sembiodnazare.pdf>.

Consta como objetivo principal do PPG7 demonstrar a compatibilidade do desenvolvimento econômico com a conservação dos recursos naturais da Amazônia e da Mata Atlântica, proteger a biodiversidade, reduzir as emissões de carbono, criar um novo modelo de cooperação institucional para resolver um problema ambiental global e “fornecer um exemplo de cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento nas questões ambientais globais”²⁵. As linhas de ação ficaram assim definidas: 1) Experimentação e Demonstração – Projetos PDA, Pro Manejo, Pro Várzea; Proteger, PNS e PDPI; 2) Conservação de áreas protegidas – Projetos Resex, PPTAL, Corredores Ecológicos e Mata Atlântica; 3) Fortalecimento Institucional – Projetos SPRN, GTA, RMA e COIAB; 4) Pesquisa científica; Projeto SPC&T – lições e disseminação e Projeto “AMA”.²⁶

As parcerias institucionais envolvem os três níveis de governo (federal, estadual e municipal), ONGs, setor privado, agências de cooperação técnica e financeira, bi e multilaterais. A participação das ONGs nos chamados “Programas Demonstrativos” é coordenada pelo Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), uma rede que agregava, em 2009, aproximadamente 600 organizações representativas de categorias sociais diversas na Amazônia: sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas, associações de pequenos agricultores, organizações indígenas, Conselho Nacional dos Seringueiros, ONGs, etc.

O PPG7 foi concebido de acordo com as políticas e estratégias impostas pelo Banco Mundial. Em linhas gerais, elas estruturam-se em torno de quatro eixos, sendo três deles – reforma do setor público, infraestrutura e desenvolvimento do setor privado e sustentabilidade ambiental – componentes do seu núcleo essencial, o denominado Crescimento Ambientalmente Sustentável e Estabilidade Macroeconômica; o quarto, pobreza rural e urbana, insere-se, por sua vez, no chamado “Desenvolvimento Social” (PAULA, 2005).

25 Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/prog/ppg7/boletins/boletim11>>.

26 Disponível em: <<http://www.slideshare.net/Myris/ppg7-nazar-soares>>.

Deve-se ressaltar que tais orientações estão rigorosamente subordinadas a uma concepção mercantilizada da natureza em geral e da ciência em particular. Como bem assinalou Oliveira (2004), “o ideário neoliberal, incorporado pela alocação de fundos para a pesquisa, traduz-se na diretriz de exigir como justificativa para cada solicitação de apoio financeiro, indicações cada vez mais explícitas e específicas das aplicações tecnológicas visadas, promovendo a tecnologização da ciência e, no limite, o fim da ciência básica”.

Não é por acaso que, em menos de dez anos, a exploração de madeiras nobres na Amazônia encontrou suporte “científico” nos famigerados “manejos sustentáveis”, prosseguindo o saque predatório da região. Com o aval da “ciência”, promove-se uma monumental desregulamentação na legislação ambiental, com vistas a “flexibilizar” o acesso ao uso dos “recursos naturais” por parte de grandes grupos de capitais privados. Estamos nos referindo em especial à Lei 11.284/2006, que instituiu a concessão de Florestas Públicas para a exploração de madeira por parte de grandes empresas madeireiras transnacionais e nacionais associadas.

Foi basicamente essa matriz que orientou a reterritorialização capitalista na Amazônia após a implementação do PPG7. Os dados apresentados pela então coordenadora do PPG7, Nazaré Soares, no momento em que se deu a finalização oficial do Programa (2009), dão-nos uma ideia de sua amplitude e profundidade. Em “homenagem” à “Agenda 21”²⁷, transcrevemos a seguir 21 resultados obtidos pelo PPG7 e mencionados no referido evento:

- 1) O PPG7 construiu as bases para parcerias internacionais efetivas em torno da área ambiental; 2) demarcação e proteção da maioria das terras indígenas da Amazônia (44 milhões de hecta-

27 Trata-se do Documento aprovado na Conferência das Nações Unidas para o meio ambiente e desenvolvimento, a chamada “Rio 92”, realizada no Rio de Janeiro em 1992. O seu objetivo principal é o de orientar estratégias voltadas para a compatibilização entre “desenvolvimento, conservação ambiental e justiça social”.

res). ENFATIZA: sem este programa as terras indígenas estariam desprotegidas; 3) implementação de 2,1 milhões de hectares de reservas extrativistas; 4) apoiou a implementação de mais de 300 projetos de manejo florestal; 5) capacitação e envolvimento de 12 mil agricultores familiares e lideranças em 322 municípios; 6) 18 acordos de pesca para manejo comunitário de lagos; 7) apoiou 409 projetos de sistemas agroflorestais; 8) fortalecimento das principais instituições de pesquisas e implementação da inovadora metodologia de redes de pesquisas; 9) fortalecimento da sociedade civil organizada (destaca a Coordenação Indígena da Amazônia Brasileira com 75 organizações a ela vinculadas e o GTA que teria passado de 14 para mais de 600 organizações integrantes dessa Rede, bem como a Rede Mata Atlântica, que teria passado de 115 para mais de 300 organizações); 10) Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), apoio ao macrozoneamento da Amazônia e aos zoneamentos estaduais; 11) novas unidades de conservação na Mata Atlântica; 12) sem a aliança entre o governo e a sociedade brasileira e países desenvolvidos, esses resultados não existiriam; 13) o PPG7 deixou uma herança de políticas públicas e lições para novos programas e projetos; 14) Lei de Florestas Públicas & Serviço Florestal Brasileiro estabelecem as florestas tropicais como ativo estratégico para o desenvolvimento do Brasil; 15) plano para a promoção dos produtos da sociobiodiversidade que atribui valor à floresta e às culturas tradicionais pela valorização das cadeias produtivas em políticas públicas e parcerias com o setor privado; 16) governança ambiental estadual; 17) novos modelos de extensão e assentamentos rurais na Amazônia que consideram as florestas e as culturas tradicionais como ativos fundamentais do *desarrollo sostenible*; 18) Plano de *desarrollo sostenible* da BR 163; 19) Plano Amazônia Sustentável; 20) Fundo Amazônia e Agenda 2020 para Amazônia que incorporam a base de conhecimentos, práticas, relações institucionais e competências profissionais do PPG7; 21) E o mais importante: uma sociedade civil capacitada, vigilante, demandadora de políticas públicas ambientais para o desenvolvimento sem desmatamento. O slide de fechamento da apresentação é primoroso: Um programa mudou a forma como lidamos com as florestas tropicais no Brasil (grifo nosso).²⁸

28 Disponível em: <<http://www.slideshare.net/Myris/ppg7-nazar-soares>>. Acesso em: 23 jul. 2010.

A nosso ver, esta é a imagem mais perfeita construída até o momento (2013) de uma Amazônia refletida no “espelho de Próspero”. Neste caso, o PPG7 figura como “Ariel”, que instrumentaliza a racionalidade científica para concretizar sua magia: “Um programa mudou a forma como lidamos com as florestas tropicais no Brasil”.

Em que pese o desejo quase incontido de fazer uma análise referenciada em cada um dos resultados apontados, optamos por fazer uma síntese pautada em dois eixos: no primeiro, pontuaremos o que os dados revelam e, no segundo, o que eles ocultam. Ainda no que diz respeito ao primeiro, parece ter ficado bastante evidente que o objetivo essencial do PPG7 foi atingido de forma plenamente exitosa. Isto é, a partir dele criaram-se as condições materiais e subjetivas para repactuar os interesses do capital no acesso e na apropriação dos bens naturais da região.

Esse pacto concretizou-se graças ao amplo leque de intervenções desse programa – envolvendo desde a sociedade política até **as mais diversas** representações da sociedade civil (de organizações indígenas e camponesas a grandes grupos empresariais)²⁹ –, mobilizado para a construção de um consenso em torno do capitalismo verde. A reterritorialização, as modificações institucionais e a definição de uma agenda, para além de uma formatação homogeneizadora no processo de formulação de demandas “de políticas públicas ambientais”, foram os elementos que pautaram um “modo de pensar” a Amazônia.

Em síntese, queremos dizer que através do PPG7 estabeleceram-se as bases para a construção da hegemonia em torno do capitalismo verde e, certamente, da adoção de mecanismos que instituem, na prática, uma

29 Os moradores dessa área foram outrora considerados um baluarte na luta de resistência liderada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (que teve na figura de Chico Mendes seu dirigente mais notável). Além de combater a pecuária extensiva de corte, figurava em suas bandeiras de luta uma recusa frontal à exploração comercial de madeira, considerada incompatível com a conservação da floresta e com o “modo de vida dos seringueiros” (PAULA, 2008). Cabe ressaltar que não se trata somente da aceitação da exploração comercial de madeiras, mas também do “pacote completo”, que estabelece uma mercantilização da natureza em larga escala.

“soberania compartilhada” pelo capital na Amazônia. O Plano Amazônia Sustentável (PAS), e as interpretações e recomendações apresentadas por Becker³⁰, expressam com razoável nitidez a construção do consenso em torno desse capitalismo verde na sociedade política e a sua consequente mediação com a sociedade civil através da “autoridade científica”.

No que diz respeito ao segundo eixo, pode-se dizer que, no plano geral, a hegemonia é favorecida pela massiva difusão da ideologia do desenvolvimento sustentável, a qual nutre esperanças em relação aos “ajustes” considerados capazes de equacionar os problemas ambientais nos marcos de um “capitalismo verde”. Como bem mostrou Naomi Klein (2008), o capitalismo tem transformado as tragédias, sejam elas produzidas por fenômenos naturais ou não, como as guerras, em oportunidades para ganhar dinheiro, valendo-se, obviamente, do medo e do desespero das populações mais afetadas. Assim, no caso da Amazônia, considerada agora o “filtro do mundo”, a adoção de um conjunto de políticas “mitigatórias” – tidas como eficazes para conter a emissão de gases que provocam o “aquecimento global” – apoia-se, simultaneamente, no medo e nas “oportunidades para ganhar dinheiro”. Combinação perfeita para o sucesso do capitalismo: os pobres ficam resignados, paralisados pelo medo, enquanto os capitalistas festejam, com suas novas fontes de lucro “esverdeadas”. É por essas e outras razões que Vale, Wal-Mart, Fundação Orsa, agro e hidronegócios passaram, “do dia para a noite”, a defender o “desenvolvimento sustentável”.

No plano mais específico, a intensa propaganda em torno da criação de “áreas protegidas” na Amazônia Legal – que somavam, no final de 2010, 2.197.485 km², aproximadamente 45% do território amazônico, conforme ilustra o Mapa 1 a seguir – esconde a “joia da coroa”: a intervenção estatal em favor dos interesses privados. As populações que vivem nesses territórios, transformadas em unidades de conservação, têm perdido gradativamente a soberania sobre os mesmos, seja através

30 BECKER, Berta et al. Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições. Brasília, DF: CGEE, 2009.

Como mencionamos anteriormente, a agenda ambientalista, subscrita nos cânones do capitalismo verde, tem influenciado não só a reterritorialização como também as formas de pensar a Amazônia. Para se ter uma ideia da profundidade dessa influência, podemos tomar como exemplo a “Aliança Camponesa e Ambientalista em Defesa da Reforma Agrária e do Meio Ambiente”, formalizada no início de 2009, entre organizações ligadas à Via Campesina e a ONGs ambientalistas³². A “agenda ambientalista” justificar-se-ia, na visão das lideranças camponesas, do mesmo modo que os ambientalistas incorporam na sua agenda a “luta pela terra”. Deve-se ressaltar que a Via Campesina representa o que há de mais avançado nas críticas ao desenvolvimento capitalista e ao imperialismo. No entanto, neste episódio, essa organização parece “comprar gato por lebre”.

Finalmente, em se tratando do PPG7 na Amazônia brasileira, a atuação do Banco Mundial parece reiterar o caráter político/ideológico que tem marcado a sua trajetória desde a sua fundação, no imediato pós-

32 Publicado, entre outros, no site <http://www.sosflorestas.com.br/visoes_1.php?a=51>, sob o título: “A defesa do Código Florestal como fortalecimento do projeto camponês (parte 2 de 2), Visões do MST e Via Campesina”. No referido artigo, afirma-se que “a Via Campesina esteve à frente da formação da Aliança Camponesa e Ambientalista em Defesa da Reforma Agrária e do Meio Ambiente, no início de 2009. Formada por diversas entidades, como pastorais sociais, ASSERA/INCRA, FETRAF e GTA, a aliança contou também com o apoio de ONGs como o Instituto Socioambiental em alguns debates. Apesar dos limites, essa articulação tornou-se um importante sujeito político contrário à alteração do código florestal (além da luta contra a MP 458)”. Sobre as aproximações mais recentes entre movimentos camponeses e ambientalistas no Brasil ver Everton Picolotto e Marcos Picin, “Movimentos camponeses e questões ambientais: positividade da agricultura camponesa?” Revista Extensão Rural, DEAER/PPGExR- CCR-UFSM, v. 15, n. 16, jul.-dez. 2008 (Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/extensaorural/art1ed16.pdf>>). Com respeito aos logros e malogros dessa aproximação na Amazônia brasileira, a partir de meados dos anos de 1980, ver Elder Paula e Silvio Silva (2008); “Movimentos sociais na Amazônia: vinte anos sem Chico Mendes”, citado na bibliografia deste ensaio.

-Segunda Guerra Mundial³³. O que o Banco Mundial investiu através do PPG7 na Amazônia brasileira (US\$ 463 milhões) é uma “ninharia”, se comparado aos bilhões de dólares injetados no mesmo período pelo governo brasileiro, especialmente via BNDES, no financiamento de grandes conglomerados de capitais atuantes no país e nos projetos de infraestrutura vinculados ao Avanço Brasil, PAC e IIRSA, como se verá mais adiante.

3 - USAID e Geopolítica na Amazônia Continental

Como sabemos, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), desde a sua criação, em meados do século passado, tem atuado de forma intensa em defesa dos interesses estadunidenses na periferia e semiperiferia do capitalismo. Na América Latina, teve destacado papel na “colaboração” com as ditaduras militares, entre as décadas de 1960-80, e tem sido acusada de participar de conspirações contra governos não alinhados com o poder estadunidense no período recente. Por essas e outras razões, Allard & Golinger (2009) a denominam de órgão de subversão internacional permanente a serviço da dominação imperialista. Ao analisar o caso boliviano, Cam (2008, p. 273) afirma que a USAID contaria com cooperação de “3 mil 500 empresas norteamericanas y 300 organizaciones voluntarias privadas” e teria programado um gasto de “559 millones (...) para fortalecer la democracia y la gobernabilidad (...). Eva Golinger agrega que “la USAID abrió una oficina em Bolivia em 2004 para apoyar a 379 organizaciones, que em su mayor parte apuntalan gobiernos regionales (...)”.

33 Este fato fica bem demonstrado por Toussaint (2007), ao colocar em destaque a instrumentalização do Banco Mundial para fins de dominação imposta globalmente pelas potências comandadas pelos EUA; por Zaldívar (2005), ao analisar o caso do PRODEPINE (Programa financiado pelo Banco Mundial no Equador na década de 1990), e por Pereira (2009), ao enfatizar o caráter “marcadamente “político/ideológico” na atuação do referido agente ao longo de sua história.

Em se tratando da Amazônia continental, além de financiar projetos através de grandes ONGs³⁴ internacionais, a USAID teve participação ativa no PPG7. A atuação da USAID na Amazônia segue as diretrizes gerais para a “conservação ambiental” no planeta, estabelecidas no Global Conservation Program (GCP). Segundo Cameli (2009, p. 85), o referido programa “consiste em uma parceria da USAID”, com seis das maiores e mais importantes ONGs vinculadas à conservação ambiental no Planeta: World Wildlife Fund (WWF), Conservação Internacional (CI), The Nature Conservance (TNC), Fundação da Vida Selvagem Africana (AWF), World Conservation Strategy (WCS) e Enterprise Works/VITA. De acordo com este programa, “a biodiversidade da Terra está ameaçada devido às altas taxas de perda nas florestas tropicais, recifes de corais, pradarias e áreas produtivas do mar aberto”. Para enfrentar tais “ameaças”, o GCP atuaria juntamente com as ONGs, desde as savanas da África e das florestas tropicais da Amazônia até aos mais diversos recifes de corais da Ásia. Segundo a USAID, o “GCP opera para alcançar a conservação da biodiversidade em regiões consideradas estratégicas, porque são ricas em recursos naturais”.

No início de 2007, a USAID tornou público um documento intitulado Initiative Conservation Amazonic Basin (ABCI), que recebeu, na versão portuguesa, o título de “Iniciativa para Conservação da Bacia Amazônica: desenho, atividades propostas e resultados esperados”. Este documento expressa a versão final de duas versões preliminares: “Plano Estratégico da USAID Para a Iniciativa de Conservação da Bacia Amazônica: Conservação da Diversidade Biológica da Bacia Amazônica – Documento de

34 Como é o caso do “Consortio Amazoniar”, cujo objetivo é o de “criar um sistema interligado de gestão ambiental e uso justo e sustentável dos recursos naturais”, focando geograficamente o Sudoeste da Amazônia Brasileira. É coordenado pela WWF (Fundo Mundial para a Natureza - Brasil) e tem como “parceiras” as seguintes ONGs: Associação SOS Amazônia, Kanindé Associação de Defesa Etno-Ambiental, Centro de Trabalhadores da Amazônia (CTA) e Conselho de Manejo Florestal - Brasil (FSC- Brasil).

Estratégia para Discussão Pública” (junho de 2005) e “Iniciativa De Conservação da Bacia Amazônica – Documento Síntese” (fevereiro de 2006)³⁵.

A leitura dos três documentos mencionados possibilita uma visão mais abrangente sobre as “preocupações ambientais” que movem a ação da USAID na Amazônia continental. No primeiro, a USAID parece pouco preocupada com as convenções internacionais que instituem formalmente o exercício da soberania dos Estados nacionais³⁶. Nele, explicita sem cerimônias os interesses do governo dos EUA na Amazônia, como ilustram esses dois parágrafos que compõem o documento:

III. OS INTERESSES DOS EUA E A INICIATIVA DE CONSERVAÇÃO DA BACIA AMAZÔNICA DA USAID 1. A Iniciativa de Conservação da Bacia Amazônica. Ações de grande escala da USAID para promover a conservação da Bacia Amazônica exigirão colaborações e elos estreitos com outras agências do GEUA, outros doadores, bem como atores e autoridades locais. Portanto, a USAID planeja investir em um programa estratégico de conservação para apoiar e aperfeiçoar as iniciativas do GEUA já em andamento na Bacia, coordenando com outros doadores, governos

35 Já havíamos feito referências a esses dois documentos preliminares em julho de 2006, quando abordávamos o tema da soberania na Amazônia em uma Mesa Redonda (XIV Encontro Nacional dos Geógrafos, Rio Branco, julho de 2006).

36 Para se ter uma ideia dessa “falta de cerimônia”, no dia 28 de maio de 2007, o jornal *Correio Brasiliense* publicou uma matéria de autoria de Leonel Rocha, com o sugestivo título de “Governo barra Projeto Amazônico”, o qual teve grande repercussão e difusão através da *internet*, gerando inúmeros comentários. O ABCI da USAID teria, segundo a matéria, “provocado um surdo mal-estar diplomático entre o Itamaraty e a instituição americana. Divulgado no *site* da agência, a Iniciativa para a Conservação da Bacia Amazônica recebeu sinal vermelho do Ministério de Relações Exteriores, que mandou suspender sua execução, prevista para julho”. Informa, ainda, que o secretário de Política, Estratégia e Relações Internacionais do Ministério da Defesa, general Maynard Santa Rosa, enviaria ao Itamaraty e a outros ministérios envolvidos na questão um parecer recomendando a paralisação de qualquer iniciativa das ONGs no lado brasileiro: “O parecer será contrário à implementação porque ele contraria os interesses nacionais”. Na Bolívia, em julho de 2010, o governo Evo Morales anunciou a expulsão da USAID do país.

nacionais e organizações públicas e privadas para obter resultados com valor agregado por meio de uma estratégia regional. **Este programa principal, denominado Iniciativa de Conservação da Bacia Amazônica (ICBA), representa um investimento estratégico da USAID para fazer frente às ameaças e explorar as oportunidades de conservação na escala do ecossistema regional, complementando os sólidos e contínuos programas de conservação da USAID e outras organizações e reconhecendo a necessidade urgente de atuar com decisão e eficácia para conservar os tesouros de biodiversidade sem igual e as funções ambientais da Bacia** (grifo nosso). Este documento apresenta uma estratégia de cinco anos para a Iniciativa de Conservação da Bacia Amazônica (...). Nesse processo, a USAID pretende exercer um impacto na conservação regional, a qual seja maior do que a soma das partes.

Interessa-nos colocar em destaque, na citação, a reflexão da USAID sobre a chamada “cooperação internacional”, por se tratar de um dos pilares da ideologia do desenvolvimento sustentável. Na sua abordagem, no âmbito da implementação de políticas e estratégias de desenvolvimento, não há nada que guarde alguma correspondência com o suposto intercâmbio horizontal de conhecimentos nas relações Norte/Sul. O que aparece, com incrível nitidez, é o modo como esta “iniciativa” se articula com outras, na periferia e na semiperiferia do capitalismo, deixando clara a intenção de manter sob rigoroso controle do imperialismo as regiões e territórios dotados de alta biodiversidade.

Para ilustrar com mais evidência essa afirmação, transcreveremos a seguir outro parágrafo, agora extraído da síntese do segundo documento citado (Iniciativa De Conservação Da Bacia Amazônica – Documento Síntese, fevereiro de 2006):

Por meio dessas iniciativas, a USAID e outros órgãos do governo dos EUA trabalham em conjunto com governos regionais, grupos não governamentais e entidades do setor privado nos esforços que

esses envidam para enfrentar os vastos desafios de conservação em áreas críticas do mundo inteiro, proporcionando meios de vida sustentáveis às pessoas, melhorando a governança dos recursos naturais e elaborando programas de conservação apropriados para cada região. **A ICBA será a segunda de uma série de iniciativas concebidas para tratar da responsabilidade compartilhada dos EUA pela gestão da biodiversidade de importância global.** A primeira iniciativa dessa natureza, a Parceria para as Florestas da Bacia do Congo, é uma associação de 29 parceiros internacionais dos setores público e privado, colaborando no apoio aos governos regionais e suas metas de conservação da biodiversidade, desenvolvimento econômico, alívio da pobreza e melhoria da governança, por meio da gestão sustentável dos recursos florestais da África Central. Com a ICBA, o governo dos EUA empreenderá uma iniciativa similar na Bacia Amazônica, atuando em parceria com grupos comunitários, governos e organizações públicas e privadas, **para dar apoio à visão da ICBA** (grifo nosso).

Na parte que grifamos, aparecem de forma bastante explícita as pretensões do governo estadunidense de assegurar o controle dos bens naturais nos territórios alheios e buscar legitimidade para tal pretensão. A “soberania compartilhada” na Amazônia sai do plano discursivo para integrar o plano efetivo das ações políticas, no melhor estilo da “democracia estadunidense” no “mercado externo”: mandar desobedecendo.

Para encerrar as considerações sobre esses documentos preliminares, vale destacar ainda o empenho da USAID na obtenção do consenso em torno de sua estratégia. No documento, em seu item 1, “Princípios básicos da Iniciativa de Conservação da Bacia Amazônica da USAID”, ela explicita parcialmente como pretende obter o referido consenso:

A USAID compromete-se com os seguintes princípios na iniciativa de conservação da Amazônia: a) Enfocar resultados mensuráveis e sustentáveis, não apenas processos e resultados; b) Alavancar capacidades existentes, empoderar organizações locais e nacionais e reconhecer os investimentos necessários de tempo e outros recursos que isso implica; (...) d) Aplicar processos competitivos para gerar estratégias inovadoras para a conservação da biodiversidade;

e) Promover parcerias eficazes entre a sociedade civil, os órgãos públicos e o setor privado; f) Comunicar bem, com regularidade e criatividade; g) Formar consenso em torno das metas regionais; h) Obter e sustentar a adesão e titularidade regional do programa por parte das instituições e comunidades engajadas na conservação; i) Respeitar os direitos e a diversidade cultural e integrar as questões de gênero, etnia, faixa etária, igualdade e transparência a todas as atividades apropriadas.

Ao fazermos uma leitura atenta das pretensões anunciadas no ICBA pela USAID, percebemos uma forte semelhança com os resultados obtidos pelo PPG7 no Brasil. Isso nos leva a crer que, na visão da USAID, de fato, o “Programa Piloto” foi bastante exitoso, a ponto de tomá-lo um ponto de referência a ser replicado na Amazônia Continental, retomando, assim, a pretensão originária do Programa, ou seja, a de possuir uma abrangência em escala territorial.

No documento final, “Iniciativa para Conservação da Bacia Amazônica: desenho, atividades propostas e resultados esperados” (USAID, 2007), a USAID anuncia que a ABCI “visa construir capacidade e compromisso para a gestão efetiva da diversidade biológica e dos serviços ambientais da bacia que são nacional e globalmente importantes”. Na busca desse objetivo, contará com um aporte financeiro de US\$ 65 milhões, sendo US\$ 50 milhões da USAID e US\$ 15 milhões de “organizações associadas”. As ações, previstas inicialmente para um período de cinco anos (2006-2011), abrangem grandes áreas em cinco países da região (Brasil, Peru, Bolívia, Equador e Colômbia). De acordo com a USAID (2007, p. 11), a visão da ABCI é construir grupos de interesse efetivo para conservação em vários países, com o estabelecimento e fortalecimento de redes institucionais em toda a bacia Amazônica”; e, para tanto, utilizará como uma das estratégias o “fortalecimento dos consórcios institucionais participantes”.

Essa estratégia se complementa com outras quatro: 1) Abordagem regional; 2) Desenvolvimento participativo; 3) Grupos de interesse para conservação; 4) Foco geográfico. Vale a pena reproduzir na íntegra a justificativa para a definição do “Foco geográfico”:

A ABCI é uma das primeiras iniciativas de conservação em escala multinacional da região amazônica. Esta escala geográfica é necessária para enfrentar muitas das ameaças ambientais emergentes da região, e permitirá à ABCI apoiar capacitação institucional em vários níveis na Bacia, desde as lideranças locais até os níveis internacionais. **Muitas das atividades apoiadas pela ABCI estão concentradas no sudoeste da Amazônia, uma região de excepcional biodiversidade que contém grandes parques nacionais, terras indígenas, e outras áreas que permitem o uso sustentável de recursos naturais. No entanto, um rápido desenvolvimento de infraestrutura – incluindo a ligação da Amazônia ao Pacífico – representa ameaças crescentes.** Em resumo, esta é uma região onde os investimentos focalizados nos próximos cinco a dez anos renderão ganhos significativos para a conservação. (grifo nosso)

A partir de uma leitura minuciosa, à luz dos três documentos produzidos pela USAID, pode-se, enfim, compreender a insistência e o destaque dado às “ameaças ao ecossistema da Bacia Amazônica”. Face às afirmações de que os povos que vivem na região, bem como seus respectivos governos, seriam “incapazes” de proteger esse patrimônio natural imprescindível para o “bem-estar da humanidade”, e dado que a conservação da Amazônia tem sido considerada como um dos eixos centrais no “enfrentamento dos câmbios climáticos globais”, a USAID assume para si essa “responsabilidade”. Recorrendo ao apelo ambientalista, procura assegurar objetivos de ordem geopolítica estabelecidos pelo governo que representa. Nesse sentido, a ideologia do “desenvolvimento sustentável” tem sido bastante eficaz, uma vez que procura ocultar interesses dessa magnitude. Não é por acaso que em muitos lugares da Amazônia brasileira a USAID é tratada como “parceira”, tanto por governantes quanto por inúmeras representações camponesas e indígenas, principalmente as que integram o GTA.

Por essa razão e, evidentemente, pelas recentes experiências de extremos desgastes políticos, derivadas de intervenção militar das forças im-

periais em outros países, como revela o caso do Iraque, compreendem-se os esforços concentrados da USAID no reforço da hegemonia estadunidense na Amazônia Continental. Desse modo, fica mais clara outra opção estratégica da ABCI: o fortalecimento das ações na esfera da sociedade civil, para além das fronteiras nacionais, via instrumentalização de diversos agentes articulados em torno dos “consórcios institucionais”³⁷ (a Figura 1 e o Quadro 1, a seguir, localizam e sintetizam os tipos de consórcio, os objetivos, as áreas territoriais de abrangência e as organizações responsáveis por sua execução).

Figura 1: Áreas de atuação dos consórcios da ICBA



Fonte: http://stat.correioweb.com.br/cw/EDICAO_20070527/fotos/ad9-1.jpg

Quadro 1: Resumo dos Cinco Consórcios da ABCI na Amazônia Continental

37 Para maiores informações sobre os “Consórcios Institucionais”, ver, entre outros, Souza (2007). O autor faz uma análise crítica extremamente rica sobre o caso do consórcio “Governança Ambiental na Região MAP”, situando o problema no debate contemporâneo sobre meio ambiente, sociedade civil e soberania na Amazônia.

Consórcio	Objetivo	Foco Geográfico	Instituições
Desafiando o Avanço do Desmatamento na Amazônia Brasileira	Fortalecer governança ambiental, apoiar atores locais para lidar com problemas socioambientais associados ao desmatamento	Sudoeste da Amazônia Brasileira (Estado do Amazonas)	Quatro ONGs lideradas pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil
Conservando a Paisagem de Madidi-Manu da Bolívia e Peru	Melhorar planejamento da paisagem e sua Implementação, desenvolver ecoemprendimentos comunitários e construir governança ambiental	Sudoeste da Amazônia: Peru e Bolívia	Cinco ONGs lideradas pela <i>Wildlife Conservation Society</i>
Paisagens Indígenas: Fortalecendo Organizações Indígenas da Bacia Amazônica	Fortalecer manejo ambiental de terras indígenas construindo a capacidade de organizações indígenas e parceiras, de planejar, manejar e proteger estas terras	Quatro locais em escala de paisagem—dois no Brasil, um no Peru e um no Equador	Cinco ONGs lideradas por <i>The Nature Conservancy</i>
Governança Ambiental na Região MAP	Reduzir a perda de biodiversidade e serviços ambientais, e servir como um exemplo para colaboração internacional em assuntos transfronteiriços relacionados na Bacia Amazônica	Sudoeste da Amazônia: Peru, Bolívia, Brasil	Quatro universidades, quatro ONGs e uma agência governamental lideradas pela Universidade da Flórida
Meios de Vida Sustentáveis na Amazônia Ocidental	Reduzir a degradação ambiental e melhorar os meios de vida comunitários, aumentando o volume de vendas e a renda de madeira certificada e produtos não madeireiros, da agricultura e do turismo	Amazônia Ocidental: Colômbia, Equador, Peru, Bolívia	Três ONGs lideradas pela <i>Rainforest Alliance</i>

Fonte: USAID (2007).

Com a exposição de alguns pontos desse Programa da USAID, acreditamos que o percurso iniciado com o caso da ACCA, na segunda

seção, deságua num ponto mais elevado da escala de construção de hegemonia na Amazônia, na era do capitalismo verde. A nosso ver, o Consórcio “Governança Ambiental na Região MAP” é o que melhor sintetiza as inovações operadas na geopolítica mundial no período recente. Nele se vislumbra o lugar da democracia liberal como valor estratégico, não só na direção política e intelectual da sociedade em nível interno, mas também como propulsora de reconfigurações territoriais, como veremos de forma sistemática na penúltima seção.

4 - A fronteira trinacional Brasil/Bolívia/Peru

A faixa territorial formada atualmente pelos departamentos de Pando e Madre de Dios e pelo estado do Acre, situados, respectivamente, na Bolívia, Peru e Brasil, teve seus limites fronteiriços delimitados entre esses três países somente no início do século XX³⁸. Trata-se, portanto, do resultado de um processo tardio de incorporação territorial definitiva aos respectivos Estados nacionais, edificados nas décadas iniciais do Século XIX. Esses Estados nacionais, que resultaram da primeira grande transgressão representada pela colonização europeia nas Américas, deram continuidade ao “processo civilizador” europeu, estendendo seus domínios sobre territórios até então pouco explorados, porém ocupados por diferentes povos indígenas, como é o caso do que estamos tratando.

A geopolítica que orienta essa transgressão é influenciada por fatores de ordem externa e interna. No que diz respeito ao primeiro, a demanda por borracha natural – uma das matérias-primas essenciais para a indústria europeia e estadunidense, entre final do século XIX e meados do XX – desencadeia uma corrida em busca dessa “bondade de la natu-

38 Após um conflito armado entre Brasil e Bolívia, foi assinado o Tratado de Petrópolis, em 1903, que consagrou a anexação de uma parcela do território amazônico boliviano ao Brasil. Em 1909 seria assinado tratado similar com o Peru. O atual estado do Acre resulta, portanto, da soma de territórios tomados desses dois países.

raleza”, existente até então somente na Amazônia. As articulações entre capital industrial, financeiro e comercial põem em marcha a construção de um complexo sistema de relações mercantis³⁹ destinado a garantir o fluxo dessa matéria-prima, da Amazônia para os centros industriais europeus, bem como para a emergente indústria estadunidense.

Desse modo, o domínio sobre territórios portadores de alta densidade da árvore produtora de látex (*hevea brasiliensis*) – como é o caso da faixa territorial que estamos analisando –, bem como a necessidade de força de trabalho para realizar as atividades relacionadas com a extração do látex e a fabricação da borracha, resultará, de imediato, numa dupla transgressão de fronteiras: no âmbito interno, se processa através do avanço da exploração produtiva sobre territórios ocupados por povos indígenas, seja para se apossar do mesmo para a produção, seja para aprisionamento e escravização da força de trabalho; no âmbito externo, repercute na reconfiguração de fronteiras nacionais.

Como sabemos, a Amazônia configurou-se, desde o início da colonização europeia, palco de intensas disputas pela apropriação de suas riquezas por parte das principais potências do continente europeu à época. Ingleses, franceses, irlandeses e holandeses demonstraram seu interesse na região por meio de suas investidas, ainda sob o contexto das disputas de domínio territorial entre Portugal e Espanha, as quais perdurariam até o

39 Para Marx, “o capital mercantil é capital que só funciona na esfera de circulação. O processo de circulação é uma fase do processo global de produção. Mas, no processo de circulação não produz valor, nem mais-valia, portanto (...). Diretamente, o capital mercantil não cria valor nem mais-valia. Ao concorrer para abreviar o tempo de circulação, pode indiretamente contribuir para aumentar a mais-valia produzida pelo capitalista industrial. Ao contribuir para ampliar o mercado e ao propiciar a divisão do trabalho entre os capitais, capacitando, portanto, o capital a operar em escala maior, favorece a atividade do capital industrial e a respectiva acumulação. Ao encurtar o tempo de circulação, aumenta a proporção da mais-valia com o capital adiantado, portanto, a taxa de lucros. Ao reter na esfera da circulação parte menor do capital-dinheiro, aumenta a parte do capital aplicado diretamente na produção” (MARX, s.d., p. 323).

final do século XVIII, com a assinatura do Tratado de Santo Idelfonso. Após a derrocada do domínio colonial ibérico, no século XIX, as disputas territoriais na Amazônia⁴⁰ prosseguiram entre os diferentes Estados nacionais que se formaram no continente. Nesse processo, produziram-se fragmentações e extensões da faixa territorial de alguns Estados, como foi o caso do Brasil, no processo de incorporação de uma parcela dos territórios da Bolívia e do Peru, os quais formam atualmente o estado do Acre.

Esse processo de reconfiguração **territorial na tríplice fronteira Brasil/Bolívia/Peru** resultou de fortes disputas entre capitais externos pelo controle do fluxo da borracha natural e das articulações destes com forças políticas internas, conformadas por diferentes frações regionais de poder oligárquico. A entrada em cena do Bolivian Syndicate⁴¹ – e a conflagração do conflito armado entre Brasil e Bolívia – expressaram bem a intensidade das disputas que envolviam o controle territorial naquele período.

40 O Tratado de Ayacucho, firmado entre Brasil e Bolívia, em 1867, expressa bem o nível de conflitos existentes naquele período e as tentativas de solucionar as disputas envolvendo os limites fronteiriços que, “apesar de admitir os mesmos limites descritos nos Tratados de Madrid e Santo Idelfonso, conteve o princípio do *uti possidetis*” (Carbone, 1999, p. 16). Ou seja, como o território era desconhecido, considerado um espaço vazio (obviamente, a população indígena existente não era levada em conta), estabeleceu-se o princípio da ocupação como critério orientador para a fixação de limites fronteiriços. No momento em que fossem definidos esses limites, levar-se-ia em conta a nacionalidade dos ocupantes daquele espaço territorial. No final do século XIX, aquela região já estava totalmente ocupada por brasileiros (PAULA, 2005).

41 O Anglo-Bolivian Syndicate de Nova York tinha o milionário Withridge como principal acionista. Tratava-se de um cartel formado pela United States Rubber Company e grupos de capital inglês que tinha como objetivo assumir o controle do território do Acre mediante contrato firmado com o governo boliviano. Esse contrato assegurava ao Bolivian Syndicate a compra de toda a produção da borracha e, fatalmente, abria as portas para a intervenção dos Estados Unidos no Acre. De acordo com Silva (1962, p. 72), esse cartel reproduziria na Amazônia um “cancro colonial”, no estilo daquele que marcou a dominação imperialista no continente africano. A rebelião acriana comandada pelo seringalista Plácido de Castro, somada à diplomacia liderada pelo Barão de Rio-Branco, anexaria de vez o território acriano ao Brasil, o que inviabilizou as pretensões do Bolivian Syndicate.

Enfim, a configuração definitiva das fronteiras nacionais nessa faixa territorial se delineará sob os imperativos das demandas externas por matéria-prima (e às vésperas da Primeira Guerra Mundial, o que nos dá uma ideia da “temperatura”, naquele momento, das disputas de ordem geopolítica mundial entre as principais potências capitalistas e a onda de nacionalismos dela decorrentes). É sob esse contexto que Brasil, Bolívia e Peru estenderão os domínios de seus respectivos Estados nacionais nessa tríplice fronteira. Deve-se recordar que se trata de Estados dominados, naquele período, por oligarquias vinculadas à exportação de matérias-primas, a exemplo do que ocorria com os demais Estados latino-americanos.

Em 2009 foi publicado um livro, intitulado “Historia y memorias de las tres fronteras Brasil, Perú y Bolivia”, contendo os resultados das investigações realizadas pelo Grupo Frontera⁴². O conjunto dos artigos nele apresentados tem, a nosso ver, dois méritos fundamentais: 1) o de levar em conta os esforços empreendidos, no sentido de oferecer uma interpretação do empreendimento colonizador no seu conjunto para além dos limites territoriais nacionais, sem perder de vista, contudo, as especificidades resultantes das intervenções dos Estados nacionais em seus respectivos territórios; 2) o de recuperar a História dos povos indígenas que ocupavam e ocupam essa faixa territorial e realçar as cores da violência e da exploração que preside esse processo colonizador.

Para satisfazer a nossos fins, pontuaremos somente alguns traços que consideramos essenciais nesse momento constitutivo da tríplice fronteira. O primeiro diz respeito à reiteração, por parte dos três Estados nacionais, do “espírito” e das práticas coloniais que marcaram a atuação de Espanha e Portugal no advento da conquista, pondo em marcha nas

42 Trata-se de um grupo de pesquisadores vinculados a quatro universidades brasileiras (Universidade Federal do Acre, Universidade de São Paulo, Universidade Federal do Ceará, Pontifícia Universidade Católica-SP), uma no Peru (Universidad Nacional San Antonio Abad del Cuzco) e outra na Espanha (Universidad Pablo de Olavide – Sevilla). Cf. ARRUDA, 2009.

“periferias” dos seus respectivos países o que Casanova (2006) designaria, nos anos 1960, como “colonialismo interno”⁴³. Além de contarem com a Igreja Católica nessa nova “missão” – instituição que exerceu papel fundamental na unificação simbólica religiosa, imprescindível para legitimar a dominação e exploração praticada pelos patrões –, a expropriação dos povos indígenas e a sujeição de sua força de trabalho, em condições análogas à escravidão, valeram-se das mesmas estratégias utilizadas por Cortés e Pizarro, isto é, a utilização das rivalidades internas entre esses povos para sujeitá-los ao domínio dos patrões, como bem ilustra a citação a seguir:

Las rivalidades entre las poblaciones indígenas serán aprovechadas para reforzar las luchas internas, y algunos pueblos nativos, como estrategia de supervivencia o bien para reforzar su posición en relación a otros grupos, formarán parte del nuevo ejército de ocupación (...). Ante la presencia del invasor, los indígenas adoptaron diversas estrategias para sobrevivir. En algunos casos, las poblaciones indígenas se aliaron con los colonizadores; en otros, asistimos a diferentes formas de resistencia activa e pasiva, que van desde el enfrentamiento directo a la dispersión y fuga hacia zonas de refugio, lo que generara una gran atomización social. Algunos pueblos procuraron un aislamiento absoluto, en un intento de mantener su independencia a cualquier costo, aunque el precio que tuvieran que pagar fue el empobrecimiento cultural y una “arcaización” deliberada. En otras ocasiones asistimos a la disolución étnica a través de la inserción en una nueva estructura socioeconómica, que obliga a los indígenas a readaptar sus costumbres y a utilizar las lenguas dominantes (...). (Arruda, 2009, p. 21)

43 De acordo com Casanova (2006, p. 191-204) “El desarrollo internacional ocurre dentro de una estructura colonial: la expansión de la ‘civilización’, del progreso social y técnico de la occidentalización del mundo, de la evangelización, de la difusión de las ideas liberales y socialistas, ocurre en un cuadro de relaciones desiguales entre los países desarrollados y subdesarrollados. Y los motivos o motores de la colonización no solo son económicos, como es obvio, sino militares, políticos, espirituales (...). En las sociedades plurales las formas internas del colonialismo permanecen después de la independencia política y de grandes cambios sociales como la reforma agraria, la industrialización, la urbanización y movilización.”

Dado que Brasil e Peru já estavam mais integrados ao mercado internacional da borracha, e as demandas por esse produto cresciam astronômicamente, não havia tempo, no caso brasileiro, para “domesticar os selvagens”: era preciso encontrar outras soluções. **Desse modo, o Estado brasileiro** optou pela migração dirigida de trabalhadores pobres do Nordeste para trabalharem nos seringais da Amazônia. No Peru, embora uma empresa extrativista, atuante em Madre de Dios, se tenha valido de imigrantes japoneses⁴⁴ para a produção agrícola, a força de trabalho indígena amazônica e de outras regiões foi utilizada massivamente, como no caso dos santarosinos, situação magnificamente analisada por Klaus Runmeholler (2003). Este caso peruano lembra um episódio parecido, ocorrido no México, no mesmo período, com o advento da migração forçada dos yaquis de Sonora para as *haciendas* de Henequen em Yucatán (Turner, 2008), submetidos a relações de trabalho similares àquelas praticadas nos seringais amazônicos – e com a mesma finalidade: fornecer matéria-prima para as indústrias nucleadas na Europa Ocidental e nos Estados Unidos.

No caso boliviano, a colonização do atual departamento de Pando valeu-se também da força de trabalho indígena, tendo forte influência do departamento de Santa Cruz. Nicolás Suárez, conhecido como “el Barón de la goma”, pode ser considerado como a expressão máxima desse domínio “cruceño”. Numa boa síntese dessa expansão “cruceña”, José Luis Roca, citado por Sologuren (2009, p. 5), afirma que:

La ocupación del Noroeste fue una suerte de culminación del “destino manifiesto” de Santa Cruz, como lo fueron California y el Lejano Oeste para los Estados Unidos. Sin llegar ahí, la tarea histórica de un pueblo, el esfuerzo que se había señalado a sí misma una sociedad vigorosa, aún no habían concluido. Se completó al

44 Citando Runmeholler, Cárdenas e Lazarte, Arruda (2009, p. 52) revela que “Entre 1908 y 1910 la Inca Rubber asentó japoneses en sus puestos de acopio a lo largo del río, quienes al terminar el ‘boom’ se establecieron cerca de Puerto Maldonado.”

crearse en 1938 el departamento de Pando, trabajando el contorno final del Oriente boliviano, región neohistórica forjada por los cruceños.

Gamarra (2005), Molina, Vargas & Soruco (2008, p. 16-17) classificam a formação social da Amazônia boliviana – definida na Constituição de 2008, art. 390 (II), como espaço formado por “la totalidad del departamento de Pando, la provincia Iturrealde del departamento de la Paz y las provincias Vaca Díez y Ballivián del departamento del Beni” – em três grandes períodos: o pré-colonial, entre os séculos XII e XV, o missional, entre o XVI e XVIII, e o republicano, entre o XIX e XX. Os fatores que esclarecem mais nitidamente o desenvolvimento atual estão relacionados com

el gobierno misional jesuítico (1674-1767), el frente productivo ganadero (1840-1860; 1930-1980) y los frentes extractivos de quina, cascarilla, goma elástica y castaña en los siglos XIX y XX. Estos últimos son una mezcla de gestación, expansión y crisis del sistema capitalista de enclave.

De um modo geral, a empresa extrativista que organiza a produção de borracha natural na Amazônia, como um todo, tem a sua estrutura baseada nas relações mercantis e no apossamento de grandes extensões territoriais, conhecidas como seringais, via de regra em regime de concessão por parte dos Estados nacionais. Conforme mostramos em outro trabalho (PAULA, 2003, p. 31-32),

Na base desse sistema produtivo estavam os produtores diretos – seringueiros – explorados duplamente pelo patrão seringalista, visto que estes detinham o monopólio do comércio no interior dos seringais e poderes para fixar tanto os preços da borracha produzida pelos seringueiros quanto o dos produtos básicos necessários à sobrevivência desses trabalhadores. A mediação monetária nas relações de trocas era praticamente inexistente. Elas eram realizadas diretamente entre produtos, através do chamado sistema

de aviação, isto é, “o comerciante ou aviador adianta bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho ao produtor e este restitui a dívida contraída com produtos extrativos e agrícolas (...). A fidelidade comercial do freguês é um termo de uma relação cujo outro termo são as obrigações morais que os patrões têm para com seus clientes em casos de dificuldades” (Aramburú, 1994: 82-83). O endividamento prévio e sistemático dos seringueiros constituiu-se num dos principais mecanismos de imobilização dessa força de trabalho. A extração de excedentes do produtor direto pelo capital industrial internacional era mediatizada por uma extensa cadeia mercantil nucleada em Belém e Manaus.

O caso da Amazônia peruana era semelhante, onde Iquitos cumpria uma função semelhante à de Manaus e Belém. Na Bolívia o “capital que financiou estos proyectos fue diverso. Desde pequenos capitalistas procedentes de Beni e Santa Cruz a empresas mercantiles como la Casa Braillard, Zeller & Roesler” (ARRUDA, 2009, p. 42). Houve, contudo, o caso de Nicolás Suárez, que logrou exercer um domínio completo sobre a cadeia produtiva, dominando vastos territórios e exercendo o papel de organizador da produção e comerciante que estabelecia vínculos diretos com o mercado internacional. Como bem mostra Arruda, o fato de possuir familiares em cargos importantes no Estado boliviano (teria um irmão como embaixador em Londres) facilitou enormemente seus negócios nessa magnitude.

A presença de Nicolás Suárez, no que é atualmente o Departamento de Pando, teve repercussões de ordem geopolítica na consolidação das fronteiras bolivianas na região. As disputas com os grandes patrões seringalistas, atuantes no território brasileiro e peruano⁴⁵, recomendavam maiores precauções, como afirma Arruda (2009, p. 47):

45 De acordo com Arruda (2009, p. 45), juntamente com a duplicação da exportação de borracha entre 1880 e 1896, teriam também se incrementado as disputas. Os nomes de Nicolás Suárez, Antonio Vaca Díez e Carlos Fermín Fitzcarrald (esses dois últimos com seus domínios em território peruano), “están estrechamente relacionados com las pugnas por el control de la explotación cauchera. Estos enfrentamientos se harán extensivos también a Brasil. El resultado se traducirá en serias contendidas internacionales entre las tres jóvenes naciones”.

Suárez estaba convencido de que solamente una fuerte presencia económica boliviana, en la periferia de su imperio, aseguraba la integridad del país y ordenó a todos sus centros que habiliten la previsión de una cuenta para riesgos por hostilidad de fronteras (el 10% de las ganancias anuales). También estableció cuotas para el porcentaje de trabajadores no bolivianos que podían trabajar en las barracas y que debía ser menos del 10% de toda la fuerza laboral (...).

Deve-se lembrar, contudo, que nessa fase de transgressão de fronteiras, o conflito não se instala somente no topo dessas sociedades que buscam conquistar e controlar esses novos territórios, mas ocorre também entre elas, os povos indígenas e a força de trabalho em geral. Esses conflitos se generalizam ainda na base social, mormente entre a força de trabalho formada por migrantes e povos indígenas. Por isso, tanto a “presença” dos respectivos Estados nacionais quanto a da Igreja Católica eram imprescindíveis para complementar a disciplinarização instituída pela empresa extrativista.

De todo o modo, as sociedades que vão se formando na fronteira trinacional Brasil/Bolívia/Peru estarão sujeitas ao poder então concentrado nas mãos dos patrões seringalistas, convertidos em “senhores da floresta”. Além do exercício de mando absoluto nos seringais, eles, com o passar do tempo, vão se apropriando das instituições governamentais e dos seus recursos para satisfazer aos seus interesses particulares. Pode-se dizer que essa situação prevalecerá nos dois ciclos de “boom” da borracha (do final do século XIX até meados da segunda década do século XX, como também no de duração da Segunda Guerra Mundial).

Assim, o estado do Acre e os atuais departamentos de Pando e Madre de Dios, enquanto unidades políticas administrativas encetadas nos seus respectivos Estados nacionais, passaram pelos seguintes processos: o Território Federal do Acre foi dividido inicialmente em três departamentos: Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá. Este último foi desmembrado, em

1912, para formar um quarto departamento, o do Alto Tarauacá. Esses departamentos eram governados por prefeitos nomeados diretamente pelo presidente da República. Em 1920, o Território é unificado e a maioria dos interventores – também nomeados pela Presidência da República – são egressos da carreira militar e oriundos do Centro-Sul do país. A partir de 1934, o território passa a ter o direito de eleger representantes para o Congresso Nacional. Como resultado do movimento autonomista⁴⁶ desencadeado na década de 1950, o Congresso Nacional aprovou em 1962 a Lei 4.070/62, que elevou o Território do Acre à categoria de Estado da Federação. Essa lei foi sancionada pelo presidente João Goulart, em 15 de junho de 1962 (PAULA, 2003, p. 27).

No caso do atual Departamento de Pando, sua origem como unidade político-administrativa remonta a 1900, quando o então presidente da Bolívia, José Manuel Pando, criou o “Territorio Nacional de Colonias”, cuja extensão territorial “se estimaba en 309.227 Km, convirtiéndola en la segunda unidad geopolítica, después de Santa Cruz” (ARRUDA, 2009, p. 46). Em 1906 seria criado o Território Delegacional com o nome de “Bahía”. Segundo Arruda,

se iniciaba la ‘presencia’ del Estado boliviano (...). El Territorio Delegacional, finalmente dio paso a las Prefecturas, con Félix Rosa Tejada (1939) como el primer prefecto (...). Así el Departamento de Pando, cada vez se fue consolidando como jurisdicción administrativa fronteriza (...).

46 A rigor, esse movimento autonomista remonta a períodos anteriores, com outra feição. Na cidade de Cruzeiro do Sul, as oligarquias locais tentaram, até a década de 1930, construir um movimento em prol da autonomia do Vale do Juruá, em relação ao Vale do Acre e Purus. O movimento, surgido na década de 1950, na cidade de Rio Branco, terá outra conotação: elevar o território à categoria de estado e assegurar aos acrianos o controle direto do poder político-administrativo. Segundo Calixto (s.d., p. 145, citado por Paula, 2003, p. 27), tratava-se, na verdade, “de um empreendimento orientado por uma oligarquia sempre pronta a limitar a participação popular, instigando e manipulando essa participação em benefício dos donos do poder local.”

No Departamento de Madre de Dios, a exemplo do que ocorreu no Acre e em Pando, o Estado “chegou depois” que a empresa extrativista havia já se instalado. Em 1902, o governo peruano criou a “Junta de Vías Fluviales”, instituição pública que teria, como uma de suas funções principais, proteger as empresas instaladas naquele território. Ainda de acordo com Arruda (Ibid., p. 53-55),

La creación de la Junta de Vías Fluviales, como expresión de la ‘presencia del Estado’ en Madre de Dios, gradualmente posibilitó otras acciones gubernamentales, hasta que mediante Resolución Suprema del 21 de mayo de 1910, se creó la ‘Delegación Madre de Dios, Manuripe, Tahuamanu, Acre y Purús’.”

Pouco tempo depois, em 1912, o governo peruano cria finalmente o Departamento de Madre de Dios, “jurisdicción político-administrativa del Estado, compuesta de las provincias de Tahuamanu, Tambopata y Manu”. Também neste caso, o “proceso de consolidación del Estado peruano y de sus fronteras, el papel jugado por los patrones del látex será fundamental”.

Para nossos propósitos, interessa realçar que essa fronteira trinaçional Brasil/Bolívia/Peru se define politicamente como resultado das transgressões impulsionadas sob o contexto de um tipo de configuração geopolítica mundial encetada na era concorrencial do capitalismo. Procura-se estabelecer nela as condições necessárias para satisfazer a crescente demanda por borracha natural como matéria-prima requerida pela acumulação capitalista nos países centrais. Em um primeiro momento, os países centrais valem-se dos seringais nativos da Amazônia, no intuito de suprir essas demandas, para, logo a seguir (a partir da segunda década do século XX), deslocarem-se para a Ásia, onde serão introduzidos os seringais de cultivo⁴⁷, considerados mais eficientes e integrados à racionalidade da pro-

47 Como é sabido, a expansão dos seringais de cultivo na Ásia foi resultado da domesticação de sementes das árvores de seringa (*Hevea brasiliensis*). Subtraídas

dução capitalista. A busca pela borracha natural na Amazônia, por parte dos países centrais, só voltaria a ocorrer durante o período da Segunda Guerra Mundial, em razão da ocupação japonesa no Sudeste Asiático, que interrompeu o abastecimento dessa matéria-prima.

Enfim, com as afirmações acima, não pretendemos menosprezar o papel exercido pelas forças políticas internas em cada um dos Estados nacionais envolvidos na delimitação dessa fronteira, mas sim sublinhar o estreito vínculo entre elas e a lógica de expansão capitalista mundial, que lhes reserva um papel subsidiário na condição de “organizadores da produção extrativa”.

O que permanece e o que muda nessa fronteira na passagem do século XX para o XXI? Nos tópicos seguintes tentaremos responder a esta indagação.

5 - Transgressões de fronteiras na era do capitalismo verde

Conforme lembramos anteriormente, o final do século XX é marcado por uma ofensiva monumental do imperialismo, no sentido de “adaptar” a exploração na Amazônia aos imperativos da acumulação capitalista e ao realinhamento geopolítico mundial. A hecatombe do chamado “socialismo real” e de sua expressão máxima de poder, a URSS, seguida do anúncio da conformação de uma ordem unipolar liderada pelos EUA, parecia conferir a este último poderes incontrastáveis. Sob esse aspecto, é

clandestinamente da Amazônia brasileira pelo inglês Henry Wickham e levadas para os Kew Gardens de Londres em 1876, o roubo dessas sementes acabou constituindo-se, efetivamente, em um dos mais notáveis casos de biopirataria praticado na era moderna. Levadas posteriormente para experimentos na Ásia, a domesticação das sementes de *Hevea brasiliensis*, e sua adaptação a outras condições edafoclimáticas, redundaram tanto em profundas transformações de ordem técnico-produtiva quanto nos rearranjos de ordem geopolítica mundial.

possível identificar, de imediato, uma diferença significativa em relação ao período de formação da tríplice fronteira Brasil/Peru/Bolívia. Enquanto o primeiro se constituiu na fase concorrencial do capitalismo, antessala do imperialismo em ascensão e da decadência do domínio colonial inglês, o final do século XX é caracterizado pelo predomínio do capital monopolista e pela dominação imperialista planetária sob condições de hegemonia, revigorada pelos EUA.

Dito de outro modo, enquanto a territorialização produzida pela instalação da empresa extrativista de borracha natural na Amazônia estava destinada a satisfazer as demandas imediatas daquela matéria-prima por parte da indústria capitalista, a reterritorialização projetada no final do século XX, além de conter uma “cesta” mais ampla e complexa de produtos (minérios, hidrocarbonetos, hidroenergia, madeira, biodiversidade. etc.), estava pautada com o objetivo de assegurar a satisfação de demandas imediatas e futuras por parte de grandes corporações transnacionais. Significa isso dizer que o controle e exercício do poder nesses territórios reconfigurados deverão ser, necessariamente, muito mais sofisticados e complexos do que aqueles instituídos pela empresa extrativista de borracha, conforme analisaremos mais adiante.

Os mapas contendo as recentes configurações territoriais do Acre, Pando e Madre de Dios (em anexo), ilustram o formato dessa reterritorialização instituída sob os desígnios do capitalismo verde.

Como se pode observar, a reconfiguração territorial, ilustrada nesses mapas, segue rigorosamente os fundamentos utilizados pelo PPG7 no conjunto da Amazônia brasileira, evidenciando uma vez mais que se tratava de uma abordagem macro, envolvendo toda a Amazônia continental. As chamadas unidades de conservação, apesar de receberem denominações distintas (como Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas e Terras Indígenas no Brasil, Terras Comunitárias de Origem na Bolívia ou Terras Comunas no Peru), estão regulamentadas sob os mesmos parâmetros “conservacionistas”, rigorosamente subordinados à mercantilização de “las bondades de la naturaleza”.

As formas jurídicas de institucionalização e regulamentação de uso nessas áreas – como é o caso das concessões florestais para fins de exploração madeireira – seguem as diretrizes impostas internacionalmente, conforme mencionado na **primeira seção**. O que irá variar são as temporalidades e os mecanismos políticos mobilizados para a sua efetivação, em decorrência das especificidades das relações de poder. Dito de outro modo, nesse interstício entre a decadência do monoextrativismo da borracha natural e a reterritorialização orientada pelas diretrizes do capitalismo verde, essa tríplice fronteira experimentou diferentes processos de “adaptação” ao desenvolvimento capitalista em seus respectivos estados nacionais, conforme se verá a seguir em cada caso.

6 - Estado do Acre

Pode-se dizer que uma das diferenças marcantes, no caso do estado do Acre em relação aos departamentos de Pando e Madre de Dios, reside no maior “zelo” no resguardo das fronteiras territoriais, observado no âmbito da geopolítica adotada pelo Estado brasileiro e, em especial, pelas forças armadas. Sob essa perspectiva, compreende-se melhor o sentido das políticas “integracionistas” adotadas pelos governos centrais nos dois momentos decisivos da modernização capitalista no país no decorrer do século XX: a chamada “Revolução de 1930” e o golpe militar de 1964. Enquanto no intervalo de 1930 a 1964 as políticas de revitalização da produção de borracha natural, de extensão das redes de comunicação e de intensificação da presença militar voltavam-se para manter essa fronteira “ocupada”, aquelas adotadas no pós-1964, além de projetar uma modificação no perfil dessa ocupação, anunciam as pretensões de ir mais além dessas fronteiras⁴⁸.

48 Como bem o demonstra Tílio Neto (citado por PAULA, 2008), no Brasil os militares tiveram um papel preponderante na formulação da geopolítica da Amazônia. Nesse sentido, o pensamento do General Carlos de Meira Matos é considerado um dos mais influentes na sua conformação. Em linhas gerais, Meira Mattos propõe a integração e

Conforme analisamos em um trabalho anterior (PAULA, 2008), os planos de integração da região amazônica ao processo de acumulação capitalista, desencadeado no pós-1964, serão claramente influenciados por fatores de ordem geopolítica. Em linhas gerais, os traçados das rodovias visavam não só às ligações com as regiões centrais do país, mas também com os países fronteiriços:

(...) ou seja, o arco que vai de Roraima a Rondônia, e que engloba todos os afluentes da margem norte do Amazonas e parte dos afluentes da margem sul. Essa frente envolve nossas fronteiras com a Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e norte da Bolívia, e é fundamental para o desenvolvimento conjunto de uma Pan-Amazônia que possui um altíssimo nível de continentalidade da ocupação... Assim, Meira Mattos propõe a criação de centros ou polos internacionais nessas regiões de fronteira, articulando a Amazônia e portanto a América do Sul. O autor sugere como candidatos três polos principais: o primeiro centrado em Boa Vista (Roraima), ligando-se a Manaus, à República da Guiana e à Venezuela; o segundo, entre Brasil, Peru e Colômbia, teria lugar às margens do rio Solimões, onde a via fluvial se apoiaria nas pequenas cidades da região fronteiriça para ligar Manaus a Iquitos, no Peru; o terceiro polo internacional seria estabelecido em torno de Porto Velho (Rondônia) e Rio Branco (Acre), articulando-se com Cuiabá e Manaus e com a Bolívia (NETO, Tilio, 2003, p. 109-110).

Cabe aqui abrir um parêntese. Essa formulação de ordem geopolítica, levada a cabo pelas forças armadas brasileiras, despertava justas pre-

o fortalecimento da região amazônica não só com o território nacional, mas também na sua dimensão continental, “pensando sempre no conjunto das diversas Amazônia nacionais”. Não devemos esquecer, contudo, que essas políticas, voltadas para a “integração” da Amazônia, segundo essa orientação geopolítica dos militares, pautou-se numa forte ambiguidade da defesa da soberania nacional. Por um lado, a doutrina da segurança nacional manifestava preocupações explícitas em exercer o domínio do território, no sentido de evitar que fosse usado como “trincheira de lutas” por parte de movimentos guerrilheiros identificados com o “comunismo internacional”; por outro, privilegiaram, em larga escala, a instalação de empresas multinacionais de grande porte na região, como foi o caso do Projeto Jari, no Amapá.

ocupações nos países fronteiriços, como ilustra essa declaração do presidente do Peru, general Juan Velasco Alvarado, citada por Herbas (2009, p. 109):

Cuidado con Brasil. A mí me han criticado muchas veces mi reacción cuando me venían con cosas de integración con el Brasil. No se percibe que uno integra al que desintegra, siempre afirmé muy claramente que bastaba con mirar el mapa para darse cuenta donde estaban las tarjadas más grandes de nuestros territorios perdidos, así, como lonjas. Yo les decía a mis ministros LA CARRETERA HACIA LA FRONTERA CON BRASIL NI DE VAINAS, será para que nos vengan encima y nos engullan. Yo he servido en frontera y he visto la penetración brasileña. Todavía existe y no tenemos como controlarla.

Parêntese fechado, essa citação será retomada mais adiante. Voltando ao tema da expansão capitalista no Acre, na era da ditadura militar, sob o ponto de vista geopolítico, a pecuária extensiva de corte seria a atividade mais recomendável naquele território: além de estar encetada nos interesses das frações das classes dominantes vinculadas ao setor agroexportador, ela criaria maiores facilidades para o monitoramento territorial. Ou seja, a expansão da pecuária requeria necessariamente a derrubada da floresta para a implantação das pastagens, pondo fim ao que os estrategistas militares denominavam de “território perigoso”, já que a floresta traduzia-se numa possibilidade de abrigo para eventuais movimentos guerrilheiros e num obstáculo geográfico para as força regulares em combate.

Sob este ângulo, parece-nos que se tornam mais inteligíveis as transformações que se produzirão na “gramática do poder” no Estado do Acre. Ou seja, o poder oligárquico regional, constituído no advento da empresa extrativista da borracha natural, será suplantado gradativamente⁴⁹

49 Em um trabalho anterior (PAULA, 2005), mostramos que, apesar da decadência do extrativismo da borracha, as oligarquias regionais lograram manter o controle, por um largo período, do aparato governamental no âmbito estadual. Por outro lado, o

por outro, consubstanciado na articulação de dois segmentos políticos poderosíssimos na formação do Estado brasileiro: as forças armadas, no âmbito da “sociedade política”, e o setor agroexportador – já nesse período fortemente associado ao capital financeiro, nucleado no Sudeste brasileiro, majoritariamente no estado de São Paulo – na esfera da “sociedade civil”. Não é por acaso que a pecuária extensiva de corte define os rumos da “modernização” no agro acriano, conforme se verá a seguir.

O chamado da ditadura militar para levar adiante seu projeto de integração era bastante eloquente: “Venha para o Acre, exporte para o Pacífico”. Na época não se buscava a China e sim o Japão como mercado potencial para a exportação de carne bovina. O somatório de “condições ótimas” ofertadas pelo governo central para atração de capitais (como os generosos incentivos fiscais e creditícios e infraestrutura projetada) e terras baratas, em decorrência da falência da empresa extrativista, produziu o resultado esperado: efetivação de uma frente expansionista, também para o Acre, a exemplo do que ocorria nos demais estados e territórios da Amazônia brasileira. Diferentemente do momento constitutivo da fronteira trinacional – em que a territorialização foi impulsionada pela iniciativa de capitais privados –, no período da ditadura militar a nova fase de transgressão de fronteiras e a reterritorialização dela resultante serão impulsionadas pelo Estado.

Dada a existência de uma vasta e rica bibliografia referente a esse processo, faremos aqui somente uma breve síntese, estruturada em três pontos, para fins de elucidação do recorte que estamos realizando, isto é, uma interpretação pautada na ideia de transgressões permanentes de fronteiras. São eles:

1) **O capital chega “de branco”, com a pecuária extensiva de corte.** Após os conflitos mais intensos e dramáticos, engendrados com o advento da implantação da empresa extrativista, pode-se dizer que, nos

agronegócio da pecuária, que já tinha influência nas políticas nacionais, pasou também a participar ativamente das políticas estaduais.

territórios por ela reconfigurados, se logrou uma relativa estabilidade. No início da década de 1970, o estado do Acre – que Silva (2005) denomina de “campos e florestas” – contava com uma população formada por cerca de 200 mil habitantes (30% residente nos núcleos urbanos e 70% no espaço agrário), dentre os quais 15 povos indígenas sobreviventes do genocídio praticado pela empresa extrativista, pelos seringueiros e outras categorias de camponeses. Esses povos, acantonados em territórios sobre os quais exerciam um relativo domínio, situavam-se majoritariamente nas margens dos rios, sustentando-se por meio de uma agricultura de subsistência e da venda de pequenos excedentes. As relações mercantis “comandavam a vida” nesses territórios **(ainda que debilitadas num de seus principais fundamentos, isto é, a imobilização da força de trabalho)** através dos padrões seringalistas “tradicionais”, arrendatários, e de uma numerosa categoria de comerciantes autônomos, que cresceu com a decadência do domínio dos “barracões”. Singrando os rios nos barcos denominados regionalmente como “batelões”, esses comerciantes faziam a intermediação entre as casas comerciais, situadas nos núcleos urbanos, e as populações camponesas e indígenas. No primeiro quinquênio de expansão da frente pecuarista no Acre (comandada majoritariamente por investidores oriundos do estado de São Paulo), parte desse “mundo” ruiu⁵⁰, atingindo imediatamente

50 Conforme mostramos em trabalho anterior (PAULA; SILVA, 2008, p. 4), “a partir do final de 1960 há mudanças fundamentais que se impõem sobre o uso do espaço agrário acriano e que repercute, sobretudo, nas forças sociais agrárias ligadas ao setor extrativista. Dois segmentos distintos de classes – os grandes proprietários fazendeiros e o campesinato – emergem com grande poder de influenciar a estrutura agrária. Os grandes proprietários de terra constituem-se de fazendeiros que adquiriram propriedades de antigos seringais. São agentes da frente pioneira agropecuária, que começa a se estruturar regionalmente, pelas três décadas seguintes. Há ainda antigos seringalistas que não venderam suas propriedades e agora tentam se rearranjar com a introdução da agropecuária ou com a especulação de suas terras no mercado fundiário local. Esses, portanto, são agentes remanescentes da frente agroextrativista que tentam se reestruturar em padrões produtivos adequados aos “novos tempos”, numa visão “desenvolvimentista”, como os agentes da fronteira agropecuária”.

o campesinato e os povos indígenas, vitimados pela expropriação em massa. Parte desse campesinato expropriado imigra para o departamento de Pando, concentrando-se na faixa de fronteira com o Acre para trabalhar nos seringais bolivianos. Nesse período, já se registra também o início da apropriação de terras por parte de pecuaristas brasileiros no território. A parte que sobreviveu à expropriação inicial parecia estar, de fato, com os dias contados. A reterritorialização capitalista desencadeada nesse novo ciclo expansionista produzirá, desta forma, profundos impactos na sociedade e na natureza como um todo e, por isso, enfrentará fortes reações.

2) O **“empate” contra o capital**. No decorrer do domínio da empresa extrativista, os seringueiros – base fundamental de exploração estruturada nas relações mercantis – inventaram maneiras diversas de resistência que, via de regra, se processavam de forma individual nos interstícios do processo produtivo (PAULA, 1991). O cenário muda com a chegada da frente pecuarista, e a sua existência, enquanto categoria social, está definitivamente ameaçada de extinção, fato que motivou a busca de formas coletivas de resistência. Através da organização sindical, iniciada em meados da década de 1970, os seringueiros, apoiados fundamentalmente pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e pela ala da Igreja Católica, identificada com a Teologia da Libertação, inventam outras formas de luta e mobilização coletiva, como aquelas notabilizadas pelos “empates”. A ditadura reage e responde com a criação dos projetos de colonização com um duplo objetivo: amenizar as tensões sociais geradas pelos conflitos resultantes da disputa da terra na região e, ao mesmo tempo, dar seguimento à **“modernização conservadora” em nível nacional**, via migração dirigida de camponeses pobres do Sul e Sudeste para a Amazônia. Com essa medida, o espaço agrário acriano passa a se reconfigurar também entre o campesinato, com a chegada de migrantes portadores de outras culturas. Face ao malogro da maioria dos seringueiros que foram assentados nos projetos de colonização, parte desse sindicalismo, tendo à frente o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Xapuri, e Chico Mendes como seu presidente, passa a recusar essa alternativa, a partir de

meados da década de 1980. Propõem, como alternativa, a regularização jurídica dos seringais por meio da manutenção da estrutura original, posse e uso, por parte dos seringueiros, que culminaria posteriormente na criação das Reservas Extrativistas. Estabelece-se, assim, uma oposição frontal entre duas orientações distintas para o “desenvolvimento” no Acre: a do capital, por intermédio da expansão da pecuária extensiva de corte, e a do movimento dos seringueiros, pautada na conservação da floresta e na valorização das suas formas de vida e saberes, denominada por Gonçalves (1998) “territorialidade seringueira”.

Cabe pontuar, finalmente, nessa síntese, quatro fatos que serão decisivos nos desdobramentos desse movimento: 1) Sua vinculação orgânica com o Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores (CUT); 2) Iniciativa de uma articulação, para além do sindicalismo rural, com abrangência em toda a Amazônia brasileira, que culminaria com a formação do Conselho Nacional dos Seringueiros; 3) Aproximação com ONGs ambientalistas internacionais, interessadas na “conservação” da Amazônia; 4) O assassinato de Chico Mendes, em dezembro de 1988, planejado e executado por representantes dos interesses dos pecuaristas, com repercussões internacionais jamais vistas em centenas de crimes similares praticados até então.

3) **O “desempate” a favor do capital.** Conforme mostramos nas seções 1 e 2 deste trabalho, o “esverdeamento” do capitalismo, enquanto ideologia legitimadora da espoliação, e o PPG7, como expressão política dessa ideologia na Amazônia, **exerceram/exercem forte influência na definição dos termos da reterritorialização capitalista.** O estado do Acre é, sem sombra de dúvida, a unidade territorial da Amazônia brasileira que incorporou de forma mais profunda e articulada a ideologia e as políticas subjacentes ao capitalismo verde. Pode-se dizer que foi assimilado de A a Z todo o receituário de mercantilização de “las bondades de la naturaleza”. Entre a longa noite que se estendeu entre o assassinato de Chico Mendes e a eleição para o governo estadual de uma frente política liderada pelo Partido dos Trabalhadores em 1998 (com maiores inflexões à direita,

o PT elegeu o governador em 2010 para o quarto mandato consecutivo do partido), concretizaram-se as bases para o triunfo de um movimento “transformista” (nos termos formulados por Gramsci) que logrou subordinar os movimentos sociais ao bloco de poder repactado pelas oligarquias. Os quatro fatores mencionados no item anterior concorreram decisivamente para o sucesso desse transformismo. O PT “desvencilhou-se” do socialismo enquanto perspectiva programática e empenhou-se em gerenciar a crise capitalista; o Conselho Nacional dos Seringueiros deixou-se cooptar, primeiro pelo Banco Mundial, no âmbito do PPG7, e, posteriormente, pelo governo de Fernando Henrique Cardoso; as ONGs ambientalistas assumiram, em sua grande maioria, a mercantilização da natureza como critério definidor das políticas conservacionistas; a imagem de Chico Mendes foi habilmente instrumentalizada para legitimar o *statu quo*, como bem mostraram Moraes (2009) e Paula & Silva (2008). Em que pese o fato de os pecuaristas serem um dos maiores beneficiários até o momento dessas políticas – e seus representantes assumirem no período recente a defesa do capitalismo verde –, internamente eles resistem a algumas das regulamentações instituídas. Por exemplo, os limites fixados para áreas de desmatamento, o que resultou numa tensão permanente no interior desse bloco de poder, tensão evidenciada com maior nitidez nos debates recentes sobre as mudanças no Código Florestal, em tramitação na Câmara dos Deputados, em Brasília. Finalmente, deve-se sublinhar que a candidatura, pelo Partido Verde, da acriana Marina Silva⁵¹ à Presidência

51 Marina Silva simboliza um dos exemplos mais notáveis, entre um grupo de lideranças sindicais vinculadas ao PT, que atuaram ativamente nos “empates” contra o capital na década de 1980 e que, depois da “longa noite” pós-assassinato de Chico Mendes, se converteu em peça importante no “tabuleiro” que definiu o “desempate” a favor do capital. Não por acaso, os maiores financiadores de sua campanha eleitoral foram as empresas mineradoras e a Natura (grande empresa de cosméticos sediada em São Paulo), que teve como um dos sócios principais Guilherme Leal, candidato a vice-presidente de Marina Silva. Vale a pena transcrever parte do discurso desse empresário no lançamento de sua candidatura: “Meu encontro com a senadora Marina Silva é um encontro improvável se pensarmos com a lógica do século 21. Marina é

da República em 2010 – amealhando cerca de 20 milhões de votos, decisivos para levar a disputa entre PT e PSDB para o segundo turno –, com um discurso ancorado ideologicamente na defesa do capitalismo verde, revela com razoável nitidez esse “desempate” a favor da capital e a importância simbólica do Acre nesse processo.

Os resultados imediatos desse “desempate a favor do capital” aparecem nos “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS)”, publicados em 2008 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A realidade mostrada nesse documento revela que no Brasil, em geral, e na Amazônia, em particular, a acumulação via espoliação segue ditando o ritmo da expansão capitalista. Contudo, dado que a aceitação do capitalismo verde pela maioria dos governos estaduais é muito recente, poder-se-ia dizer que os indicadores ainda não refletiriam essa “mudança de comportamento”. Por isso, para não “cometermos injustiças”, tomamos como referência o estado do Acre, considerado o mais “avançado” da região nessa matéria. O cruzamento dos dados do IDS com outros indicadores socioeconômicos revelam que, no essencial, reitera-se no Acre a dinâmica regional. Por um lado, as atividades produtivas que registraram maiores incrementos no período foram aquelas consideradas mais destrutivas ambientalmente: a pecuária extensiva de corte, que teve o rebanho triplicado em pouco mais de uma década (saltando de 800 mil cabeças em 1998 para aproximadamente 3 milhões em 2010) e a exploração madeireira, que teve incremento de 150% no volume de produção de madeira em tora nesse

uma cabocla do Brasil profundo, da floresta, filha da pobreza, de um povo que durante centenas de anos foi condenado ao esquecimento pela falta de oportunidades. Eu sou um homem classe média urbana, criado em São Paulo, estudei em boas escolas, tive boas oportunidades. Com espírito empreendedor e baseado em valores me tornei empresário bem sucedido. Há 20 anos participo de movimentos empresariais”. (Disponível em: <<http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/06/vice-de-marina-silva-critica-loteamento-de-cargos-e-corrupcao.html>>. Acesso em: ago. 2010).

mesmo intervalo de tempo⁵², passando de 300 mil m³ para 760 mil m³. Por outro lado, os níveis de pobreza extrema permaneceram elevadíssimos: aproximadamente metade da população (60 mil famílias) vive com subvenções oriundas da filantropia governamental, via “Bolsa Família”.

Para finalizar esta síntese sobre o Estado do Acre, gostaríamos de chamar atenção para dois aspectos que consideramos fundamentais: 1) A transgressão de fronteiras, iniciada com o extrativismo da borracha no século XIX, segue sua marcha na era do capitalismo verde sob novos formatos, em uma arena conformada por redes mais sofisticadas de exercício do poder e dominação; 2) O estado do Acre no limiar do século XXI encontra-se plenamente integrado ao Estado nacional brasileiro e à dinâmica de acumulação capitalista internacional. Tal integração se realiza, conforme mostramos em trabalho anterior (PAULA, 2005), via desenvolvimento do tipo extensivo, marcado pelo predomínio da pecuária de corte e secundada pela exploração madeireira, as quais, juntas, comandam a espacialização e a espoliação no agro acriano.

7 - Departamento de Pando

Criado através do Decreto Supremo, de 24 de setembro de 1938, o departamento de Pando possui uma extensão territorial de 63.827 km², ocupada por 78.250 habitantes distribuídos em 5 províncias e 15 municípios. A maioria dessa população, aproximadamente 70%, está concentrada em Cobija, sua capital. As atividades produtivas estão ancoradas no extra-

52 De acordo com dados de pesquisa sobre atividade madeireira na Amazônia, realizada pelo IMAZON (2010), no intervalo de 1998 a 2009, a produção de madeira em tora ter-se-ia reduzido à metade, passando de 28,2 para 14,2 milhões de m³ (Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAA_woAL/atividade-madeireira-na-amazonia-brasileira>. Acesso em: jun. 2011). Todavia, no Acre, ocorreu o oposto: saltou de 300 mil m³ em 1995 (PAULA, 2005, p. 85) para 760 mil m³ em 2010 (Governo do Acre, 2012).

tivismo, especialmente na coleta de castanhas e exploração madeireira⁵³. A presença de uma Zona Franca em Cobija transformou a circulação de mercadorias em forte entreposto comercial, principal fonte de atração da classe média acriana na sua busca por bens de consumo importados a preços mais baixos.

Em junho de 2010 o governo de Evo Morales criou, através do Decreto Supremo nº 0538, a **Agencia para el Desarrollo de las Macroregiones y Zonas Fronterizas (ADEMAF)**, sediada em Santa Cruz de la Sierra. A ADEMAF “tiene por objetivo promover e impulsar el desarrollo estratégico económico y social de las Macroregiones y Zonas Fronterizas de forma articulada a los planes y políticas públicas”. A agência é definida como um instrumento de planificação e gestão,

basada en la soberanía nacional y la industrialización de los recursos naturales para su exportación y uso interno, mediante la ampliación y diversificación del aparato productivo, cambio que requiere de la intervención del Estado como promotor y protagonista del desarrollo.⁵⁴

O ex-ministro da Presidência, Juan Ramón Quintana, foi nomeado diretor da ADEMAF. Em um de seus pronunciamentos públicos, Quintana afirmou que a ADEMAF possibilitará

(...) el pago de la deuda histórica del Estado con todas aquellas regiones que han vivido olvidadas y abandonadas por el Estado (...). En el caso de las macro regiones y zonas fronterizas que históricamente han sido olvidadas y huérfanas del Estado, la EMAF

53 Disponível em: <http://sitap.produccion.gob.bo/Atlas_Productivo_2009_web/PANDO.pdf>. Acesso em: mar. 2011. A pecuária extensiva de corte vem se expandindo aceleradamente também no departamento de Madre de Dios, a exemplo do que ocorre no estado do Acre. Outra atividade econômica em crescimento neste departamento é a mineração, dada a existência de inúmeras fontes de minerais.

54 Disponível em: <http://www.camiri.net/?page_id=1615>. Acesso em: 18 fev. 2011.

se constituirá en uno de sus principales referentes para impulsar el desarrollo. (...) esas zonas no serán más el patio trasero del Estado (...). ADEMAF, cumplirá su misión estratégica dirigida al fortalecimiento do Estado Plurinacional y así dar continuidad institucional al territorio nacional con un desarrollo sustentable.⁵⁵

“La insistencia del Gobierno nacional en pensar la Amazonía como una unidad territorial de desarrollo”, dizem Molina, Vargas & Soruco (2008, p. 15-16), “tiene una historia de por lo menos cuarenta años”. De acordo com os referidos autores, trata-se de uma leitura que não leva em conta a construção social do território, “sino, el enfoque de la planificación territorial”. Afirmam, ainda, referenciados na interpretação de Navia (2002), que as experiências de planejamento regional amazônica no período de 1984-2000 foram “patrocinadas por entidades del Gobierno nacional como intentos de gabinete para definir propuestas de zonificación y áreas de desarrollo, intentando darle coherencia territorial a lo amazónico”.

Optamos por iniciar essa abordagem sobre o Departamento de Pando a partir do enfoque acima para realçar a diferença na temporalidade de integração nacional nessa tríplice fronteira. Resguardadas as devidas proporções⁵⁶, pode-se dizer que o Departamento de Pando experimentará somente na segunda década do século XXI os “sabores” e “dissabores” do desenvolvimentismo que atingiu terras acrianas ainda na década de 1970. Em razão dessa assincronia temporal, no que diz respeito às “integrações” operadas por seus respectivos Estados nacionais, é que se poderá

55 Disponível em: <<http://www.fmbolivia.com.bo/noticia29000-juan-ramon-quintana-asume-agencia-para-desarrollo-de-macro-regiones-y-fronteras-para-que-dejen-ser-el-patio-trasero-de-bolivia.html>>. Acesso em: 18 fev. 2011.

56 Uma das diferenças fundamentais é que o “desenvolvimentismo” brasileiro no período em questão se processou nos marcos de uma ditadura militar, enquanto o que está sendo ensaiado na Bolívia opera sob contexto de construção de um Estado Plurinacional, impulsionado por um processo revolucionário.

interpretar o que está sendo disputado e quais são as forças políticas fundamentais que “pelean” pelo controle de “las bondades de la naturaleza” e pelo poder político departamental/regional.

Dito de outro modo, dado que no departamento de Pando, a exemplo do que ocorreu com os demais espaços da Amazônia e do oriente boliviano, a Revolução Agrária de 1952 não tocou nos privilégios dos latifundiários – ao contrário, facilitou a expansão de seu domínio territorial – a reconfiguração da estrutura fundiária se processará somente a partir da década de 1990. Sob o contexto de “desmonte do Estado nacional” e maior subordinação ao imperialismo, esse processo será orientado para satisfazer as demandas de “las bondades de la naturaleza” por parte das grandes corporações que controlam o fluxo internacional dessas mercadorias.

Enquanto na Amazônia brasileira o “PPG7” ia criando as condições para a institucionalização das políticas subjacentes à nova matriz do capitalismo verde, na Bolívia ela já começava a ser implementada. Como parte das reformas iniciadas, a partir de 1994, pelo governo Sánchez de Lozada, foi aprovada em 1996 a chamada “Ley del Servicio Nacional de Reforma Agraria – SNRA 1715, conocida como Ley INRA, y de una nueva Ley forestal” (Cronkleon, 2009, p. 3). Esse tipo de reordenamento territorial se expandiria paulatinamente na América do Sul. Para fins de ilustração, vale citar o caso da lei florestal,⁵⁷ que seria editada no Peru em

57 Conforme mostramos em trabalho recente, realizado em conjunto com Maria de Jesus Morais (PAULA & MORAIS, 2010), “Sob essa lei, um número reduzido de empresas florestais se apropriou de extensas áreas de mata mediante um contrato de curto, médio e longo prazo, inclusive sobre as áreas ocupadas por proprietários individuais. Os direitos outorgados às empresas tinham preferência sobre os direitos consuetudinários das populações residentes. Existem em Pando 14 concessões em aproximadamente 20% da área territorial desse Departamento. Os movimentos indígenas e camponeses, que compõem o BOCINAB - Bloque de Organizaciones Campesinas e Indígenas del Norte Amazónico, tem reiterado suas reivindicações em

2000 e no estado do Acre em 2001, ambos antecedendo a aprovação no Brasil, ocorrida em 2006, conforme mencionamos nas seções anteriores.

No que diz respeito à lei INRA⁵⁸, esta acabou gerando críticas por parte dos grandes proprietários rurais porque, segundo eles, a mesma punha em risco o “direito de propriedade”. De acordo com essa lei, eles devem demonstrar que a aquisição das terras se deu através de meios legais e que a sua utilização seja destinada para fins produtivos. Cabe ao INRA determinar se a propriedade cumpre uma função econômica e social, definida como

el uso sostenible de la tierra para el desarrollo de la agricultura, ganadería, el manejo forestal u otras actividades, así como la conservación y protección de la biodiversidad, el bien común o el de la propiedad (CRONKLETON, 2009, p. 6).

A avaliação das duas leis é realizada por Cronkleton et al. (2009, p. 5) nos seguintes termos: “las leyes de tierras y forestal trataron de clarificar, organizar y democratizar un sistema complicado y restringido de derechos de propiedad y acceso a los recursos”. Estas leis “reflejaban un modelo neoliberal que enfatiza las exportaciones y que de manera implícita o explícita privilegiaba al sector de la gran empresa privada nacional y extranjera”. Em síntese, valendo-se dessa interpretação, Paula e Morais (2010) mostram que

torno da suspensão imediata dessas concessões”.

58 A criação do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA) não produziu uma mudança na estrutura fundiária do departamento de Pando, uma vez que se defrontou com fortes obstáculos por parte do latifúndio. O INRA chegou a Cobija em 1999 e a regularização fundiária só se iniciou em 2000. Inicialmente, os barraqueiros trataram de exercer influência na capital boliviana para a promulgação de leis que reconhecessem suas demandas, criando concessões de 3 a 3,5 milhões de hectares para o aproveitamento de PFNM, o que beneficia hoje umas 200 pessoas (CRONKLETON, 2009).

A lei INRA estabelece diversas classes de propriedades privadas, além de reconhecer terras de propriedades coletivas para comunidades indígenas e campesinas. A mesma reconheceu a figura jurídica de propriedade comunal para os povos indígenas, denominada de Tierra Comunitaria de Origen (TCO). Reconheceu também as comunidades campesinas e com a Lei de Recondução Comunitária da Reforma Agrária de 2006 definiu a propriedade comunal como a única opção para os campesinos.

Caberia aqui tentar decifrar um intrigante mistério: como explicar o acesso de camponeses e povos indígenas à terra, sob condições internas de domínio do latifúndio e externas de uma conjuntura marcada pelo auge da espoliação capitalista mundial? A elucidação desse mistério requer uma análise mais cuidadosa das “artimanhas” engendradas pelo capitalismo verde, no que diz respeito ao controle de “las bondades de la naturaleza”. Nesse sentido, vale destacar três traços essenciais dessa reterritorialização.

O primeiro diz respeito às **restrições de posse e uso da terra por parte** dos camponeses e povos indígenas. Tais restrições podem ser apontadas no conjunto de regulamentos que normatizam a exploração e o comércio de “las bondades de la naturaleza”. Por um lado, tanto as “certificações” (do tipo “selo verde”) quanto o patenteamento das descobertas científicas asseguram, por parte das grandes corporações transnacionais, o domínio do controle e da comercialização de espécies “certificadas” e/ou patenteadas; por outro, as cláusulas contratuais, impostas pelo Estado, quando se concretiza a regularização jurídica dessas áreas “reformadas”, institui uma série de obstáculos ao exercício da “autonomia” na gestão desses territórios⁵⁹. Ademais, em conversas mantidas com lideranças camponesas e técnicos do Ministério da Autonomia, percebemos que, mesmo depois de

59 Não é por acaso que já começam a surgir movimentos como o “Resistencia a la Política de Áreas Naturales Protegidas” na Guatemala e outras organizações conhecidas mundialmente, que, a exemplo do STR de Xapuri, parecem iniciar a “tradução” das insatisfações geradas nessas “áreas protegidas”.

concluído o processo de “saneamento de las tierras departamentales”, os antigos “barraqueros” mantêm seu poder nas comunidades camponesas e nos povos indígenas, concorrendo para perpetuar as bases de domínio do poder oligárquico regional.

O segundo refere-se à maior facilitação do acesso do capital à exploração de “las bondades de la naturaleza”. Os mecanismos para tanto são os mais diversos: incluem desde incentivos fiscais e creditícios até a mais descarada forma de roubo do patrimônio público em favor do setor privado – as concessões de uso, como aquelas instituídas para fins de exploração madeireira. Além de suprimir a imobilização de capitais na aquisição do ativo terra, criaram-se outros atrativos. As leis que instituíram esse regime de concessão e regulamentação pavimentam o acesso das grandes corporações madeireiras mundiais a largas faixas de territórios regularizados como “bens públicos”, por períodos de até quarenta anos, com possibilidades de prorrogação. No caso do Departamento de Pando, existem 17 concessões florestais que exploram aproximadamente 20% da totalidade desse território, ou seja, 1.236.793 ha (CRONKLETON et al., 2009, p. 51).

O terceiro está associado às condições políticas internas e às estratégias usadas para as “adaptações” ao *hegemon* imperial. Entre as análises produzidas no rico debate intelectual na Bolívia⁶⁰, capazes de iluminar a compreensão desse período, destacaríamos aquela formulada por Silvia Rivera (2010). De acordo com a autora, durante o governo Sánchez de Lozada, as oligarquias procuraram reeditar o “gatopardismo”, promovendo as readaptações no domínio colonial requeridas pela matriz imperialista. Desse modo, diz Rivera (2010, p. 58-60),

En el frente interno, las élites bolivianas han adoptado un multiculturalismo oficial, plagado de citas de Kymlicka, y anclado en la

60 Entre os autores que mais se destacam nessa produção recente podemos citar Álvaro García Linera, Raúl Prada e Luis Tapia. Parte dessa produção está indicada nas referências bibliográficas, no final deste ensaio.

noción de los indígenas (...). El corolario fue un multiculturalismo ornamental y simbólico, con fórmulas como el “etno-turismo” y el “eco-turismo”, que ponían en juego la teatralización de la condición “originaria”, anclada en el pasado e incapaz de conducir su propio destino. Como cortina de humo para esconder los negociados de la “capitalización”, Gonzalo Sánchez de Lozada adopta en 1994 la agenda culturalista de lo indígena, a través de su emblemático vicepresidente, la descentralización municipal y la reforma a la Constitución. Sea por miedo a la chusma o por seguir la agenda de sus financiadores, las élites se sensibilizan a las demandas de reconocimiento y de participación política de los movimientos sociales indígenas, y adoptan un discurso retórico y esencialista, centrado en la noción de “pueblos originarios”. El reconocimiento –recortado, condicionado y a regañadientes– de los 59 derechos culturales y territoriales indígenas permitió así el reciclaje de las elites y la continuidad de su monopolio en el ejercicio del poder como minorías (...). Así, a medida que los pueblos indígenas de oriente y occidente se recluyen en sus TCOs [Tierras Comunitarias de Origen] y se ONGizan, las nociones esencialistas y “orientalistas” (Said) se hacen hegemónicas y se convierten en el adorno multicultural del neoliberalismo (...). El multiculturalismo oficial descrito más arriba ha sido el mecanismo encubridor por excelencia de las nuevas formas de colonización. Las elites adoptan una estrategia de travestismo y articulan nuevos esquemas de cooptación y neutralización. Se reproduce así una “inclusión condicionada”, una ciudadanía recortada y de segunda clase, que moldea imaginarios e identidades subalternizadas al papel de ornamentos o masas anónimas que teatralizan su propia identidad.

O uso da longa citação acima é pertinente não apenas para iluminar a reciclagem ou “atualização” do domínio colonial na Bolívia no período analisado, mas serve também para indicar a situação da América Latina, em geral, e da Amazônia continental, em particular. Isto é, tanto nessa fronteira trinacional quanto além dela, não é recomendável uma leitura dos dados referentes à reestruturação agrária, nessa virada de século XX, sem levar em conta essa sofisticada trama de adaptações em seus diferentes níveis, do internacional ao local. Este é um dado imprescindível para

tentar compreender, nesse período, a complexidade dos conflitos sociais no campo.

Voltando ao caso do departamento de Pando, esse aparente avanço contido na Lei INRA, e as iniciativas adotadas para sua efetiva aplicação por parte do governo Evo Morales, a partir de 2006, produzirão maior acirramento no confronto entre camponeses e indígenas, de um lado, e latifundiários, de outro, tendo como ponto culminante o massacre de camponeses ocorrido em 11 de setembro de 2008, no município de El Porvenir⁶¹. Em que pese a dramaticidade desse evento, ele acabou lançando, de suas trevas, algumas luzes sobre as relações de poder e dominação em Pando.

No topo da sociedade, Leopoldo Fernandes, na condição de governador do departamento de Pando, figurava como o representante mais notável dos interesses do poder oligárquico, poder este baseado na grande propriedade fundiária, comércio e “outros negócios” comuns naquela fronteira. Além de vínculos estreitos com oligarquias cruzeiras e acrianas⁶² (ligadas predominantemente à exploração madeireira e pecuária),

61 Para maiores informações sobre esse episódio, consultar, entre outros, Sologuren (2009) e Paula e Morais (2010).

62 Em outubro de 2008, o então ministro da Presidência da Bolívia, Juan Ramón Quintana, apresentou denúncias, publicadas por diversos periódicos (*La Prensa*, *El Mundo*, *Red Erbol*, entre outros), a respeito das vinculações entre “empresários acrianos” e Leopoldo Fernández. Em seu blog, o jornalista acriano Josafá confirma essas denúncias ao afirmar que “a candidatura de Leopoldo Fernández para o governo pandino recebeu investimentos pesados de vários empresários acreanos. Um deles é o dono do jornal *A Tribuna* e da Gráfica Globo, Eli Assem de Carvalho, que ganhou muito dinheiro com material gráfico e de propaganda. Lembro que na época de vez em quando algum repórter era “convocado” para entrevistar Fernández – o “Leo”, como chamava Eli Assem (Disponível em: <<http://blogdojosafa.blogspot.com/2008/10/guerra-de-informaes-na-bolvia.html>>. Acesso em: 22 fev. 2011). O “acolhimento” por parte do governo acreano dos aliados de Leopoldo Fernández que se refugiaram no Acre (muitos deles acusados de envolvimento direto na chacina de 11 de setembro em El Porvenir), longe de ser a manifestação de um “gesto humanitário”, como anunciaram os porta-vozes oficiais, expressa, sobretudo, um compromisso e solidariedade entre essas oligarquias.

agências internacionais, como a USAID, e grandes ONGs ambientalistas atuantes na região, mantinha também o controle sobre diversas organizações representativas das classes subalternas, sendo a Federación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Pando e a Central Indígena de Pueblos Originários de la Amazonia de Pando (CIPOAP) as mais expressivas. Seu governo aderiu ao discurso e à prática do capitalismo verde (apoando, entre outros, os projetos de exploração florestal madeireira), em torno do qual procurava construir um consenso, nos moldes daquele logrado no estado do Acre. Nesse sentido, angariou amplo apoio das agências e dos agentes supracitados. A campanha pela “autonomia departamental” e a mobilização de organizações gremiais, como os “centros cívicos”, a exemplo do que ocorreu nos demais departamentos do oriente boliviano, teve como objetivo reforçar o poder oligárquico no seu confronto com o governo de Evo Morales.

Na base desse sistema de exploração e dominação, o campesinato e os povos indígenas se constituíam como forças sociais de fundamental importância na conflagração das lutas de resistência. Além de suas inúmeras formas locais de organização comunitária não formalizadas, tinham a Federación Campesina e a CIPOAP como as representações mais importantes no âmbito departamental, cada uma delas se articulando em nível regional e nacional. Entre os obstáculos mais significantes, impedindo o impulsionar das lutas fundamentais de resistência, destacam-se a persistência das relações clientelistas e assistencialistas instituídas pelo poder oligárquico, revigoradas pela atuação de inúmeras ONGs (como ocorre em outras partes da Amazônia, sendo que um número reduzido de ONGs escapa a este tipo de prática), bem como a existência de um forte aparato repressivo.

Os acúmulos políticos resultantes de longas jornadas de lutas, protagonizadas pelos movimentos sociais, em todo território nacional,⁶³

63 Entre as mais marcantes destacam-se a “Marcha ...1990”, dirigida por organizações camponesas e indígenas do Oriente boliviano, a “Guerra da Água” em Cochabamba

e somadas à vitória de Evo Morales, nas eleições presidenciais de 2005, desequilibraria as forças em Pando a favor do campesinato e dos povos indígenas. O ex-presidente da Federación Campesina, Manoel Lima, em conversa que mantivemos, em dezembro de 2010, e numa entrevista publicada por Cingolani (2009), revela com enorme riqueza de detalhes o processo que resultou na ascensão da nova diretoria no comando da Federação. A truculência usada pelo governo departamental para tentar manter os dirigentes sindicais ligados ao poder oligárquico na Federação, ilustra com todas as cores a importância dada a esse espaço de poder. Estavam certos. Com a ascensão da nova diretoria, liderada por Manoel Lima, a luta de resistência camponesa em Pando tomaria novos rumos, concorrendo efetivamente para a derrubada de Leopoldo Fernandes do poder e, sobretudo, para a efetivação do reordenamento territorial agrário. Após a intervenção realizada pelo governo central no Departamento de Pando, em setembro de 2008, saiu como vencedor, nas eleições departamentais, realizadas em 2010, o candidato apoiado pelo MAS, Luis Suárez, envolto em enormes expectativas e promessas de “cambios” socioeconômicos e políticos.

8 - Departamento de Madre de Dios

Nessa fronteira trinacional Brasil/Peru/Bolívia, o departamento de Madre de Dios se configura, atualmente, como um dos palcos de intensos conflitos sociais⁶⁴, no qual se assistem às disputas pela apropriação de ‘las

(2000), a “Guerra do Gás” em El Alto (2003), sucedidas pelas mobilizações que depuseram os presidentes Sánchez de Lozada e, em seguida, o seu vice, García Meza. 64 As mobilizações contra a espoliação por “la derogatoria de los decretos legislativos (1090, 1089, 1064, 1040 y 1015 y 1073)”, lideradas pela Federación Nativa del Río Madre de Dios y Afluentes (FENAMAD), que resultaram na destruição do edifício da “governación departamental” de Madre de Dios em Puerto Maldonado (julho de 2008), sucedida pelos protestos convocados pela Asociación Interétnica para el Desarrollo de la Selva Peruana (AIDSEP), em Bagua (junho de 2009), e a brutal repressão policial que resultou em dezenas de mortos na “Curva del Diablo”,

bondades de la naturaleza” existentes no seu território. Desafortunadamente, para os povos indígenas e camponeses que aí vivem, esse espaço territorial possui uma “cesta” composta pelas “bondades” mais cobiçadas pelo capital: fontes de energia (hidrocarbonetos e água), minérios, madeiras nobres e alta biodiversidade.

No último lustro, as pressões sobre esse território aumentaram monumentalmente. O governo de Alan García (2006-2011) ampliou as desregulamentações iniciadas nos governos anteriores (Fujimori e Toledo), seguindo fielmente a ortodoxia neoliberal que visa a atrair inversões de capitais no país. Ademais, firmou Tratados de Livre Comércio (TLCs) com os Estados Unidos e está em fase de negociação de TLCs também com a China. Com o governo brasileiro, firmou uma série de acordos voltados para a implantação de **infraestrutura de transporte e construção de hidrelétricas**, além de atrair grandes grupos empresariais sediados no Brasil⁶⁵. Esse contexto, associado ao *boom* das demandas externas por matérias-primas, fizeram com que o Peru alcançasse uma taxa média de crescimento anual em torno de 6,8% nos últimos cinco anos, constituindo-se em uma das mais elevadas na América Latina. Parte dos impactos socioambientais imediatos desse crescimento pode ser visualizada nas ilustrações elaboradas por CooperAcción (2010)⁶⁶, apresentadas a seguir:

constituem-se nos episódios mais notáveis do agravamento das tensões e conflitos na Amazônia peruana nessa primeira década do século XXI (Disponível em: <<http://www.fenamad.org.pe/home.htm>>. Acesso em: mar. 2011).

65 De acordo com Verdum (2010), “se encuentran allí (ocupando y disputándose espacio territorial y recursos) los principales grupos empresariales brasileños e internacionales involucrados en las obras de las carreteras Interoceánicas Norte y Sur (que parten de la frontera brasileña y cruzan Bolivia y Perú), en estrecha relación con el extractivismo mineral, petrolero, maderero y la agroindustria. Los principales conglomerados empresariales brasileños allí presentes son: Gerdau, Votorantim, Odebrecht, OAS, Queiróz Galvão, Camargo Corrêa, Petrobrás, Vale y otros (Disponível em: <<http://www.extractivismo.com/noticias/verdum-extractivismo-desarrollista-sudamerica.html>>).

66 Tanto o mapa quanto a figura são de autoria de CooperAcción e foram apresentados no IV Fórum Social Pan-Amazônia, realizado em Santarém em novembro de 2010 e

Segundo a interpretação de CooperAcción (2010), esses conflitos resultariam de problemas ligados à terra e ao ambiente. No primeiro caso, envolveriam

Derechos sobre la tierra, otorgamiento ‘automático’ de concesiones; actividades de exploración sin consulta previa; actividad de explotación sin contar con el permiso del terreno superficial; problemas de linde raje; amenaza de servidumbre.

No que diz respeito ao ambiente, destaca, entre outros,

Proyectos ubicados en ecosistemas frágiles; proyectos en cabecera de cuencas; afectación en fuentes de agua, afectación del derechos a la salud; incumplimiento de estándares ambientales; inadecuada fiscalización ambiental; asignación e gestión del canon y regalías mineras; vulneración de derechos humanos.

Em suma, quase um século depois que Mariátegui escreveu os *Sete ensaios*, os problemas fundamentais da realidade peruana, ali apontados, como os da terra e o indígena, persistem, com enorme dramaticidade.

Em uma publicação recente, de grande repercussão no Peru⁶⁷, os grandes projetos de infraestrutura e produção são apresentados como um dos problemas fundamentais geradores de conflitos, agravados pela ausência de uma planificação governamental para a região. De acordo com esses autores, “los proyectos del ‘paquete’ no encajan en ningún plan nacional de desarrollo y menos aún en un plano de desarrollo de la Amazonía peruana. La razón es simplemente porque esos instrumentos no existen” (DOUROJEANNI et al., 2010, p. 21). Em realidade, esse fato não deno-

gentilmente cedidos por Giselle Salazar.

67 DOUROJEANNI et al. **Amazonía Peruana en 2021: explotación de recursos naturales e infraestructura. ¿Qué está pasando? ¿qué es lo que significa para el futuro?** Lima: ProNaturaleza; SPDA; DAR; ICAA, 2009. 162 p. Entre janeiro e abril de 2010 foram lançadas duas edições impressas, além de larga divulgação em redes de internet.

taria uma negligência governamental, como sugerem os autores, e sim uma contingência do modelo neoliberal. Isto é, o papel reservado ao governo não é o de planificar, mas sim de “instituir” e “fiscalizar” a aplicação das normas emanadas do *hegemon* imperial.

Aqui valeria abrir um parêntese. Parte substancial dos grandes conflitos socioambientais em curso na Amazônia brasileira deve-se exatamente à **existência de uma planificação para o desenvolvimento**. Situação semelhante tende a ocorrer na Amazônia boliviana, caso seja implementada a planificação formulada no âmbito do Estado Plurinacional da Bolívia. Em síntese, parece que a procura de soluções para os conflitos socioambientais, nesse ângulo de análise, nos levaria a um beco sem saída, conforme se verá com mais profundidade nas seções seguintes.

Retomando o caso de Madre de Dios, procuraremos localizar em seguida os sujeitos e os interesses diversos que presidem as disputas e os conflitos em torno do domínio de “las bondades de la naturaleza”. Após a decadência do extrativismo da borracha, a extração mineral aurífera, iniciada no pós-1930, passou a ocupar um lugar cada vez mais importante na economia departamental. No início do século XX, a extração de ouro respondia por 84,6 % das receitas oriundas do extrativismo, seguido da exploração madeireira (11,4%) e de castanha (4,5%) (Plan Estratégico, 2002).

A construção de estradas, finalizadas na década de 1960, ligando Pilcopata a Shintuya e Quincemil a Mazuko e Puerto Maldonado, somada ao incremento da mineração de ouro, no final da década de 1970, atraíram fluxos migratórios que acabaram modificando significativamente a demografia do departamento de Madre de Dios. Atualmente, a população, estimada em 100 mil habitantes,

está concentrada en torno a su principal vía de comunicación terrestre: la carretera Puente Inambari-Puerto Maldonado-Iñapari, teniendo como focos centrales a la ciudad de Puerto Maldonado que concentra más del 40% de la población y al eje aurífero Mazuco-Huaypetuhe-Choque” (IIAP; CTARMD, 2001, p. 24).

No que diz respeito ao uso intensivo de capital e tecnologias, as atividades industriais em Madre de Dios, a exemplo do que ocorre no Acre e no Pando, são incipientes. Estão dedicadas fundamentalmente à transformação básica de matérias-primas regionais, oriundas da agricultura, pecuária e floresta. De acordo com o IIPA e CTARMD (2001), esse setor industrial se caracteriza pelo predomínio de pequenas e microempresas, concentradas, em mais de 80%, em Puerto Maldonado (a exemplo do que ocorre com as atividades comerciais, também aglutinadas nesse município).

No diagnóstico que subsidiou a proposta de Zoneamento Econômico Ecológico do departamento de Madre de Dios (IIAP e CTARMD, 2001, p. 35), são identificadas três frentes de exploração econômica: 1) extrativa, formada basicamente pela mineração aurífera, exploração madeireira, coleta de castanhas e outros produtos não madeireiros; 2) agropecuária, envolvendo desde uma agricultura itinerante até a pecuária extensiva, localizadas em torno dos eixos rodoviários e vias fluviais principais. Cabe ressaltar que, a exemplo do que ocorreu no caso boliviano, o Programa de Reforma Agrária, instituído pelo governo revolucionário de Velásquez Alvarado, entre meados das décadas de 1960 e 1970, não logrou modificar a estrutura latifundiária na Amazônia peruana. Ademais, a pecuária extensiva vai se consolidando como dominante, já que 2/3 das áreas cultivadas estavam ocupadas por pastagens em 2000; 3) conservação, localizada fundamentalmente em “una economía territorial indígena, alberga a diversos pueblos indígenas, empresas de ecoturismo, lotes petroleros, iniciativas de bioinversión y al conjunto de áreas naturales protegidas”.

Devem-se adicionar a esse quadro dois aspectos que influenciam fortemente a dinâmica da ocupação e exploração nesse território atualmente: 1) grandes projetos de infraestrutura – como o eixo rodoviário interoceânico e a construção de hidrelétricas – que integram a malha da IIRSA⁶⁸; 2) a crescente presença e influência socioeconômica e política do

68 Trata-se de um megaprograma que abriga atualmente 335 projetos centrados nos setores de transporte, energia e telecomunicações, direcionados à viabilização de canais de exportação dos recursos naturais do continente. A Amazônia é uma das

narcotráfico “no por ilegal deja de ser un motor de la economía, aunque com impactos inesperados cuándo usa otras actividades para ‘lavar’ dinero mal habido” (DOURAJEANNI et al., 2010, p. 39). O Quadro 1 (FLECK et al., 2010), a seguir, mostra as medidas tomadas pelo governo peruano, no sentido de “disciplinar” o uso do território e “mitigar” os impactos previstos pela conclusão da estrada interoceânica.

Quadro 1: Ordenamento territorial da franja de 100 km a cada lado da rodovia Interoceânica em Madre de Dios – Peru

Categoria	Área (km ²)	%
Concessões madeiras	12.710	29%
Áreas naturais protegidas	9.260	20%
Concessões de castanha	8.711	19%
Outras categorias	7.621	16%
Concessões minerais	3.886	9%
Concessões de conservação	1.559	3%
Terras Indígenas	682	2%
Concessões de ecoturismo	399	1%
Concessões de reflorestamento	586	1%
Total	45.414	100%

Organizado a partir de quadro apresentado por FLECK et alii (2010) com base em dados do ZEE de Madre de Dios.

A partir do exposto, não é necessário muito esforço de imaginação para vislumbrar o drama dos povos indígenas, camponeses e a população

regiões mais impactadas nos aspectos socioeconômicos, políticos e ambientais, uma vez que será cortada por cinco eixos de integração rodoviária, já em plena execução, que se conectarão com hidrovias e ferrovias e grandes hidrelétricas (como as de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira e em Rondônia). O flagrante desrespeito aos direitos das populações imediatamente afetadas (ribeirinhos e indígenas), a legislação ambiental, a violenta repressão aos movimentos sociais – notadamente o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) – evidenciam, com razoável nitidez, como a “parceria” entre governo e grandes corporações privadas pretende levar adiante o conjunto da obra.

pobre em geral que vive no departamento de Madre de Dios. Em primeiro lugar, essas três frentes de exploração, além de altamente conflituosas internamente, tendem a se confrontar de forma constante. No caso da frente extrativa, existem conflitos permanentes entre pequenos mineradores e grandes empresas de mineração e entre os dois primeiros e povos indígenas e comunidades camponesas. Em se tratando da exploração madeireira, também ocorrem conflitos similares, para além das fronteiras nacionais, conforme denunciaram diversas organizações indígenas do Peru e Brasil, em encontro realizado em Rio Branco, Acre, em dezembro de 2007. No documento intitulado “Graves enfrentamientos en la frontera Perú-Brasil: los Pueblos Indígenas se pronuncian”⁶⁹, são denunciadas as transgressões ocorridas nos territórios dos dois países, praticadas permanentemente pelas concessionárias de exploração florestal madeireira.

Frente a estos hechos denunciarnos: a) La política peruana de concesiones forestales que vienen presionando a muchos pueblos aislados de las zonas de Calleria, Masisea, Yurúa y Purus en la región Ucayalli; b) La existencia de proyectos de construcción e aperturas de carreteras: Puerto Esperanza-Iñapari y Masaray-Cruzeiro del Sur que atravesarán zonas habitadas por pueblos indígenas en aislamiento en Purus-Madre de Dios, Calleria y Ucaiali respectivamente (...). Por tanto, exigimos: 1) Frenar inmediatamente las invasiones madereras en territorios indígenas para evitar que os enfrentamientos se agraven y causen más muertes; 2) Sancionar a las empresas que resulten responsables de esta situación, rescindiéndoles los contratos forestales otorgados; 3) Cancelar los proyectos y cualquier otro tipo de proyecto que afecte la integridad de los territorios indígenas, parques nacionales y, sobre todo, de los territorios indígenas habitados por pueblos aislados (...).

Além da transgressão de territórios em múltipla escala, a entrada em cena das grandes madeiras⁷⁰ em áreas de concessão tem interferi-

69 O documento é assinado pela FENAMAD em conjunto com outras dez organizações indígenas do Peru e Brasil e mais duas ONGs indigenistas.

70 Para se ter uma breve ideia da origem dessas corporações, citamos algumas que

do ativamente nas relações de poder comunitário e local. As práticas de suborno de lideranças indígenas e camponesas, por parte das concessionárias (tanto as ligadas à exploração madeireira quanto aquelas vinculadas à extração de hidrocarbonetos), somadas a uma “reciclagem” do clientelismo, têm produzido efeitos devastadores nos laços de sociabilidade instituídos ao longo do tempo pelos diferentes agrupamentos sociais⁷¹. No “andar de cima”, as relações com instituições governamentais de “controle e fiscalização ambiental” nos diferentes níveis de governo, bem como com ONGs vinculadas a processos de “certificação”, também são eivadas de suborno. Em janeiro de 2010, o diário *Gestión* publicou uma matéria a respeito de irregularidades cometidas por 44 concessionárias florestais que

(...) habrían incumplido con sus planes operativos al haber extraído más madera de la que debieran. Osinfor considera que es necesario hacer un alto en las entregas de nuevas concesiones para evaluar las otorgadas y corregir errores a futuro.⁷²

operam na Amazônia peruana, a partir de dados gentilmente cedidos por Rómulo E. Seoane, coordenador LATINDADD, durante o V Fórum Social Pan-Amazônia. São elas: Terra Resources Brazil Ltda. (Nevada Manhattan, EUA); Janus Brasil (Janus International, EUA); Amaplac (WTK, Malásia); Carolina, Selvaplac & Maginco (Jaya Tiasa, Malásia); Gethal (Westag & Getalit, Alemanha); MIL (Precious Woods, Suíça); Amacol (Kiani, EUA); Eidai do Brasil (Eidai, Japão).

71 Um dos casos tornados públicos foi protagonizado pela FENAMAD, em janeiro de 2010, ao “aplicar sanciones a dirigentes o comuneros indígenas lideranças indígenas subornadas pela Hunt Oil y Repsol en la Reserva Comunal Amarakaeri” (Disponível em: <<http://www.aidesep.org.pe/index.php?codnota=1221>>. Acesso em: mar. 2010). Em conversa que mantivemos com uma liderança camponesa da Província de Madre de Dios, em Pando (dezembro de 2011), obtivemos o relato de que, em alguns casos, essas concessionárias passaram a substituir os antigos patrões ‘barraqueiros’, estabelecendo laços diversos com as comunidades locais, em contextos de continuada “ausência” de instituições governamentais em seus diferentes níveis. Cingolani (2010, p. 173) relata o poderio exercido por essas concessionárias, referindo-se ao caso da concessionária localizada no departamento de Beni, chamada, “irónicamente, Los Indios”, que exerceria suas atividades “sin ningún control, salvo el de la empresa misma”.

72 Disponível em: <<http://gestion.pe/impresia/noticia/hay-44-concesiones-forestales->

Deve-se ressaltar, contudo, que esses conflitos não envolvem somente concessionárias madeireiras e outros agentes supracitados. A atuação dessas concessionárias tem restringido cada vez mais o espaço de ação de serrarias de pequeno porte, ligadas, via de regra, ao abastecimento de matéria-prima às micromarcenarias instaladas nos núcleos urbanos. Dado que as orientações estão voltadas para “fora”, a matéria-prima e as espécies nobres passam, cada vez mais, a ser dirigidas para o mercado externo, centralizado pelos grandes oligopólios que comandam esse mercado mundial. Desse modo, de um lado, as serrarias de pequeno porte tendem a ser alijadas por não disporem de meios para atuar “legalmente”, em obediência às novas normatizações jurídicas – que, obviamente, foram instituídas para facilitar o controle dessa matéria-prima por parte dos oligopólios –; de outro, as micromarcenarias se veem forçadas a usar espécies de menor valor comercial e outros tipos de materiais, como os agregados conhecidos como MDF. No estado do Acre, um número significativo de marcenarias que “sobrevivem” tem optado pelo uso desse material, que é industrializado no Sul do Brasil.

Finalmente, cabe aclarar, nesse ponto, as “intenções ocultas” da “cruzada” contra a exploração “ilegal” de madeiras na Amazônia continental⁷³. Os cavaleiros mais notáveis dessa “cruzada” estão entrincheirados nas mais diversos *fronts*: nos tratados internacionais – como é o caso do TLC,⁷⁴ firmado entre Peru e EUA –, nos aparatos midiáticos, parlamen-

riesgo-anuladas/2010-01-25/13961>. Acesso em: fev. 2011.

73 Não pretendemos menosprezar, nem tampouco minimizar, a gravidade e as consequências socioeconômicas, políticas e ambientais da exploração ilegal e fraudulenta de madeira na Amazônia continental. Queremos simplesmente sublinhar que esse problema real tem sido apropriado e manipulado para satisfazer a interesses ainda mais perversos.

74 Figuram como objetivos do capítulo sobre meio ambiente “Niveles de Protección; Aplicación de las Leyes Ambientales; Reglas de Procedimiento; Medidas para mejorar el desempeño ambiental; Consejo de Asuntos Ambientales; Cooperación Ambiental; Diversidad biológica; Consultas Ambientales, Relación con los Acuerdos Multilaterales Ambientales”. Nas definições do Capítulo II aparece como uma das regras de

tos e instituições governamentais, as mal denominadas agências de “co-operação internacional”, ONGs, entre outros. O objetivo declarado é o de “proteger o ambiente”, seguindo procedimentos técnico-jurídicos no processo de exploração, e cuja eficácia se respalda no conhecimento e domínio científico-racional aportado pela ciência. Desse modo, dão o passo seguinte: tais objetivos só poderiam ser atingidos pela empresa moderna, que faz uso intensivo de tecnologias; jamais por “rudes madeireiros”, acostumados às “práticas ilegais” de exploração, além de refratários a esse tipo de racionalidade. Com esses artifícios, **têm logrado ocultar de forma magnífica três segredos essenciais**: 1) o combate à “exploração ilegal” de madeira tem como objetivo fundamental assegurar um maior controle dessa matéria-prima em nível mundial, por parte das grandes corporações e oligopólios que dominam planetariamente esse mercado; 2) Os que praticam as “ilegalidades” de maior magnitude são, justamente, as grandes corporações, não só pelo seu poder de transgressão nos territórios que operam, colocando-se “acima da lei e da justiça”, como pelos estreitos vínculos com redes envolvidas com as “ilegalidades declaradas”. Ademais, por estas e outras razões, o negócio mundial de madeiras é considerado como um dos que abrigam as práticas mais ilegais e fraudulentas do mundo; 3) as garantias “científicas”, aportadas nos famigerados planos de exploração madeireira, além de possuírem flagrantes inconsistências, no que diz respeito a sua eficácia efetiva, estão à mercê de quem as aplica. O mais incrível é que, nessa “cruzada”, esses cavaleiros lograram a construção de um “senso comum” em torno da ideia de que os bosques estarão seguros sob a guarda dos empreendimentos madeireiros.

procedimento: “Los países se comprometen a contar con procedimientos judiciales o administrativos, de conformidad con su legislación interna, para sancionar o reparar las infracciones a la legislación ambiental” (<http://www.tlcperu-eeuu.gob.pe/index.php?ncategoria1=209&ncategoria2=215>, acesso em fevereiro de 2011). Dado que a lei que instituiu as concessões florestais foi imposta pelo hegemon imperial, onde se lê que os países devem atuar em “conformidad con su legislación interna”, leia-se “en conformidad con legislación internacional”.

Em relação à frente de exploração agropecuária, os conflitos sociais tendem a se agravar ainda mais com a construção da rodovia interoceânica. O incremento da pecuária extensiva de corte, somado à produção de agrocombustíveis voltada para o mercado externo, exercerá fortes pressões sobre as áreas de produção camponesa e também sobre as áreas “protegidas”. Desse modo, além de ocorrer o acirramento dos conflitos sociais em torno da disputa pela terra, entre camponeses e grandes proprietários rurais, os embates provavelmente se expandirão para as áreas “protegidas”, afetando diretamente os povos indígenas que nelas vivem.

No que se refere à frente conservacionista, a presença de grandes corporações transnacionais (mormente aquelas ligadas à exploração de hidrocarbonetos, produtos farmacêuticos e biotecnologias) e empresas de ecoturismo nas “áreas protegidas” representa um fator de desestabilização e conflito permanente com os povos indígenas que vivem nesses territórios. Até 2011 foram divulgados apenas os malefícios produzidos pela exploração de hidrocarbonetos e os intensos conflitos socioambientais que têm sido gerados entre as corporações petroleiras, povos indígenas e comunidades camponesas diretamente afetadas. No centro do cenário, esses conflitos acabam encobrendo outros ainda “encubados”, como aqueles resultantes da apropriação, por parte das corporações ligadas às indústrias farmacêutica e biotecnológica, de produtos e conhecimentos das populações locais a eles associados. A grande novidade aqui, em relação ao monoextrativismo da borracha, é que extrair uma “boa informação” – que concorra para patenteamento e industrialização de uma dada substância encontrada nas “bondades de la naturaleza” –, numa conversa com um “nativo”, através de um agente qualquer⁷⁵ vinculado a essas corporações, pode assegurar ganhos superiores a toneladas de borracha produzidas por milhares de “nativos”. Essa modalidade de espoliação está devidamen-

75 Esse agente nem sempre pode ser identificado como tal, dado que se apresenta em variadas roupagens: pesquisadores vinculados a “instituições públicas” e/ou ONGs, técnicos ligados à execução de “projetos comunitários”, missionários religiosos etc.

te assegurada nos novos cânones do direito de propriedade, conforme mostramos anteriormente, e, no caso peruano, reforçada ainda pelo TLC firmado com os EUA (mais especificamente no capítulo sobre “Propriedade intelectual”, que dispõe sobre “Marcas; Indicaciones Geográficas; Nombres de Dominio; Derecho de Autor y Derechos Conexos; Patentes”, entre outros⁷⁶).

Em síntese, é precisamente nas denominadas “áreas protegidas” que se concentrarão, com maior intensidade, as pressões sobre povos indígenas e comunidades camponesas. Além da expropriação material e imaterial a que estão submetidos internamente em “seus” territórios, tais sujeitos serão fortemente aossados, de fora para dentro, pela dinâmica expansionista das outras frentes de exploração. É exatamente sobre essa conjunção de velhos e novos conflitos, os quais presidem essa longa marcha de transgressões de fronteiras, que refletiremos na seção seguinte, dedicada aos desafios das lutas de resistência indígena e camponesa.

Antes de iniciá-la, porém, trataremos de localizar as principais representações sociais e políticas atuantes nesse cenário. No mundo dos “de baixo”, a Federación Nativa del Río de Madre de Dios y Afluentes (FENAMAD) tende a continuar exercendo o papel mais destacado nas lutas de resistência no departamento de Madre de Dios. Articulada com organizações no plano nacional (AIDSESEP) e departamental (Alianza de Federaciones de Madre de Dios),⁷⁷ conta ainda com articulações externas

76 Disponível em: <<http://www.tlcperu-eeuu.gob.pe/index.php?ncategoria1=209&ncategoria2=215>>. Acesso em: fev. 2011.

77 Essa aliança tem a seguinte composição: FENAMAD, FADEMAD, Federación de Asentamientos Humanos de Madre de Dios (FEAHMAD), Federación de Club de Madres (FECLUBMAD), Federación de Castañeros de Madre de Dios (FEDECAMD), EDEMIN, Federación de Pequeños Extractores Forestales de Madre de Dios (FEPEFMAD), Federación de Mototaxistas Urbanos de Madre de Dios (FEDTRUMAD), Movimiento Cristiano Campesino de Madre de Dios (MOCRIPAMD), Cámara de Comercio de Madre de Dios e Asociación de Agricultura Ecológica. (Disponível em: <<http://www.fenamad.org.pe/>>. Acesso em: mar. 2011).

por meio de ONGs ambientalistas atuantes na região. Esse vínculo com ONGs ambientalistas, contudo, acaba por ser uma faca de dois gumes, como veremos mais adiante.

Com respeito ao “andar de cima”, a situação é um pouco mais confusa. Neste caso, não nos parece suficiente localizar as representações patronais (como a dos madeireiros, grandes proprietários rurais, associações comerciais e industriais e partidos políticos). Faz-se necessário investigar e analisar os efeitos da chegada de grandes corporações transnacionais, como as petroleiras, madeireiras, mineradoras, bancos privados e estatais (como o BNDES), grandes ONGs e empresas de construção civil envolvidas com megaprojetos da IIRSA, na gramática do poder oligárquico regional preexistente. Ou seja, recordando o caso da ACCA, analisado na primeira seção, pode-se ter uma ideia da complexidade dessa trama de poder em suas múltiplas escalas.

Em um dos estudos mais recentes a que tivemos acesso, “Poder y Cambio en las Regiones”, Cotler (2009) formula, em sua introdução, uma rica síntese sobre a constituição e trajetória do Estado nacional peruano. Nela, esclarece de forma substancial o processo de conformação de poderes oligárquicos regionais e suas constantes tensões e conflitos com o centralismo limenho ao longo do tempo. Nos demais tópicos do trabalho, pode-se lograr uma boa “mirada” sobre a questão regional peruana em sua perspectiva histórica. Contudo, o mesmo não esclarece a questão que mencionamos anteriormente, isto é, aquela que diz respeito à possível reconfiguração do poder oligárquico regional na Amazônia peruana.

9 - Brasil, IIRSA e hegemonia regional

Até aqui procuramos demonstrar que o processo recente de reterritorialização capitalista na fronteira trinacional Brasil/Bolívia/Peru subordina-se rigorosamente à **matriz do capitalismo verde imposta a partir do centro do domínio imperial**. Em que pesem as diferenças de ritmos

de “desenvolvimento” e de ordenamento interno das relações de poder existentes em cada uma das unidades territoriais dos países envolvidos, as ideias que organizam e legitimam a espoliação são rigorosamente as mesmas.

Falta, todavia, aclarar um ponto ainda um tanto “nebuloso”, no que diz respeito ao papel do Brasil na região. A emergência do Brasil no cenário internacional como “potência econômica emergente”, aliada ao seu destacado papel na implementação da IIRSA – notadamente via BNDES⁷⁸ e grandes empresas sediadas no país –, tem gerado inúmeras interpretações a respeito do seu lugar no ordenamento geopolítico mundial. Destacaríamos três como fundamentais: 1) a primeira está estruturada em torno da defesa de uma integração regional, baseada em formas de “cooperação”, que resultariam na repartição de benefícios para todos os países envolvidos no processo. O Brasil, por suas dimensões geográficas, socioeconômicas e políticas, exerceria uma “liderança natural”; 2) a segunda interpreta a IIRSA como expressão material de um expansionismo de corte imperialista do Brasil na região; 3) a terceira, inspirada, sobretudo, nas formulações de Ruy Mauro Marini (1977), percebe essa integração como parte constitutiva do papel subimperialista exercido pelo Brasil na América do Sul, em particular, e no continente latino-americano, em geral. O Brasil seria, portanto, coadjuvante do poder global comandado pelos Estados Unidos.

A primeira linha interpretativa aparece magnificamente fundamentada no artigo “América do Sul em 2022”, publicado pela Agência Carta Maior (julho de 2010), de autoria do então ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República do Brasil, Samuel

78 Nova (2011) faz uma boa síntese da trajetória do BNDES. Nela fica bem esclarecido o papel desse agente no processo de internacionalização da economia brasileira nas duas últimas décadas e o trans-bordamento desse processo via IIRSA no subcontinente latino-americano. Funciona como uma articulação triangular composta por capital estatal e setores privados nacionais e internacionais.

Pinheiro Guimarães, um dos nomes mais proeminentes da diplomacia brasileira. Subdividida em 69 pontos, a sua análise põe em relevo a corrida mundial pela exploração dos bens naturais existentes na macrorregião comandada por grandes corporações transnacionais. Guimarães argumenta ainda que, sob o contexto de profunda concentração de renda, por um lado, e de enormes desigualdades estruturais internas, por outro, somente a integração entre os países da região (alguns deles portadores de enormes potencialidades de enfrentamento e superação) poderia contrariar o poder das corporações internacionais e, assim, assegurar a retenção de parte das riquezas produzidas em benefício das populações locais. Nessa integração, o Brasil ampliaria a liderança que vem exercendo nesse processo. De acordo com Guimarães,

Pelas suas características territoriais, demográficas e econômicas, e pela sua política externa, o Brasil tem adquirido importância política crescente no cenário internacional. Assim, o Brasil é hoje ator indispensável nas negociações comerciais, tanto agrícolas como industriais; nas negociações ambientais; nas questões energéticas, nos temas de desarmamento e nas negociações de reforma financeira e de reforma política. Suas dimensões o tornaram de grande interesse para os investimentos das grandes empresas multinacionais que no Brasil estabelecem as bases para suas operações na região. Estas circunstâncias tornam a atuação do Brasil na América do Sul, em outras regiões e nas Nações Unidas de uma relevância cada vez maior, sendo o país cada vez mais chamado a participar de forma mais central em foros de negociação e de articulação política, em comparação com o que ocorre com os países vizinhos (...). Todavia, em 2022, quer se queira ou não, devido a razões econômicas, políticas e sociais, o Brasil se encontrará inserido na América do Sul de forma muito mais intensa, complexa e profunda, tanto política quanto economicamente, do que se encontra hoje (...). Muito tem sido feito pelo Brasil em termos de articulação política e de cooperação econômica nos últimos anos na América do Sul através do exercício paciente e persistente dos princípios de não intervenção, de autodeterminação e de cooperação. Mas as dimensões do desafio da América do Sul requerem esforços ainda

maiores e mais persistentes, de uma duração que se deve medir por décadas.⁷⁹

Ao contrário da ideia de uma suposta “cooperação virtuosa”, que permeia a análise acima, a segunda linha de interpretação percebe as iniciativas do Brasil no processo de integração mormente via IIRSA, como evidência de suas pretensões hegemônicas no continente. Com justíssima razão, elas aparecem com mais nitidez nos países vizinhos, particularmente no Peru, em razão dos impactos imediatos da IIRSA em seu território. As preocupações do general Alvarado, mencionadas anteriormente, são retomadas agora em chave ambientalista por Dourojeanni *et al.* (2010, p. 20, 128). De acordo com esses autores,

(...) parte sustancial de las obras previstas en la selva peruana se originan en las necesidades del Brasil, cuya satisfacción está cuidadosamente planificada (...). El Brasil aprovechó el IIRSA para impulsar su programa, que aparentemente incluye por lo menos tres objetivos esenciales: (i) acceder a menor costo a los mercados asiáticos usando puertos peruanos en el Pacífico, (ii) desfrutar de las generosas fontes de energía hidráulica disponibles en los Andes orientales, y (iii) usar los valiosos yacimientos de fosfato de Piura para mantener la competitividad de su agricultura de exportación. A eso algunos añaden el interés por los hidrocarburos contenidos en la selva peruana. Pero es probable que otro objetivo sea simplemente ampliar su dominio económico sobre el continente (...). Tampoco cabe duda que el Brasil tenga un antiguo sueño hegemónico suramericano, ahora posible gracias a su buena coyuntura económica (...).

A nosso ver, o problema maior dessa linha interpretativa reside na inconsistência da análise de ordem econômica e geopolítica internacional. Ao atribuir autonomia excessiva ao Brasil, e aos supostos interesses nacio-

79 Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=16822>. Acesso em: 31 jul. 2010

nais a ela subjacentes, perdem-se de vista os elos que vinculam o Estado brasileiro e as empresas sediadas em território nacional à dinâmica de acumulação capitalista planetária, conforme veremos a seguir. Ademais, neste caso, o diagnóstico depõe contra as conclusões, uma vez que mostra com nitidez que tanto a infraestrutura quanto as atividades produtivas principais estão voltadas para a satisfação de demandas externas. Todavia, como bem esclarece Ceceña em entrevista já aqui citada e concedida a “Contra Corrente”⁸⁰, em que pese o fato da IIRSA inserir-se em “um desenho estratégico desde os centros de poder hegemônicos (nos Estados Unidos)”, é evidente que **um projeto dessa magnitude favorece também aos ‘interesses econômicos locais’, de empresas que dele se beneficiam**”.

A respeito da terceira linha interpretativa – que interpela essa integração via IIRSA como parte constitutiva do papel subimperialista desempenhado pelo Brasil na região –, as análises formuladas por Ana Esther Ceceña figuram como as mais influentes no âmbito da teoria crítica latino-americana. No trabalho mais difundido sobre o tema, “Territorialidad de la Dominación, Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA)”, Ceceña (2008) mostra que a IIRSA se insere no processo mais geral de acumulação, mantendo as hierarquias estabelecidas pela hegemonia estadunidense e reforçando centros de poderes regionalmente hegemônicos, como é o caso do Brasil na América do Sul. A corrida pelo saque dos bens naturais implicaria uma trama de articulações envolvendo empresas transnacionais e suas associadas locais, com o apoio do aparato estatal. Na entrevista, Ceceña procura aclarar ainda mais esse papel do Brasil na geopolítica mundial, ao refutar a tese de que a diversificação de aliados tornaria o país um competidor frente aos Estados Unidos:

(...) a diversificação de sócios capitalistas permite um jogo um pouco mais versátil, em um campo de jogo definido; mas não é o caminho para sair deste campo. As insistentes propostas do governo

80 Publicação da *Rede Brasil* sobre Instituições Financeiras Multilaterais, edição impressa de novembro de 2009. Brasília-DF.

venezuelano, buscando fortalecer posições contra-hegemônicas, foram sistematicamente rechaçadas pelo Brasil, que preferiu ser um jogador mais disciplinado, ao não enfrentar os organismos internacionais e aceitar as entradas massivas de capital estrangeiros. As empresas brasileiras que hoje são um paradigma de êxito econômico do Brasil, na verdade, já não são brasileiras. São empresas com capital brasileiro, mas que se nutriram de capital estrangeiro através de bolsas de valores internacionais, particularmente de Nova Iorque. Essa entrada de capitais, muitos deles estadunidenses, coincidiu com a ampliação das atividades dessas empresas, colocando-as em um melhor lugar no mercado mundial. O que, evidentemente, é certo é que o Brasil melhorou suas condições de negociação e sua margem de manobra (...).

Nessa mesma linha interpretativa, Luce (2007) procura atualizar a teoria do subimperialismo formulada por Marini, tomando como referência, além da IIRSA, a Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), situando temporalmente a pesquisa entre os anos de 2004 e 2007. Ao indagar-se sobre o “tipo de integração” pretendida pelo Brasil, analisa com profundidade as iniciativas postas em marcha nesse sentido pelo governo Lula e a expansão de empresas de capital brasileiro na América do Sul, bem como as contendas geradas entre Brasil e Estados Unidos nesse processo. Nas conclusões, afirma que a política de integração regional, levada a cabo pelo governo Lula, ter-se-ia revestido de “um caráter subimperialista”. Isso acontece, continua o referido autor, porque

(...) a um só tempo, o regionalismo aberto faz a integração com as corporações estadunidenses para a expansão do agronegócio exportador criar as veias para a distribuição dessa produção agrícola servindo de canal também para o acesso de corporações de matriz nacional para a América do Sul, especialmente aquelas baseadas em exploração intensiva de recursos naturais (...). O subimperialismo brasileiro sob o governo Lula da Silva em sua escala adequada ao regionalismo sul-americano se desenvolveria fazendo prevalecer a esfera do consenso. A novidade dessa dinâmica, na qual segue vigente o mesmo protagonismo das corporações e do Estado se definiria a partir das diversas políticas em que se anuncia o objeti-

vo da redução das assimetrias no interior do subcontinente. Seria, portanto, um novo subimperialismo, um subimperialismo social (LUCE, 2007, p. 116).

Apesar da proficuidade do conjunto da análise acima, não existem, com efeito, evidências substantivas para sugerir a conformação de um “subimperialismo social”. Ao contrário, pode-se constatar, em fatos recentes, como o Acordo Energético firmado entre Brasil e Peru em 2010 (posterior, portanto, ao estudo realizado por Luce), uma “cooperação” para a construção de inúmeras hidrelétricas no território peruano. Em linhas gerais, esse acordo reitera, de forma límpida e transparente, o velho estilo imperial.

A novidade, a nosso ver, estaria em outro aspecto apontado por Luce: a “construção de consenso” em escala subcontinental. Precisaria ser investigado, portanto, os meios através dos quais se logrou obter um consenso dessa magnitude e que implicações esse fato tem na luta de resistência anticapitalista na região. Neste sentido, acreditamos que em *Encuentros y desencuentros de la izquierda latinoamericana*, Regalado (2008), ao analisar a formação e a trajetória do Fórum de São Paulo, aporta ricas pistas para essa reflexão, especialmente no que diz respeito às relações instituídas pelo Partido dos Trabalhadores com a esquerda latino-americana⁸¹. Haveria que

81 Em 1990, sob iniciativa do PT se realiza em São Paulo um encontro de diversas organizações de esquerda da América Latina e do Caribe. Denominado como “Foro de São Paulo”, foram realizados até 2005 14 encontros em diversos países da região e envolvendo pouco mais de meia centena de organizações políticas. Regalado (2008, p. 240, 242) afirma que o Foro de São Paulo “fomentó el conocimiento directo entre los líderes y las direcciones nacionales de los partidos y movimientos políticos de izquierda de todos los países de la región, lo que repercute en una mayor comprensión y colaboración entre ellos”. O autor mostra ainda que existiram duas fases distintas nessa trajetória: a primeira iria de 1990 a 2002, momento da eleição de Lula à Presidência do Brasil, enquanto a segunda se iniciaria após esse evento, dado que “el ejercicio del gobierno provoca, en las fuerzas políticas que lo asumen la tendencia a realizar una afirmación y una defensa más perentoria de su compromiso con la preservación del statu quo institucional, de cuya alternabilidad entran a formar parte, y actuar con

investigar as possíveis relações entre esse fato e o desencadeamento processual de formação de um consenso “desde abaixo”.

Enfim, à guisa de conclusão desse preâmbulo, pode-se afirmar que ao tomarmos, com o devido rigor, o conceito de hegemonia, na acepção de Gramsci – processo de direção que, **além do âmbito das esferas econômica e política**, envolve a forma de ver e pensar o mundo dos “de baixo”, de acordo com a visão emanada pelos “de cima” –, não encontramos nada que possa afiançar a suposta emergência de uma “hegemonia brasileira”, concorrente com a hegemonia estadunidense. O que tem ocorrido, no caso que estamos analisando, são disputas pontuais de interesses envolvendo grandes empresas que visam à exploração de “las bondades de la naturaleza” e, como sucede sempre na dinâmica de acumulação capitalista internacional, os Estados nacionais tomam parte nessas contendas. Assim, pode-se dizer que o Estado brasileiro se fortaleceu na última década e aumentou sua influência econômica e política na região, abrindo novos espaços de ação para as grandes empresas sediadas no país. Contudo, esse movimento se deu sob a hegemonia estadunidense. Em outras palavras, não se pode confundir concorrência intercapitalista com disputa de hegemonia, apesar de esses dois movimentos não estarem organicamente dissociados.

10 - Marchando por autonomias na e além das fronteiras amazônicas

No projeto de pesquisa em que se fundamenta este ensaio, afirmamos que um dos maiores desafios das lutas de resistência camponesa e indígena na Amazônia reside na superação do maniqueísmo que grassa nesse vasto território. Nele logrou-se construir um senso comum em tor-

moderación para mantener una relación funcional con las potencias mundiales, los organismos financieros internacionales y los otros gobiernos de la región”.

no da ideia de que só existem dois caminhos a serem trilhados: de um lado, identificado com o “bem”, aquele preconizado pelo capitalismo verde e todo o seu “receituário” de práticas “conservacionistas e sustentáveis”; e, de outro, identificado com o “mal”, o chamado “desenvolvimento tradicional” (ou “economia marrom”, como denominou a ONU no relatório sobre “economia verde”, citado na primeira seção), associado a práticas de exploração que resultam em aumento dos desmatamentos. Tal polaridade tende a encobrir o fato de que tais orientações constituem faces da mesma moeda. A saída, portanto, requer uma taxativa recusa de ambas e a busca de alternativas inspiradas na superação do capitalismo, seja ele “verde o de outra cor”, como dizia a chamada do “Campamento en Defensa de la Tierra, el Territorio y los Bienes Naturales”, realizado em San Salvador Atenco, México, em novembro de 2010.

Nessa perspectiva, procuraremos refletir sobre essa questão por intermédio de fatos concretos, evitando, portanto, recorrer a procedimentos normativos pautados em “tipos ideais”. Em outras palavras, é a partir das lutas protagonizadas pelos camponeses e povos indígenas nesse território que tentaremos “mirar” o modo como esses sujeitos estão lidando com esse dilema; os caminhos que estão buscando para seu equacionamento e como se confrontam com as estruturas de poder em seus diferentes níveis. Segundo nosso modo de interpretação, a “terra preta” para fertilizar a imaginação, nesse sentido, está na Amazônia boliviana, por isso a tomaremos como referência analítica.

Antes, contudo, devemos justificar este procedimento. De uma forma bastante sintética, diríamos que tanto no Acre quanto em Madre de Dios – provavelmente na Amazônia brasileira e peruana em geral – o confronto com esse maniqueísmo, por parte dos diversos movimentos camponeses e indígenas, não se explicitou ainda de forma substantiva. Na Amazônia boliviana, todavia, experimenta-se um tipo de confrontação que tende a projetar alternativas que escapam a essa lógica maniqueísta. Ademais, esse país vive um processo revolucionário em que os principais

movimentos sociais põem em cheque o capitalismo “de todas las colores”. A crítica ao domínio colonial e as tentativas de refundar uma práxis coerente com ela – construção de um Estado Plurinacional, revalorização da filosofia do “Vivir Bien” e do comunitarismo sob contexto de afirmação das autonomias indígenas, **formulação de outras epistemologias anticoloniais** (Rivera, 2010), iniciativas de alcance mais “universalizadores”, como a “Cumbre de Cochabamba” (2010) – expressam com maior nitidez traços contra-hegemônicos subjacentes a esse processo.

Uma vez que existem inúmeras e ricas análises⁸² sobre esse processo revolucionário em curso na Bolívia, e o lugar nele ocupado pelos movimentos indígenas e camponeses, não o retomaremos aqui. Valeria tão somente recordar que “La demanda de transformación de las estructuras coloniales de dominación de la actual Bolivia tiene como momento germinal de las dos últimas décadas la Marcha Indígena por el Territorio y la Dignidad em 1990” (GARCÉS V, 2008, p. 141), bem como a recusa à mercantilização dos bens naturais e as lutas por soberania popular sobre os mesmos – notabilizadas mundialmente nas denominadas “Guerra da Água” e “Guerra do Gás”, ocorridas respectivamente em Cochabamba (2000) e El Alto (2003).

Assim, optamos por fazer um recorte cujo centro da reflexão é “La VII Marcha por la Defensa del Territorio, la Autonomía y los Derechos de los Pueblos Indígenas”, ocorrida em junho e julho de 2010, sob a direção da CIDOB. Do nosso ponto de vista, tal como sucedeu duas décadas atrás, quando da realização de “La Marcha Indígena por el Territorio y la Dignidad”, essa mobilização abriu enormes clareiras, no sentido de iluminar a magnitude dos desafios das lutas de resistência indígena e camponesa na Amazônia boliviana (e muito além dela). Nessa Marcha, a demanda por “autonomia” não só figurou como centro da pauta de reivindicações como evidenciou a persistência, no contexto de construção de

82 A esse respeito, ver, entre outros citados nas referências: Lineira (2008), Rivera (2008, 2010), Tápia, Prada, Mamani (2004) e Gomes (2004).

um Estado Plurinacional, dos obstáculos que se interpõem historicamente a essa aspiração.

A VII Marcha por la Defensa del Territorio, la Autonomía y los Derechos de los Pueblos Indígenas, cujo destino era La Paz, se iniciou em Trinidad (capital do departamento de Beni) no dia 21 de junho e terminou em Guarayos (departamento de Santa Cruz) no dia 23 de julho de 2010. Nessa localidade os integrantes da Marcha se detiveram para negociar suas reivindicações com as autoridades do governo central, empenhadas em impedir o prosseguimento da manifestação até La Paz⁸³.

Ao justificar a Marcha, o presidente da CIDOB, Adolfo Chávez, afirmou que

(...) los pueblos originarios son parte del proceso de cambio que se vive en este país, pero que no comparten que la Ley Marco de Autonomías sea aprobada por los sectores empresariales o ganaderos, en desmedro de las mayorías nacionales.⁸⁴

A CIDOB⁸⁵ contou com o apoio do Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu (CONAMAQ), que também apresentou suas rei-

83 Nas negociações que puseram fim à Marcha, o governo se comprometeu em outorgar “fondos para las autonomías indígenas que fueron creadas en la Constitución. El Ejecutivo también aceptó que se repartirán tierras estatales a las etnías del oriente del país que no cuenten con ellas, al mismo tiempo que en el acuerdo se reconoció el derecho de otros sectores sociales del país de poder acceder a pre-dios”. Disponível e, <<http://www.lostiempos.com/>>. Acesso em: jul. 2010.

84 Disponível em: <<http://alainet.org/active/39049>>. Acesso em: jul. 2010.

85 A CIDOB está sediada em Santa Cruz de La Sierra, reúne 34 nações do Oriente boliviano, organizadas em 11 seções regionais. Como bem lembrou Zibech (2010), “Desde principios de año la CIDOB venía negociando con el ministro de Autonomías, Carlos Romero, la Ley Marco de Autonomías llegando al consenso en 50 artículos mientras en otros trece había diferencias. Los puntos en desacuerdo fueron básicamente dos: los pueblos indígenas reclamaban que los acuerdos se aprobaran por usos y costumbres mientras el Estado exige referéndum. El segundo se refiere a los territorios indígenas que traspasan los límites departamentales, ya que los pueblos piden que las autonomías traspasen esos límites”.

vindicações (“reconocimiento de los territorios ancestrales por encima de los límites municipales y provinciales en tierras altas; derecho a la consulta para la explotación de recursos naturales en sus territorios”). Na pauta de reivindicações da CIDOB constavam:

Profundización de la autonomía indígena; Reconocimiento de las tierras comunitarias de origen (TCO) como bases para la constitución de territorios autónomos; Aprobación de sus estatutos autonómicos por usos y costumbres, no por referéndum como plantea la Constitución; Recursos económicos para la implementación de las autonomías indígenas; Derecho a la consulta para la explotación de recursos naturales en sus territorios; Más escaños indígenas en la Asamblea Legislativa. Plantean que existan 18 diputados de las circunscripciones especiales; en la actualidad son siete; Rechazo a la explotación de petróleo en territorios indígenas sin previa consulta por usos y costumbres.⁸⁶

O tom das declarações do presidente da CIDOB, bem como o conjunto das reivindicações, são bastante reveladores da dramaticidade do confronto entre poder oligárquico e representações dos movimentos indígenas e camponeses em torno da aprovação da Lei de Autonomias, em debate na Asamblea Plurinacional naquele momento. Enquanto o poder oligárquico pleiteava uma autonomia nos moldes clássicos do Federalismo, como mero recurso instrumental para assegurar seu domínio sobre determinados departamentos, as representações indígenas e camponesas, aliadas a outros segmentos no interior do MAS, reivindicavam uma autonomia que tinha como pressuposto assegurar o exercício da autodeterminação em seus territórios.

La autonomía indígena originaria y campesina es la condición y el principio de libertad de nuestros pueblos y naciones como categoría fundamental de descolonización y autodeterminación; está

86 Disponível em: <www.laprensa.com.bo>. Acesso em: jul. 2010.

basada en principios fundamentales y generadores que son los motores de la unidad y articulación social, económica y política al interior de nuestros pueblos y naciones con el conjunto de la sociedad. Se enmarca en la búsqueda incesante de la construcción de la vida plena, bajo formas propias de representación, administración y propiedad de nuestros territorios” (CSUTCB et al., 2006, p. 8, citado por GARCÉS, 2008, p. 147).

Desafortunadamente, uma parcela substancial de “las bondades de la naturaleza” cobiçadas pelo capital se encontra nesses territórios em que se reivindica o exercício das autonomias indígenas e camponesas (GARCÉS, 2008). Reside aí parte dos motivos geradores de restrições ao pleno exercício da autonomia indígena e camponesa em seus territórios, contidos na “Ley Marco de Autonomías y Descentralización”, Ley 031⁸⁷, aprovada pela Asamblea Legislativa Plurinacional em 19 de julho de 2010. Nela parece ter prevalecido uma concepção conciliatória, assim formulada por Linera (2008, p. 249):

(...) Entendemos como autonomía, siguiendo a Rotchild y Hartzel, a un arreglo institucional que “delimita una entidad o una serie de entidades de carácter regional con administración propia dentro de un Estado, de manera que tengan responsabilidades explícitas en la elaboración de políticas en uno o más ámbitos de tipo político, económico o cultural (...). El objetivo de la autonomía territorial es ceder responsabilidades sobre materias específicas y, en algunos casos, permitir un cierto grado de autodeterminación a un grupo que constituye la mayoría dentro de los límites de una dada región”.

87 Esta Lei teve como objetivo regulamentar o Artigo 289 da Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia, que define “la autonomía indígena como “el autogobierno como ejercicio de la libre determinación de las naciones y pueblos indígena originario campesinos, cuya población comparte territorio, cultura, historia, lenguas y organización o instituciones jurídicas, políticas, sociales y económicas propias”. Disponível em: <<http://www.econstitucional.com/menuanalisis.aspx?ID=289>>.

Obviamente, esta formulação de Linera procura dar uma resposta política imediata⁸⁸ às **preocupações com os riscos de fragmentação territorial**, advindos dos movimentos autonomistas e liderados pelas oligarquias cruceñas no oriente boliviano. A nosso ver, não haveria outra justificativa plausível para recorrer a tais fundamentos senão, em última instância, a de contradizer frontalmente as aspirações dos movimentos indígenas e camponeses no que diz respeito à centralidade da “autonomia” no processo de descolonização e construção do Estado Plurinacional.

Retomando o tema da Marcha, além dos condicionantes acima, deve-se ainda acrescentar outro. O atendimento, pelo governo central, do conjunto das demandas, comprometeria a espinha dorsal das estratégias desenvolvimentistas, ancoradas na elevação das exportações via intensificação da exploração de “las bondades de la naturaleza”, conforme diretrizes contidas no “Programa de Gobierno 2010-2015”. É justamente aí que o Estado poderia obter rendas em curto prazo, tanto para financiar a infraestrutura requerida pelo programa quanto para ampliar a filantropia social nos moldes adotados pelos denominados “governos progressistas” latino-americanos da última década. A autonomia nos moldes reivindicados pela CIDOB implicaria, no mínimo, o retardamento do processo de exploração programado. Nessa perspectiva, pode-se compreender uma das razões que explicam as duras reações do governo Evo Morales contra a Marcha. A outra, obviamente, diz respeito à instrumentalização política do fato por parte das forças opositoras, mormente os agrupamentos de direita e seus aliados internacionais.

Assim, enquanto o ministro de Autonomías, Carlos Romero, considerou como “inconstitucionales las demandas y denunció que la protesta de los indígenas de tierras bajas tiene otros móviles, pues busca confron-

88 O problema é que os imperativos de ordem conjuntural acabam sempre justificando a postergação para um indefinido futuro do atendimento das demandas de séculos de lutas dos povos indígenas e das comunidades camponesas.

tar al gobierno indígena con organizaciones indígenas”, o vice-ministro de Coordinación con los Movimientos Sociales, César Navarro, afirmou tratar-se de uma mobilização financiada pela USAID e pelos setores de oposição⁸⁹. O presidente Evo Morales, por sua parte, além de anunciar a expulsão da USAID do país, “dio un viraje a su discurso político sobre la autonomía indígena plena. Ayer descalificó las demandas de las organizaciones⁹⁰ originarias, como la autodeterminación y el territorio”⁹¹.

Outra reação de forte impacto foi expressa no pronunciamento, em 6 de julho de 2010, da Asociación de Municipios de Pando-AMDE-PANDO, formada pelos “alcaldes” dos 15 municípios que constituem esse departamento. Nesse pronunciamento, os prefeitos anunciaram sua decisão de expulsar de suas jurisdições a USAID, fundações e ONGs por ela apoiadas, designadamente a Conservation Strategy Fund (CSF), a Herencia, a Puma, a WCS Rainforest Alliance e a Armonía. A seguir, transcreveremos algumas partes desse Pronunciamento:

(...) mediante programas como el denominado “Madre de Dios, Acre y Pando” (MAP) y la “Iniciativa de la Cuenca Amazónica” (ICCA), Usaid y sus ONG’s han convertido al departamento amazónico de Pando en un territorio enajenado e intervenido abusivamente (...) bajo el maquillaje de “lucha contra la pobreza”, “preservación del medio ambiente”, con enfoque capitalista, y programas racistas denominados “Protección de Paisajes Indígenas”,

89 Disponível em: <<http://alainet.org/active/39049>>. Acesso em: jul. 2010.

90 Por estas e outras razões, Zíbech (2010), ao analisar “La Marcha Indígena” na Bolívia e os conflitos entre CONAIE e o governo de Rafael Correa no Equador, afirma que “Los procesos políticos y sociales en los dos países son como dos gotas de agua”, uma vez que “Ambos aprobaron un Estado Plurinacional y nuevas constituciones, pero a la hora de aplicarlas encuentran fuertes trabas. Son las bases sociales indígenas y de los sectores populares urbanos, que llevaron al gobierno a Evo Morales y a Rafael Correa, las que están resistiendo a ‘sus’ gobiernos. En los dos casos, los gobiernos optaron por el extractivismo minero y petrolero para asegurarse ingresos fiscales, en vez de apuntar hacia el Buen Vivir como dijeron en su momento”.

91 Disponível em: <www.laprensa.com.bo>. Acesso em: jul. 2010.

suplantam a la autoridad autónoma de los municipios e intervienen políticamente haciendo circular clandestinamente millones de dólares en las comunidades indígenas y campesinas para enfrentar al pueblo con su propio Gobierno, buscando desestabilizar al régimen que preside el líder indígena Evo Morales. El mal llamado “Manejo efectivo de la diversidad biológica y los servicios ambientales”, agrega el documento, “es sólo un pretexto para transnacionalizar nuestros recursos naturales, intervenir las organizaciones sociales y alinearlas con los intereses del imperio para terminar dominando nuestros territorios, sus bosques y la biodiversidad”. Territorio libre de Usaid (...) Con dicha declaración, los munícipes amazónicos apoyan la decisión del presidente Evo Morales Ayma, oficializada ya fines de 2008, de expulsar definitivamente a Usaid de nuestro país. “Este será un gesto histórico, soberano y ejemplar, destinado a lograr el respeto frente al arrogante intervencionismo extranjero”⁹².

O que mais nos chamou a atenção nesse pronunciamento dos “Alcaldes de Pando” foi a ênfase dada às ingerências externas advindas de estratégias de dominação imperialista que operam diretamente na esfera da sociedade civil, em “las organizaciones sociales”. E isto, por duas razões: 1) até 2008 a maioria dos “alcaldes” se perfilava diante das oligarquias lideradas por Leopoldo Fernandez na crítica ao governo Evo Morales e ao centralismo paceño para reivindicar a “autonomia departamental”; agora, deslocaram o foco para as ingerências externas e para a reivindicação de “autonomia municipal”⁹³; 2) a constatação de que o aparato que sustenta as “bases de hegemonia” do capitalismo verde na Amazônia boliviana parece intocado pelo processo revolucionário em curso na Bolívia.

92 Disponível em: <<http://www.aininoticias.org/?p=1065>>. Acesso em: jul. 2010.

93 Como bem analisaram Molina, Vargas & Soruco (2008), a emergência dos municípios como *locus* importante do poder político é um fenômeno novo na Amazônia boliviana, remontando ao final do século XX. Uma das consequências imediatas, segundo eles, tem sido a perda da importância política das províncias na mediação com os poderes departamentais e central. Os municípios passaram a relacionar-se diretamente com eles.

Em artigo de autoria de Wilson Garcia Mérida, publicado em 21 de abril de 2011 no periódico *Sol de Pando*, aparece a denúncia de que a USAID continuaria operando normalmente em Pando, mesmo depois da sua expulsão, em julho de 2010. De acordo com Mérida, a “Usaid apadrina a las cuatro concesiones forestales de Mabet en el territorio originario de la nación Pacahuara” e tem apoiado

Todas las maniobras realizadas por Inforcasa y Mabet para apropiarse del territorio Pacahuara fueron sustentadas con certificaciones y auditorías, favorables al despojo, emitidas por Rainforest Alliance, la ONG de Usaid que fue conminada por la Asociación de Municipios de Pando (Amdeco) el 6 de julio del pasado año 2010, para abandonar el territorio amazónico boliviano en un plazo que ya se venció hace ocho meses (...). La organización no gubernamental norteamericana Rainforest Alliance, estrechamente vinculada a la Agencia de Estados Unidos para la Ayuda al Desarrollo (Usaid, por su sigla en inglés), es la principal “certificadora” de las concesiones madereras en el país a través de su programa “SmartWood” que se ejecuta desde 1996 al amparo de la Ley 1700 (Ley Forestal) promulgada por el primer gobierno de Gonzalo Sánchez de Lozada y todavía en plena vigencia bajo la actual administración del Estado Plurinacional. Las certificaciones “SmartWood” que otorga Rainforest Alliance cuentan con el respaldo institucional de entidades privadas como la Cámara Forestal de Bolivia (CBF) y el Proyecto de Manejo Forestal Sostenible (Bolfor) también financiado por Usaid (...). El programa “SmartWood” de Usaid tiene en los bosques tropicales de Bolivia su principal centro de acción. Los empresarios madereros del país se ufanan de encabezar el ranking de bosques “certificados” a nivel mundial (...); en segundo lugar se encuentra Brasil⁹⁴.

Em suma, “La VII Marcha Por la Defensa del Territorio, la Autonomía y los Derechos de los Pueblos Indígenas” lançou luzes sobre

94 Disponível em: <http://soldepando.blogspot.com/2011_04_01_archive.html>. Acesso em: jun. 2011.

esses e outros grandes obstáculos de ordem geopolítica que, em perspectiva anticolonial e emancipatória, interditam a conquista de autonomias também na Amazônia boliviana. Enquanto isso, na esfera da sociedade política, a constituição do Estado Plurinacional, além de estar ainda “travada” internamente pelas forças vinculadas ao “antigo regime”⁹⁵, padece externamente da necessária margem de autonomia. Por outro lado, as tentativas de ampliá-la via inserção em articulações regionais, como a Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (ALBA)⁹⁶, parecem não alterar o fundamental: fazer com que a exploração de “las bondades de la naturaleza” se subordine aos imperativos da soberania plurinacional – concretizada, entre outros, no exercício pleno das autonomias indígenas e camponesas –, segundo os postulados do “Vivir Bien” e contrariando a lógica da acumulação capitalista internacional. Como bem recorda Tapia (2009, p. 106), “Una geopolítica democrática óptima no se sostiene sobre relaciones de mercado y de articulación con la economía capitalista”.

Por outro lado, no âmbito da sociedade civil, ao permanecer intocado o aparato de construção das bases da hegemonia do capitalismo verde, a afirmação de autonomia é também travada por “baixo”. Isto é, além de confrontar-se, internamente, com o poder oligárquico, na dimensão regional, e com um tipo de colonialismo interno (“andino-centrista”)⁹⁷,

95 Cabe ressaltar que existem inúmeros problemas também com as forças integrantes do “novo regime”, especialmente com aquelas de extração “desenvolvimentista”, em todas as suas variantes ideológicas, do liberalismo ao marxismo positivista.

96 A ALBA foi constituída em 2004, segundo Ceceña *et al.* (2010, p. 42), “como un acuerdo de cooperación solidaria entre Cuba y Venezuela (...) y a ella se suman paulatinamente Bolivia, Nicaragua, Honduras, Dominica, San Vicente y Las Granadinas, Antigua y Barbuda, y, por último, Ecuador, en el marco de una agenda de compromisos que se va acrecentando de acuerdo con las condiciones y necesidades de sus miembros, pero siempre en una perspectiva de complementariedad y de fortalecimiento frente a las imposiciones de los organismos internacionales o de las diferentes expresiones de los poderes transnacionales”.

97 Nas conversas que mantivemos com lideranças camponesas, indígenas e intelectuais orgânicos no departamento de Pando, ficaram bastante evidentes as críticas ao que

na dimensão nacional, tem ainda que “manejar” com o colonialismo externo, atualizado nos cânones do capitalismo verde. A seguir tentaremos aclarar melhor o que se postula neste enunciado.

Retomando os conceitos de “lo abigarrado”, de René Zavaleta, e de “regime civilizatório”, de Norbert Elias, Linera (2008, p. 230-234) propõe uma tipologia que identifica quatro “régimenes civilizatorios” na Bolívia.

O primeiro seria caracterizado como “La moderna mercantil-industrial, que abarca a personas poseedoras de una racionalidad eminentemente mercantil y acumulativa”, abrangendo de 20 a 30 % da população.

O segundo teria a seguinte definição:

[...] régimen civilizatorio es la economía y cultura organizadas em torno a la actividad mercantil simple de tipo doméstico, artesanal o campesino. Son portadores de una racionalidad gremial o corporativa”. tal regime responderia por 68% dos empregos urbanos, “de los artesanos y los pequeños campesinos parcelarios.

O terceiro regime, por sua vez, seria formado pela

civilización comunal, con sus procedimientos tecnológicos fundados en la fuerza de masa, en la gestión de la tierra familiar y comunal, en la fusión entre actividad económica y política, con sus propias autoridades y instituciones políticas. Por último [...] está la civilización amazónica, basada en el carácter itinerante de su actividad productiva, la técnica basada en el conocimiento y laboriosidad individual y la ausencia de Estado.

Adverte o autor, contudo, que, por tratar-se de um modelo conceitual, “no excluye vínculos, cruces, hibridaciones complejas, producto de la colonización, entre estos cuatro bloques civilizatorios (...)”.

poderíamos denominar de “andinocentrismo”. Isto é, a forma como as decisões são tomadas literalmente desde “arriba” e suas repercussões implícitas na desvalorização dos povos amazônicos e na sobrevalorização dos andinos. A proposição de um “capitalismo andino-amazónico”, sugerida por Garcia Limeira, parece explicitar bem essa hierarquia, ainda que não se revista deste propósito.

Nessa linha interpretativa, acabamos por ver confirmada a Amazônia como espaço homogêneo⁹⁸, de domínio do “mundo primitivo”, tal como ocorre, via de regra, nos “centros” dos demais países que possuem territórios na Amazônia continental e, obviamente, no *hegemon* imperial. Para não prolongar excessivamente as implicações daí decorrentes – como a ausência de problematização das influências econômico-político-culturais das sucessivas frentes de exploração de “las bondades de la naturaleza” nesse território –, nos fixaremos em uma: a justificação implícita da inferiorização dos povos amazônicos como base legitimadora para inflexões de tipo “andino-centrista”.

Vejamos então os problemas relativos às relações entre sociedade civil e sociedade política. Com a proposição de pensar a democracia geopoliticamente, Tapia (2009) oferece ricos aportes para esta reflexão. Retomando o conceito de “formação primordial” em Marx e Zavaleta, Tapia (2009, p. 37) propõe uma dupla ampliação, com a finalidade de atualizá-lo contemporaneamente:

(...) una primera ampliación de la noción de forma primordial que sugiero es pensar que ella bien puede servir para pensar el conjunto de relaciones entre estado y sociedad civil, es decir, la dimensión moderna diferenciada internamente y el modo en que se relaciona con el conjunto de estructuras comunitarias o de espacios sociales

98 A Amazônia boliviana, a exemplo da brasileira e da peruana, é também marcada por enorme heterogeneidade, como bem mostram Molina, Vargas & Soruco (2008). Além da diversidade de povos indígenas e comunidades camponesas que vivem em território amazônico, mostram as diferentes interpelações do “amazônico” emanadas das três principais cidades, Trinidad, Riberalta e Cobija. Na primeira se identificam como “Lo beniano, Lo mojo beniano, Beniano mojeño, Beniano amazônico, Mojeño, Lo cambia beniano”; na segunda, “Lo amazónico, Lo amazónico beniano, Lo beniano amazónico”; e na terceira, “Lo pandino, Lo pandino amazónico”. Ademais, a presença de inúmeras ONGs e agências internacionais de desenvolvimento, atuando em projetos identificados com as diretrizes do capitalismo verde, tem alterado significativamente o “mundo amazónico”.

o formas sociales que no han experimentado internamente esta distinción, pero forman parte del mismo país (...). En el caso boliviano (...) se han generado formas en que los diferentes pueblos y culturas interactúan con la sociedad civil y el estado, por lo tanto, han generado organizaciones que forman parte de la sociedad civil pero que no son las estructuras de autoridad propias de sus sociedad (...). El segundo tipo de ampliación que sugiero consiste en pensar que la noción de forma primordial nos podría permitir pensar no solo las relaciones entre estado-sociedad civil y estructuras comunitarias (...) sino que ampliada para mas allá de los horizontes modernos, podría servir para pensar el conjunto de las relaciones entre la forma de vida política o gobierno, las estructuras de las relaciones sociales y el modo en que las colectividades se relacionan con la naturaleza y la transforman (...).

Com essa formulação, Tapia acaba apontando novos horizontes para pensar as relações entre sociedade civil e sociedade política, em contextos que apresentem uma ordem de complexidade similar ao seu caso paradigmático, ou seja, a Bolívia. Acreditamos que lançar um olhar sobre a Amazônia continental e as singularidades de centenas de povos indígenas e comunidades camponesas que nela vivem, o modo como se relacionam com sociedade civil e sociedade política em seus respectivos Estados e, além disso, refletir sobre a noção de “formação primordial ampliada”, tem enorme utilidade para tornar mais inteligível esse processo.

Ao retomar o evento de “La VII Marcha Por la Defensa del Territorio, la Autonomía y los Derechos de los Pueblos Indígenas” – especialmente as acusações de autoridades governamentais sobre ingerências nos assuntos internos por parte de ONGs internacionais –, indagamo-nos, entretanto, sobre a seguinte questão: não estariam subdimensionadas, na análise de Tapia, as influências do “intersocietal”, quando amplia a noção de “formação primordial”? Dito de outra maneira, ao pensar a democracia geopoliticamente, Tapia concentra suas atenções nas articulações internas (formação primordial ampliada), mas também na dimensão externa,

identificada como “la intergubernamentalidad entre estados-nación”⁹⁹. Em ambos os casos, diz Tapia (2009, p. 85), “lo que está en juego es la cuestión del colonialismo o la de la democracia como una cuestión que no puede desligarse de la dimensión colonial e imperialista”.

Conforme vimos em seções anteriores, um dos traços marcantes do capitalismo verde foi a adaptação das noções de democracia aos imperativos da geopolítica imperial de controle de “las bondades de la naturaleza”. Em torno da noção de “governança ambiental”, procuram-se construir, “desde abajo”, consensos em torno da agenda ambientalista internacional, com a finalidade de legitimar a espoliação praticada pelo capitalismo verde em escala planetária. Diferentemente do que se passou sob o capitalismo de “otras colores”, sob o capitalismo verde, para além das relações governamentais, a atuação na esfera da sociedade civil, mormente junto às organizações representativas dos “de abajo”, passa a ter papel fundamental no âmbito da geopolítica mundial.

O consórcio Governança Ambiental na Região MAP, financiado pela USAID, do nosso ponto de vista, sintetiza de forma genuína essa assertiva. A sigla MAP¹⁰⁰ é usada para designar uma faixa territorial formada

99 Neste sentido, o autor pontua historicamente as diversas formas de intergovernabilidade constituídas tanto em escala mundial (ONU) quanto macrorregional, como o OEA, o Pacto Andino, o MERCOSUL e a ALBA.

100 Essa faixa territorial de atuação da Experiência MAP parecia reunir as “condições ótimas” para testar a estratégia da USAID. Em primeiro lugar, é portadora de enorme e variado estoque de “bondades de la naturaleza” estratégicas para o capital. Em segundo lugar, já haviam instituído uma reconfiguração territorial adaptada às exigências externas, como é o caso da criação das unidades de conservação destinadas à exploração privada. Em terceiro lugar, a condição de periferia dos seus respectivos estados nacionais e de índices mais elevados de pobreza, criariam maiores facilidades para “atrair” para o seu projeto, com modestos recursos financeiros, organizações representativas do campesinato, dos povos indígenas, de ONGs locais e pesquisadores vinculados a instituições de pesquisas na região. Em quarto lugar, o fato de constituir-se numa “zona de fronteira transnacional” facilitaria, de maneira espetacular, a demonstração da “virtud” de uma “cooperación internacional” para impulsionar um “desarrollo sostenible”. Para uma leitura crítica sobre o MAP ver:

pelos departamentos de Madre de Dios e Pando, situados, respectivamente, no Peru e na Bolívia, juntamente com o estado do Acre, no Brasil. Trata-se de um experimento iniciado em 1999 envolvendo um conjunto de organizações da sociedade civil que atuam na faixa de fronteira formada por esses três países. Funciona como uma rede, ancorada internacionalmente em agências como a USAID, a Fundação Ford, grandes ONGs ambientalistas, notadamente a WWF, que se articulam no âmbito local com inúmeras organizações da sociedade civil, instituições governamentais e universidades.

A “Experiência MAP” foi denunciada pelos “Alcaldes de Pando”, como vimos anteriormente, devido à sua ingerência, que teria convertido o “departamento amazônico de Pando en un territorio enajenado e intervenido abusivamente”. Este exemplo de uma articulação internacional, que opera numa dinâmica intersocietal encetada na democracia como espaço de afirmação da geopolítica imperial, parece evidenciar com razoável nitidez a importância de tal dimensão. Poderíamos ainda recorrer a estudos em outras escalas (por exemplo, aqueles que versam sobre o subcontinente sul-americano), no intuito de investigar como o subimperialismo brasileiro opera nessa dimensão para construir o consenso mencionado na seção anterior.

Com o exposto, imaginamos que essa reflexão, a partir de “La VII Marcha por la Defensa del Territorio, la Autonomía y los Derechos de los Pueblos Indígenas”, tenha trazido à tona, com razoável nitidez, os desafios das lutas de resistência indígena e camponesa para além da Amazônia boliviana. No caso específico da luta pela autonomia, traz contribuições significativas para, a partir da concretude do real, revisitar o debate teórico, com a perspectiva de avançar numa práxis emancipatória. As lições advindas desse processo parecem corroborar as visões que interpelam as lutas pela autonomia, como movimentos necessariamente transgressores dos

Paula (2007) e Souza (2007), cujas referências completas constam na Bibliografia.

limites e dualismos instituídos, nas diferentes versões de modernidade, seja a capitalista de “todas las colores”, seja a dos socialismos “realmente existentes”. Em se tratando de Amazônia continental, tal reflexão abre inúmeras janelas para “miradas” mais livres em relação aos esquemas interpretativos encerrados na eterna dicotomia moderno *versus* tradicional.

Considerações finais

Procuramos, ao longo deste ensaio, mostrar que o capitalismo verde, sob a ideologia do desenvolvimento sustentável, organiza e procura comandar, na passagem do século XX para o XXI, o processo de reterritorialização do capital na Amazônia continental. Diferentemente do que ocorreu no ciclo de espoliação que o antecedeu – quando eram visíveis a expropriação dos povos indígenas e das comunidades camponesas, bem como a exploração e a destruição ambiental –, neste segundo período, de ascensão hegemônica do capitalismo verde, procura-se invisibilizar os processos de espoliação, mediante o que poderíamos denominar de “fetichização da natureza”. Isto é, à medida que se aprofunda a mercantilização de “las bondades de la naturaleza”, os critérios para a sua “conservação” passam a estar rigorosamente sujeitos às “lógicas de mercado”. A análise de Marx sobre a “fetichização da mercadoria”, neste sentido, parece aplicar-se perfeitamente a este caso.

Dito de outra maneira, enquanto a industrialização capitalista solapou a autonomia do produtor direto e alienou-o do processo de produção de mercadorias, esse fenômeno, na era do capitalismo verde, ocorre sem que haja essa separação formal e o assalariamento, acabando por produzir outras formas de destituição de autonomia e alienação, **mesmo num contexto** marcado pela subsunção formal do trabalho. Ou seja, uma vez que a gestão de “áreas protegidas” passa a requerer o uso crescente de uma racionalidade técnico-científica, emanada de fora, vai se produzindo, entre os povos e as comunidades que vivem nessas áreas, um estranhamento com a natureza. Ao mesmo tempo em que são “enaltecidos”, por serem

portadores de “conhecimentos empíricos da floresta”, esses sujeitos são tratados como inaptos para a “gestão” de seus territórios. Trata-se de uma forma de subordinação mais sofisticada do que aquela que integra aos complexos agroindustriais uma parcela do campesinato, dado que leva em conta não só a **exploração do trabalho e a perda de autonomia do processo** de produção, mas também as formas de estímulo e valorização do não trabalho, através dos chamados “serviços ambientais”.

Essa perda progressiva de uma relativa autonomia no processo de trabalho, encetado em suas múltiplas formas de sobrevivência, é agravada ainda pelo erosionamento de seus laços de sociabilidade e exercício do poder em seus territórios. Para terem acesso aos “benefícios” oriundos de fontes governamentais, de organismos internacionais ou de agências e organizações não governamentais, é necessário que os mesmos “se enquadrem” nos modelos de organização instituídos nos marcos das democracias representativas (as quais, em muitos casos, são estranhas entre povos e comunidades camponesas que vivem nesses territórios). Uma vez mais, para se “organizarem”, passam a depender dos “expertos”, via de regra vinculados a ONGs.

Assim, o capitalismo verde se caracteriza, entre outros elementos, pela perda de autonomia nesses dois níveis, **somada àquelas mais abrangentes**, resultantes das transgressões de fronteiras que marcam atualmente a ordem geopolítica mundial, tal como foi apontado ao longo deste ensaio. Desse modo, ao contrário da imagem da Amazônia refletida no espelho de Próspero – promessa de estabilidade aos povos indígenas e às comunidades camponesas, afiançada no reordenamento territorial, por meio da criação de “áreas protegidas”, e na edificação de uma base institucional, adaptada a uma modernidade comprometida com a “participação democrática” e a “conservação ambiental” –, aquela projetada no espelho de Caliban mostra uma realidade claramente oposta. Isto é, temos, efetivamente, um quadro marcado pela erosão da autonomia desses povos na gestão de seus territórios e pelo agravamento da instabilidade socioeconômica, político-cultural e ambiental, num contexto de dominação marcado

pelas transgressões emanadas de um Estado de exceção permanente e pela crescente militarização do território amazônico em escala continental.

Nesse sentido, podemos concluir sugerindo que um dos principais desafios das lutas de resistência indígena e camponesa na Amazônia continental, na perspectiva de contrapor-se à hegemonia do capitalismo verde “y de todas las colores”, reside justamente na potencialização do processo de mobilizações por autonomias. Entendido na amplitude proposta por Ceceña, pontuada na introdução deste ensaio, esse processo adquire novos significados, no sentido de construir alternativas civilizatórias. Não obstante a magnitude dos obstáculos vislumbrados, o dado essencial, lembrando Rosa Luxemburgo, é o de que os sujeitos políticos capazes de levar a cabo essa emancipação estão em movimento. Oxalá transgridam as transgressões nas e mais além das fronteiras amazônicas...

Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALLARD, Jean-Guy; GOLINGER, Eva. **USAID, NED y CIA: la agresión permanente**. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2009.

ALCOREZA, Raúl Prada. Umbrales y horizontes de la descolonización. In: LINEIRA, Álvaro G. et al. **El Estado: campo de lucha**. La Paz: Muela del Diablo; Comuna; CLACSO, 2010.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Edunesp, 1996.

VALCUENDE, José María (Org.). **Historia y memorias de las tres fronteras Brasil, Perú y Bolivia**. Cuzco: Oscar Pando, 2009.

BÁRCENAS, Francisco L. **Autonomía y derechos indígenas en México**. México: Ce-Acatl, 2007.

BASPINEIRO, Alex Contreras. **Marcha indígena en un gobierno indígena**. Disponível em: <<http://alainet.org/active/39049>>. Acesso em: jul. 2010.

BECKER, Bertha (Org.). **Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições**. Brasília: CGEE, 2009.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira**. Brasília: MMA, 2008.

CAMELI, Nazira C. **A geopolítica do ambientalismo *ongueiro* na Amazônia brasileira: um estudo sobre o estado do Acre**. 2009. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2009.

CAM, Jorge L. **Los Andes: de rupturas anticoloniales y reconfiguraciones centroizquierdistas del poder**. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla; Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades “Alfonso Vieses Pliego”, 2008.

CARVALHO, Ricardo S. **Desenvolvimento, sustentabilidade e manejo madeireiro em comunidades no sudoeste da Amazônia: um olhar para além da Engenharia Florestal**. 2009. Dissertação de Mestrado apresentada no Curso de Mestrado em Engenharia Florestal da Universidade Federal de Lavras, Lavras, Minas Gerais, 2009.

CASANOVA, Pablo G. **Sociología de la explotación**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

CECEÑA, Ana Esther. Hegemonias e emancipações no século XXI. In: CECENÁ, Ana Esther (Org.). **Hegemonias e emancipações no século XXI**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

CECEÑA, Ana Esther. Sujetizando el objeto de estudio o de la subversión epistemológica como emancipación. In: CECENÁ, Ana Esther. **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

CECEÑA, Ana Esther. **Derivas del mundo en el que caben todos los mundos**. México: Siglo XXI; CLACSO, 2008.

CECEÑA, Ana Esther; AGUILAR, Paula; MOTTO, Carlos. **Territorialidad de la dominación: Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA)**. Disponível em: <<http://alainet.org/images/IIRSA.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2011.

CECEÑA, Ana Esther. **El Gran Caribe, umbral de la geopolítica mundial**. Quito: Observatorio Latinoamericano de Geopolítica; Fedaeaps, 2010.

CECEÑA, Ana Esther. **El águila despliega sus alas de nuevo: un continente bajo amenaza**. Quito: Observatorio Latinoamericano de Geopolítica; Fedaeaps, 2009.

CINGOLANI, Pablo. **Amazonía Blues: denuncia y poética para salvar la selva**. La Paz: FOBOMAD, 2009.

COTLER, Julio (Org.). Poder y cambio en las regiones. **Cuadernos PNUD**, Lima: Instituto de Estudios Peruanos - IEP, n. 15, Serie Desarrollo Humano, 2009. Disponible em: <http://www.pnud.org.pe/data/publicacion/CuadernoPNUD_15.pdf>. Acceso em: 27 jul. 2011.

CRONKLETON, Peter et al. **Reformas en la tenencia forestal en Bolivia**: la gestión comunal en las tierras bajas. La Paz: CIFOR-CEDLA, 2009.

DÍAZ- POLANCO, Hector. **Autonomía Regional, la autodeterminación de los pueblos indígenas**. México: Siglo XXI, 2006.

DÍAZ- POLANCO, Héctor. **Elogio de la diversidad**: globalización, multiculturalismo e etnofagia. México: Siglo XXI, 2006.

DÍAZ- POLANCO, Héctor. **La rebelión zapatista y la autonomía**. México: Siglo XXI, 2007.

DÍAZ- POLANCO, Héctor; SÁNCHEZ, Consuelo. **México diverso**: el debate por la autonomía. México: Siglo XXI, 2002.

DOUROJEANNI, Marc et al. **Amazonía peruana en 2021**: explotación de recursos naturales e infraestructura ¿Qué está pasando? ¿Qué es lo que significa para el futuro? 2. ed. Lima: Sociedad Peruana de Derecho Ambiental, 2010.

ECHEVERRÍA, Bolívar. **El discurso crítico de Marx**. México: Era, 1986.

FLECK, Leonardo et al. **Estrategias de conservación a lo largo de la carretera Interoceánica en Madre de Dios, Perú**: Un análisis económico-espacial. Peru: Conservación Estratégica, n. 20, mar. 2010, 100 p. (Serie Técnica). Disponible em: <http://conservation-strategy.org/sites/default/files/field-file/20_IOS_0.pdf>. Acceso em: 27 jul. 2011.

GALARZA, Elza; SERNA, Karlos la. Las concesiones forestales en el Perú: ¿cómo hacerlas sostenibles? In: BARRANTES, Roxana (Org.). **La política forestal en la Amazonía andina**. - Estudios de caso: Bolivia, Ecuador y Perú. Lima: Visual Service., 2005. Disponible em: <http://www.aprofuperu.org/welcome/images/stories/octubre10/sostenibilidad_de_las_concesiones_forestales_elsa_galarza.pdf>. Acceso em: fev. 2011.

GARCÉS V. Fernando. Ordenamiento territorial, recursos naturales y Asamblea Constituyente en Bolivia: ¿hacia un Estado plurinacional? In: CHONG, Natividad (Org.). **Estados y Autonomías en democracias contemporáneas**. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Sociales, 2008.

GARZÓN, Luis F. Novoa. **BNDES y el desborde imperialista de Brasil**. Disponible em: <<http://www.geopolitica.ws/article/luis-fernando-novoa-garzon-el-bndes-y-el-desborde-/>>. Acceso em: mar. 2011.

GONZALEZ, Miguel; MAYOR, Araceli; ORTIZ-T, Pablo. **La autonomía a debate: autogobierno indígena y Estado plurinacional en América latina**. Quito: FLACS; GTZ; IWGIA; CIESAS; UNICH, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HERBAS, José F. **Geopolítica y armamentismo en América Latina**. Oruro: Latino, 2009.

IBÁÑEZ, Andrés. **Ley Marco de Autonomías y Descentralización**. La Paz: Ministerio de Autonomías, 2010.

IIAP; CTARMD. **Madre de Dios: camino al desarrollo sostenible**. Peru: Puerto Maldonado et al. 2001. Disponível em: <<http://www.iiap.org.pe/publicaciones/CD/documentos/L018.pdf>>.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque e a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LINERA, Álvaro G. **La potencia plebeya: acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia**. Buenos Aires: CLACSO; Prometeo, 2008.

LINERA, Álvaro García. Estado Plurinacional: economía y política. In: LASERNA, Roberto et al. **Poder y cambio en Bolivia 2003-2007**. La Paz: Embajada del Reino de los Países Bajos; Fundación PIEB, 2009.

LINERA, Álvaro García. El Estado en transición: bloque de poder y punto de bifurcación. In: LINERA, Álvaro García et al. **El Estado: campo de lucha**. La Paz: Muela del Diablo; Comuna; CLACSO, 2010.

LUCE, Mathias S. **O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)**. 2007. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Relações Internacionais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2007.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **7 ensayos de interpretación de la realidad peruana**. 71. ed. Lima: Biblioteca Amauta, 2005.

MARINI. Ruy Mauro. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. **Cuadernos Políticos**, México: Era, n. 12, p. 20-39, abr.-jun. 1977.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital**. Campinas: Ed. Unicamp; Boitempo, 2002.

MOLINA, Wilder; VARGAS, Cynthia; SORUCO, Pablo. **Estado, identidades territoriales y autonomías en la región amazónica de Bolivia**. La Paz: Fundación PIEB, 2008.

MONASTERIOS, Karen et al. **Reinventando la Nación en Bolivia**: movimientos sociales, Estado y poscolonialidad. La Paz: CLACSO; Plural, 2007.

MORAIS, M. de Jesus. **“Acreanidade”**: invenção e reinvenção da identidade acreana. 2008. Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2008.

OLIVEIRA, Marcos B. Desmercantilizar a tecnociência. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida descente**: um discurso sobre as ciências “revisitado”. São Paulo: Cortez, 2004.

PACHECO, Pablo. **Descentralización forestal en Bolivia**: implicaciones en el gobierno de los recursos forestales y el bienestar de los grupos marginados. La Paz: Plural, 2006.

PAULA, Elder; SILVA, Silvio. Floresta, para que te quero?: da territorialização camponesa à nova territorialidade do capital. **Revista NERA**, São Paulo, v. 11, n. 12, 2008.

PAULA, Elder; SILVA, Silvio. Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes. **Revista NERA**, São Paulo, v. 11, n. 13, 2008.

PAULA, Dilma; PAULA, Elder. Agronegócio e ambientalismo: reconstruindo hegemonias. In: VII CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL. **Anais...** Quito: Alasru; Clacso, 2006. CD ROM.

PAULA, Elder A. **(Des) Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental**: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio Branco: Edufac, 2005.

PAULA, Elder A. Internacionalização da Amazônia sob a hegemonia estadunidense. In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA (7ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS), 2005, Conservatória, Rio de Janeiro.

PAULA, Elder A. Conselho Nacional dos Seringueiros e o novo colonialismo na Amazônia. **Revista Nueva Época** - Análisis latinoamericano del medio rural. México: Universidad Autónoma de Chapingo, ALASRU, n. 2, 2005.

PAULA, Elder A. O conto da 'floresta pública' e o canto da sereia: lei 11.284/2006. In: CPT (Org.) **Conflitos no Campo Brasil 2005**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2006.

PAULA, Elder A. **Sociedade civil internacional e meio ambiente na Amazônia**: um estudo do MAP na fronteira trinacional Peru/Brasil/Bolívia. Observatorio Latinoamericano de Geopolítica, 2007. Disponível em: <<http://www.geopolitica.ws/article/sociedade-civil-internacional-e-meio-ambiente-na-a/>>. Acesso em: 27 jul. 2011.

PAULA, Elder A. ¿Alternativa de desarrollo o explotación vestida de verde? In: III SEMINARIO INTERNACIONAL "EXPERIENCIAS Y FORMULACIONES EN LA CONSTRUCCIÓN DE DESARROLLOS ALTERNATIVOS", 2010, Puebla.

PAULA, Elder A; MORAIS, M. de Jesus. El Porvenir: o 11 de setembro para mais além da Amazônia boliviana. In: VIII CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL (ALASRU), 2010, Porto de Galinhas. Disponível em: <<http://www.alasru.org/pernambuco-brasil-2010>>.

PAZ, Sarela. Autonomías territoriales y democracia plural en Bolivia. In: CHONG, Natividad (Org.). **Estados y autonomías en democracias contemporáneas**. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Sociales, 2008.

PAZ, Sarela et al. Nuevas dinámicas de territorio y poder: materiales para reflexionar acerca de las luchas local/regionales en Bolivia. In: LASERNA, Roberto et al. **Poder y cambio en Bolivia 2003-2007**. La Paz: Embajada del Reino de los Países Bajos; Fundación PIEB, 2009.

PEREIRA, João M. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. 2009. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2009.

PIETERSE, J. M. 'My paradigm or yours?': alternative development, postdevelopment, reflexive development. **Development and Change**, n. 29, p. 343-373, 1998. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-7660.00081/pdf>>.

RABASA, José. Negri por Zapata: el poder constituyente y los límites de la autonomía. **Revista Ciapas**, n. 15, 2003. Disponível em: <<http://www.revistachiapas.org/No15/ch15.html>>. Acesso em: 27 jul. 2011.

REGALADO, Roberto. **Encuentros y desencuentros de la izquierda latinoamericana**. México: Ocean Sur, 2008.

RIVERA, Cusicanqui Silvia. **Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

ROITMAN, Marcos. **Pensamiento sociológico y realidad nacional en América Latina**. Edição exclusiva para *Rebelión*. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/docs/619.pdf>>. Acesso em: jul. 2009.

RUNMENHOLLER, Klaus. **Os santarrosinos no departamento de Madre de Dios**. A Nova Democracia. 2003. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/no-15/951-os-santarrosinos-no-departamento-de-madre-de-dios>>. Acesso em: 08 fev. 2011.

SAAVEDRA, Enrique O. **¿Revolución agraria o consolidación de la vía terrateniente?**: el gobierno del MAS y las políticas de tierras. La Paz: CEDLA, 2009.

SANTOS, Josué S. **Florestas Nacionais e “concessões” na faixa de fronteira amazônica**. 2011. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Acre, 2011.

SCHWARZ, Laura M. L. **O processo internacional de elaboração de políticas para as florestas**. 2008. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2008.

SILVA, Sílvio S. **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia-acreana**. 2005. Tese de doutorado em Geografia apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Estadual Paulista – FCT/UNESP. Presidente Prudente, São Paulo, 2005.

SOLOGUREN, Ximena Soruco. **¿Sin porvenir?**: conquista y autonomía en el oriente boliviano. Bolívia: Fundación Tierra. 2009. Disponível em: <http://www.ftierra.org/index.php?option=com_content&view=article&id=220:portada&catid=104:tierra>. Acesso em: 27 jul. 2011.

SOUZA, Israel D. **Soberania e “Governança Ambiental” na Amazônia Sul-Ocidental**: um olhar sobre a “Iniciativa MAP”. 2007. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Acre, 2007.

SOUZA, Francisca M. **O apagar das porongas**: manejo florestal madeireiro e desvalorização dos saberes locais na Amazônia sul ocidental. 2009. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Acre, 2009.

TAPIA, Luis. **Pensando la democracia geopolíticamente**. La Paz: Muela del Diablo; Comuna; CLACSO; CIDES-UMSA, 2009.

TAPIA, Luis. **Una reflexión sobre la idea de un Estado Plurinacional**. La Paz: Oxfán Gran Bretaña, 2008.

TAPIA, Luis. El Estado en condiciones de abigarramiento. In: LINERA, Álvaro García et al. **El Estado**. Campo de lucha. La Paz: Muela del Diablo; Comuna; CLACSO, 2010.

TAPIA, Luis et al. Democracia, poder y cambio político en Bolivia. In: LASERNA, Roberto et al. **Poder y cambio en Bolivia 2003-2007**. La Paz: Embajada del Reino de los Países Bajos; Fundación PIEB, 2009.

THOMPSON, Edward P. **Senhores & caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TILIO NETO, Petronio de. **Soberania e ingerência na Amazônia brasileira**. 2003. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

TOUSSAINT, Eric. **Banco Mundial: el golpe de Estado permanente**. Quito: Abya Yala, 2007.

TURNER, John K. **México bárbaro**. México: Leyenda, 2010.

USAID. **Iniciativa para Conservação da Bacia Amazônica**: desenho, atividades propostas e resultados esperados. 2007. Disponível em: <http://www.blogdoalon.com/ftp/usaidd_abci_jan07.pdf>. Acesso 10 jul. 2011.

YÁÑEZ, Ivonne. **Geopolítica de los recursos naturales y Acuerdos Comerciales en Sudamérica**. La Paz, 2005. Disponível em: <http://www.aprodeh.org.pe/tlc/documentos/ivonne_yanez.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2011.

YAKSIK, Fabián II. **Asamblea Legislativa Plurinacional**: desafíos, organización, atribuciones y agenda legislativa. La Paz: Muela del Diablo, 2010.

ZALDÍVAR, Víctor B. **Capital social y etnodesarrollo en los Andes**. Quito: Centro Andino de Acción Popular – CAAP, 2005.

ZAVALETA, René, M. **Lo nacional-popular en Bolivia**. La Paz: Plural, 2008.

ZIBECHI, Raúl. **El Estado contra los pueblos indios**. 2010. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=109959>>. Acesso em: 27 jul. 2011.

WRAY, Norman. **Desarrollo sustentable y buen vivir**: dos nociones incongruentes. 2008. Disponível em: <<http://dsmonicapozo.blogspot.com/2009/09/desarrollo-sustentable-y-buen-vivir-dos.html>>. Acesso em: 10 jul. 2011.



ANEXO

Localização da fronteira tri-nacional Brasil/Peru/Bolívia



